



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**URBE VIGIADA: MODOS DE MORAR E VIVER NA CIDADE DE
PARAHYBA DO NORTE – 1910-1930**

Fernanda Karoline Martins Lira Alves

**CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL DE 2009**

FERNANDA KAROLINE MARTINS LIRA ALVES

**URBE VIGIADA: MODOS DE MORAR E VIVER NA CIDADE DE
PARAHYBA DO NORTE – 1910-1930**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Humanidades da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito parcial para obtenção do Título de Mestre em História, Área de Concentração em História, Cultura e Sociedade Campina Grande, 2009.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha

**CAMPINA GRANDE – PB
ABRIL DE 2009**

DIGITALIZAÇÃO:
SISTEMOTECA - UFCG

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

A474u

2009 Alves, Fernanda Karoline Martins Lira.

URBE Vigiada: modos de morar e viver na cidade Parahyba do Norte
1910-1930 / Fernanda Karoline Martins Lira Alves.- Campina Grande,
2009.

121 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina
Grande, Centro de Humanidades.

Referências.

Orientador: Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha.

1. Moradia. 2. Civilização. 3. Modernização. I. Título.

CDU – 351.778.5(043)

FERNANDA KAROLINE MARTINS LIRA ALVES

**URBE VIGIADA: MODOS DE MORAR E VIVER NA CIDADE DE
PARAHYBA DO NORTE – 1910-1930**

Avaliado em: ____ / ____ / ____.

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gervácio Batista Aranha – PPGH/UFCG
Orientador

Prof. Dr. Waldeci Ferreira Chagas – UEPB
Examinador Externo

Prof. Dr. Antonio Clarindo Barbosa de Souza – PPGH/UFCG
Examinador Interno

Prof. Dr. José Benjamim Montenegro – UFCG
Suplente Externo

Prof. Dr. Luciano Mendonça de Lima – PPGH/UFCG
Suplente Interno

AGRADECIMENTOS

Este é um momento importante e alegre para todo autor. No meu caso ao tentar pagar dívidas de coração, lembro-me dos motivos e sonhos que me alimentaram a seguir neste caminho e me faz um pouco mais íntima de mim mesma.

Nessa intimidade agradeço primeiramente ao meu Deus. Foi nele em quem busquei toda força e inspiração para vencer os obstáculos, as frustrações.

Aos meus pais, Fernando e Alessandra, por terem me colocado no caminho da educação. Por serem meus grandes incentivadores. Por todas as orações da minha mãe quando eu chorava por não ter encontrado uma fonte que me ajudaria a escrever o texto. Enfim, agradeço a todo apoio emocional que recebi sempre que necessitei.

Aos meus irmãos. Fred pela preocupação comigo, com o meu trabalho. Embora suas perguntas para saber se eu estava perto de terminar tenha me deixado muitas vezes mais angustiada, eu sei que tudo era por sentimento de zelo e torcida pelo meu sucesso. A Dimas pela sua alegria e curiosidade em saber porque eu gostava tanto de “jornal velho” me permitindo assim falar mais sobre o ofício do historiador.

Ao meu namorado Ademar Netto pelo amor e paciência que sempre teve comigo, suportando as variações do meu humor durante a escrita deste trabalho e pelas inúmeras vezes que eu alugava seu ouvido para falar sobre meu tema, sobre minha pesquisa, sobre meus medos. Agradeço por toda ajuda que você me deu. Você sabe que foram várias! A você todo meu amor e admiração!

Ao meu orientador, professor Gervácio Aranha, por toda orientação que recebi dele, o qual sempre leu com grande zelo e respeito o meu trabalho. Agradeço não só o tempo dispensado para orientação, mas, sobretudo, a confiança em ceder seus livros e parte de seu acervo documental para a minha pesquisa. Espero ter sido digna de sua orientação.

Ao Programa de Pós-Graduação em História UFCG, pela confiança depositada, e ao CAPES e Pró-Reitoria de Pós-Graduação em pesquisa que com sua Bolsa permitiram tranquilidade financeira para a produção do trabalho.

Aos professores Waldeci Ferreira Chagas e Severino Cabral Filho por aceitarem participar da banca de qualificação deste trabalho e pelas primorosas sugestões feitas naquele momento. De modo que ressalto a importância que ambos professores tiveram para conclusão deste texto.

Ao professor Antonio Clarindo, que teve grande importância na minha formação acadêmica, acompanhando minha trajetória desde a graduação. Juntamente com Gervácio e Fábio (*in memoriam*) me ensinou a amar o estudo das cidades. Acompanhou parte da escrituração deste trabalho, lendo com muita atenção meus artigos produzidos nas disciplinas que tive a oportunidade de cursar com ele. De modo que, nada mais justo, pelo menos pra mim, poder contar mais uma vez com sua leitura nessa etapa final.

Ao professor Fábio Gutemberg, mesmo não podendo ler mais estas páginas, deixo registrado meu agradecimento por todas as lições que aprendi com ele – orientador dedicado – e com seu trabalho que me serviram de inspiração desde a elaboração do projeto de dissertação até sua conclusão.

Agradeço também aos professores, Osmar, Marinalva, Regina, Iranilson, José Otávio, Roberval, Rosilene, Silede, Alarcon, Nilda, Liege, Luciano Mendonça, Celso, Luzinete pelo muito que aprendi com todos vocês ao longo da minha caminhada na academia.

Aos meus colegas e amigos do mestrado que me ajudaram e incentivaram de diferentes formas ao longo deste curso, em que dividimos sonhos e alegrias.

A amizade de: Paula, minha irmã-comadre. Claudia, a “fashion” da turma. Kelly e Alarcon, exemplos de pais dedicados. Giscard, homem inteligente. Catarina, a moça do sorriso doce que nos transmite paz. Sílvia, a alegria em pessoa. Leta por todas as palavras de incentivo.

Aos funcionários dos diversos arquivos em que passei nesses dois anos a procura de fontes que me permitissem escrever este trabalho. Em especial agradeço ao Sr. Pedro, funcionário do

Arquivo Histórico da Paraíba, pelas vezes que se disponibilizou a revirar documentos antigos e empoeirados comigo na busca dos Códigos de Postura que insistiam em se esconder. Ao funcionário do Arquivo Arquidiocesano da Paraíba, Ricardo, sempre muito solícito e atencioso. Aos funcionários do IHGP, Francis e Otacílio.

A todos, que de uma forma ou de outra, contribuíram para a concretização desse momento, também registro que o texto que se segue é resultado não só de longas e árduas horas de angústia e de trabalho, mas também de muito prazer e diversão. Cada página foi escrita com muita vontade de acertar e de contribuir para o estudo da cidade que adotei como minha, porém esta, que acabo de escrever e que é a última, foi a que escrevi com maior emoção.

RESUMO

Este trabalho busca analisar as formas de moradia dos pobres na cidade de Parahyba do Norte-PB, no período entre 1910 e 1930, para compreender como se deram as intervenções no espaço da cidade, especialmente das habitações, e quais as implicações que as reformas urbanas, realizadas nesse período, tiveram na organização da cidade inclusive na forma de viver e morar nela. Tendo em vista que o processo de urbanização/modernização pelo qual passou a urbe buscou suprir não só as carências materiais, dotando-a com serviços e equipamentos urbanos de uso coletivo, tais como energia elétrica, serviço de abastecimento de água e saneamento, calçamento, alargamento das avenidas, bem como construção de praças e jardins públicos, mas também objetivava modificar os hábitos de seus moradores a partir da normatização dos usos dos espaços públicos e privados, a fim de manter a ordem estabelecida pelas autoridades em conjunto com as elites, os quais banhados pelos ideais de “progresso” e “civilização” procuraram gestar novas formas de habitabilidade bem como de sociabilidade condizentes com os novos padrões burgueses. De modo que, chamamos atenção para o modo de vida dos populares, com suas práticas cotidianas, suas formas de diversão, que em grande medida representaram uma ressignificação do projeto de modernização idealizado pelas elites.

Palavras-chave: Moradia – Civilização – Modernização

ABSTRACT

This paper analyzed the forms of dwelling for the poor in the city of North-Parahyba PB, in the period between 1910 and 1930, to understand how interventions are made within the city, especially of the dwelling, and which the implications what the urbane reforms carried out in this period, had the organization of the city including in the form of live and life it. I have in mind that the process of urbanization / modernization over which it passed the city looked to provide not only the material lacks, endowing it with services and urbane equipments of collective use, such as electric energy, water supply and sanitation, paving and enlargement of the avenues, as well as construction of squares and public gardens. But also it was aiming to modify the habits of his residents from standardization of the uses public and private spaces, in order to maintain the order established by the authorities together with the elites, which involved by the ideals of "progress" and "civilization" looked to develop new forms of habitable state as well as sociability according to new bourgeois standards. So that, we attract attention for the way of popular life, with their daily practices, their forms of entertainment, which largely represented a new conception of the modernization project idealized by the elites.

Keyword: Dwelling – Civilization – Modernization

SUMÁRIO

Introdução.....	11
Capítulo 1. Produzindo Discursos e Higienizando Espaços: a cidade e a ação médico-higienista.	21
Organização da Repartição de Higiene - 1911.....	33
O Esgoto Sanitário – Plano de Saneamento de Parahyba do Norte - 1913.....	44
Capítulo 2. Becos e Casebres: na mira da ordem sanitária.....	53
Descrição Topográfica da Cidade.....	53
As Leis Municipais e o Controle Sanitário	61
Os Becos da Cidade e as Ações Governamentais de Normatização dos Espaços.....	74
Capítulo 3. Cotidiano dos populares: na contramão da ordem?	84
A Rua e o Universo da Vadiagem	87
Combate ao Vício do Jogo	99
Repressão ao Meretrício.....	104
4. Considerações Finais.....	113
5. Fontes e Referências Bibliográficas.....	117

LISTA DE IMAGENS

Fotografias:

Foto – 1.....	53
Foto – 2.....	58
Foto – 3.....	60
Foto – 4.....	70

INTRODUÇÃO

O debate acadêmico sobre a cidade - materialidade e representação historicamente constituída - tem sido assíduo em diversos campos do conhecimento (BRESCIANI, 1998, p. 243). Embora aqueles voltados especialmente ao diagnóstico e à proposição de soluções para as questões urbanas, com as práticas de intervenções, estejam de modo mais freqüente, ligados ao urbanismo, o urbano tem preocupado e ocupado amplamente outros saberes, sobretudo, entre as chamadas ciências humanas, como a sociologia, a geografia, a economia, a antropologia, a filosofia e a história.

Embrenhar-se no estudo de questões urbanas impõe certo esforço em lidar com aspectos complexos e abrangentes, tendo em vista ser um campo bastante amplo, que possibilita vários olhares, sejam aqueles preocupados com a técnica e o espaço, sejam aqueles voltados para questões sociais, culturais e políticas, visto estarem todas essas dimensões imbricadas na questão urbana.

Entre os mais variados caminhos que nos levam ao estudo e debate sobre o espaço da cidade, escolhemos, neste trabalho, como exercício de reflexão, a questão da habitação, pouco abordada ainda pela historiografia brasileira (BRESCIANI, 1998, p. 242), embora muito trabalhada pelos urbanistas¹. Para tanto, estudaremos especialmente, o problema das moradias dos pobres para se compreender as implicações que as reformas urbanas na cidade de Parahyba do Norte no início do século XX, tiveram na vida destes moradores e na organização da cidade, uma vez que, ao tentar manter a ordem e promover o progresso, acabaram, no nosso entendimento, gerando segregação social.

Assim, pretendemos, ao longo deste trabalho, analisar como os discursos da modernidade e da higiene, que tiveram como porta-vozes as elites e letrados, elegeram as formas de moradia dos pobres, bem como seus hábitos e costumes como empecilhos ao progresso da cidade e como estes (re)agiram às tentativas de intervenção nos seus espaços de habitação, e suas formas de usar os espaços e territórios da cidade.

Embora tenhamos tomado como recorte espacial a cidade de Parahyba do Norte, sempre que possível, recorreremos às experiências de outras cidades do Nordeste e do Brasil para compreendermos um pouco mais do contexto nacional e local que influenciaram as mudanças na cidade de Parahyba. Mudanças que não se deram apenas no espaço físico da

¹ Ver as Revistas da ANPUR – Associação Nacional de Urbanismo – com seus vários trabalhos sobre habitação.

cidade, mas também nas formas de viver e morar na mesma, pois embora a capital paraibana tenha apresentado suas peculiaridades, que não devem ser esquecidas, ela não deixou de ser influenciada por outros contextos.

Delimitamos como recorte temporal, por sua vez, os anos que vão de 1910-1930. Aquele que inicia a década em que a cidade vive o que podemos chamar de seu primeiro momento de modernização com aquisição de elementos do moderno, bem como pela intensificação nos discursos sobre a necessidade de higienização e ordenamento do espaço, que resultaram em medidas mais efetivas, no que diz respeito à saúde pública, com a institucionalização da Repartição de Higiene em 1911, e urbanização da cidade, com vistas a limpá-la e embelezá-la. Como ponto de chegada, escolhemos o ano de 1930, por encerrar esse primeiro momento de modernização da capital com a reforma urbana na gestão do Prefeito Guedes Pereira 1920-1924 e a conclusão das obras de saneamento da cidade em 1926, que resultaram em mudanças significativas na organização da cidade e no local de moradia da população, especialmente dos pobres. No entanto, em alguns momentos se fará necessário ultrapassar um pouco esse recorte de modo a facilitar a compreensão da nossa análise.

Consideramos importante o estudo de tais questões, propostas neste trabalho, por entendermos que o significado da habitação vai certamente muito além da sua função de abrigo, visto que os valores sociais, culturais, políticos e psicológicos a ela relacionados são obviamente mais significativos do que este conceito inicial, de modo que a relação entre a habitação de um indivíduo e o resto da cidade muito tem a nos dizer sobre a própria relação entre o indivíduo e a sociedade. Entendemos então, que a habitação deva ser considerada em sua materialidade e também em sua dimensão simbólica, através das imagens e idéias que os diferentes segmentos sociais fizeram de suas moradias e de seus espaços habitacionais e urbanos. E essas relações sociais vão sendo transformadas quando novos códigos de conduta e novas sensibilidades vão sendo gestadas sobre os espaços da cidade e das habitações.

Assim, para o estudo a que nos propomos, utilizaremos os mecanismos teórico-metodológicos aprendidos especialmente com a História Social da Cultura, abordagem caracterizada pelo seu vínculo com a pesquisa empírica voltada para a reconstituição de práticas cotidianas, sobretudo de resistência dos grupos “subalternos” ou os “de baixo” (ARANHA, 2004).

Cultura e sociedade quando tratados de forma relacional permitem abordagens que salientam tanto a diversidade das relações sociais quanto a multiplicidade de significados dos códigos culturais, numa perspectiva dinâmica e historicamente construída pelos diversos sujeitos sociais. Permite, portanto investigarmos como a realidade social foi

construída/reconstruída a partir de percepções dos vários grupos sociais ou políticos, e como os diferentes agentes sociais representam a si mesmos e o mundo que os cerca. Um mundo figurado pelas artes e literatura, mas também um mundo codificado pelos valores, pelo lugar do trabalho, do lazer, da moradia e da relação com o outro. Tudo isto formam arquivos bastante sugestivos para o historiador explorar, com base nos mesmos, o mundo das vivências/sociabilidades urbanas passadas.

Dessa forma, queremos nessa introdução elencar alguns dos autores que trabalharemos ao longo do nosso estudo ou que nos ajudaram a construir nossa problemática, mesmo seguindo em determinados momentos caminhos metodológicos diferentes.

Iniciamos pelo estudo realizado pela arquiteta Lillian Fessler Vaz (2001), do qual muito nos aproximamos, sobre habitação coletiva na cidade do Rio de Janeiro nos séculos XIX e XX, onde a autora, considerando a habitação tanto em sua materialidade como na sua dimensão simbólica, faz uma reconstituição das formas de moradia coletiva na cidade do Rio de Janeiro, contribuindo para o entendimento dos processos de formação e de transformação dos espaços da moradia carioca, no período acima referido.

De acordo com Vaz, é importante percebermos a habitação como parte integrante do cotidiano, interferindo nas práticas sociais, nas relações do homem com o espaço e com a sociedade. Partindo da premissa de que a habitação é definida historicamente de acordo com as mudanças econômicas, sociais e culturais, havendo correspondência entre essas mudanças e as habitações, seja nas formas de pensá-las, produzi-las ou usá-las.

Assim, percorrendo os distintos tipos de moradia, se propõe a fazer também uma leitura da modernidade, ultrapassando os limites da arquitetura e do urbanismo, mas compreendendo-a como um conjunto de amplas e complexas mudanças ocorridas nos diversos setores onde os sujeitos sociais atuam. Discussão que também temos que fazer num trabalho que enfoca as formas de moradia dos pobres como alvo do discurso da modernidade, que pretendia transformá-las ou mesmo destruí-las em nome do progresso e da civilização.

Sobre o conceito de cidade moderna apropriar-nos-emos do pensamento de Aranha (2001), segundo o qual, a modernidade não se reproduziu da mesma forma nos diversos lugares; de modo que, não podemos pensar a modernidade nas cidades brasileiras, especialmente, na região Nordeste, tomando como referência o sentido que a modernidade teve em cidades como Londres e Paris, isto porque, aqui, a modernidade, “não se expressa em termos de vida metropolitana a exemplo do que ocorre pioneiramente nas duas maiores cidades do século XIX, Londres e Paris” (ARANHA, 2001, p. 249). Segundo Aranha:

Trata-se de considerar que a idéia de modernidade, no espaço regional em apreço se configura menos por cenários urbanos marcados pela agitação frenética no cotidiano das ruas com seu 'rush' característico, e mais por uma ou outra novidade vinda do estrangeiro, seja as que se relacionam aos transportes e comunicações, seja aquelas relacionadas aos equipamentos do 'conforto', não esquecendo das que remetem à vida elegante e/ou entretenimento. Cidade que se quer 'civilizada' ou que estaria a 'civilizar-se' deveria contar ao menos com uma dessas novidades (ARANHA, 2001, p. 254-255).

Assim, no desejo de tornarem-se modernas, já que, de acordo com esse ponto de vista, para uma cidade ser considerada moderna, deveria ser dotada com as conquistas materiais expressas nos transportes e comunicações, equipamentos de higiene e conforto, que se instituem por toda parte como símbolos modernos de valor universal, o discurso da modernidade instituiu ao conhecimento científico, o lugar de verdade e autoridade, o qual legitimará as diversas intervenções no espaço urbano com vistas a higienizá-lo e embelezá-lo, como veremos ao longo deste trabalho.

Ainda destacamos, na área da arquitetura o trabalho de Nabil Bonduki (2004), no qual faz uma investigação sobre as origens da transformação do problema habitacional numa questão social, analisando as intervenções do Estado na moradia no período anterior a criação do BNH (Banco Nacional da Habitação). Para tanto, Bonduki, vai relacionando processos, tais como criação de órgãos federais ou regionais de produção de habitação, a Lei do Inquilinato (1942), o Decreto-Lei 58 – que regulamentou em 1938 a venda de lotes a prestação a trabalhadores, etc; que significaram o reconhecimento de que a provisão habitacional era uma responsabilidade do Estado, uma questão social.

Para Bonduki, a intervenção estatal no sentido de produção habitacional se dará a partir do Governo Vargas, com a produção direta ou financiamento de moradias, com a regulamentação do mercado de locações e a complementação urbana da periferia (BONDUKI, 2004, p.15). Ao analisar o problema habitacional em fins do século XIX e início do século XX e as tentativas de solução, considera ser aí o início da intervenção estatal na habitação caracterizado pelo autoritarismo sanitário, pelos padrões higienistas. Não há ainda nesse momento, produção habitacional por parte do Estado, setor produzido e comercializado pela iniciativa privada, com restrições apenas da ordem sanitária.

Assim, apesar do seu trabalho investigar um período posterior ao estudado nesse trabalho, nos aproximamos muito da discussão que Bonduki faz, no primeiro capítulo, do problema habitacional na Primeira República, enfocando que nesse momento a questão sanitária, as condições higiênicas das habitações recebem tratamento prioritário do Estado, podendo-se dizer que a intervenção estatal nas habitações, sobretudo, dos trabalhadores

pobres, se voltava apenas para a resolução dos seus problemas sanitários, a fim de não comprometer a saúde pública e o processo de modernização das cidades, mas não no sentido de provisão de moradias.

Outra discussão que faz uma investigação das políticas de habitação brasileira, analisando, sobretudo o caso de São Paulo, se dá na área dos estudos sociológicos, é o trabalho de Eva Alterman Blay (1985), no qual a autora para analisar as políticas habitacionais no fim do século XX volta seu olhar para a formação das vilas operárias, com toda a luta dos trabalhadores por moradias e as relações que se estabeleceram, ao longo do processo de industrialização, entre os operários, os empresários e o Estado, que segundo a autora seria o embrião de toda política habitacional que desde o início do século era marcada pelo incentivo a iniciativa privada e que continuava a se reproduzir ainda no fim do século XX, quando o BNH retoma a idéia de vilas no Projeto PROHEMP, em propostas de leasing².

Para tanto, Blay faz uma análise do processo de formação das vilas operárias, as quais não teriam sido um investimento apoiado no espírito humanitário ou paternalista como querem alguns, mas “reflexo da ação e do poder da empresa privada através da elaboração de políticas habitacionais que cooptavam o Estado na direção de facilitar e financiar a iniciativa privada” (BLAY, 1985, p. 321). Dentro desse processo, enfoca ainda a luta dos trabalhadores pela ocupação do espaço urbano e pela libertação da dominação exercida pelo empregador-locador através dos jornais operários.

Dentre os estudos feitos por historiadores referentes à questão da habitação popular nesse período, tomamos como referência os trabalhos de Lia de Aquino Carvalho (1980) e Oswaldo Porto Rocha (1983) que desempenharam um importante papel na construção de uma determinada chave de leitura acerca da história das habitações populares da cidade do Rio de Janeiro. Chave esta, preocupada com os projetos e as formas de intervenção extremamente autoritárias, implementados pelos poderes públicos, que tinham por intenção excluir as classes populares do uso de áreas do centro da cidade, expulsando-as para áreas periféricas.

Os grandes referenciais teóricos destes trabalhos, produzidos nos anos 1980, para pensar as questões das modificações ocorridas no espaço urbano da Cidade do Rio de Janeiro no início do século XX foram, em primeiro lugar, a hipótese apresentada por Friedrich Engels, um dos autores críticos das grandes cidades, de que “a organização do espaço urbano

² De acordo com Blay o PROHEMP (Programa Habitacional de Empresa) proposta pelo BNH em 1980, pretendia facilitar a aquisição de casas pelos trabalhadores próximo aos seus locais de trabalho, propondo-se a financiar 100% do custo das habitações operárias, incluindo os terrenos, desde que as empresas privadas ou pública se interessassem pela construção das moradias que seriam alugadas, aos empregados, em forma de leasing.

seria um mecanismo de controle sócio-econômico, empregado pela burguesia” (ROCHA, 1983, p. 25), onde o traçado urbano refletia de certa forma os interesses e as necessidades do capital.

Num segundo plano, há a problematização da existência de uma associação entre o desenvolvimento do capitalismo e o surgimento de grandes cidades modernas, onde categorias como civilização e modernização passariam a ser, relacionadas à questão sanitária das cidades. Com isso, cidade civilizada tornar-se-ia sinônimo de cidade salubre (higiênica) e a pobreza, sinônimo de insalubridade (anti-higiênica).

O vínculo entre más condições de moradia-doença-pobreza e as políticas higienistas na corte imperial brasileira mereceu uma vasta pesquisa do historiador social Sidney Chalhoub (1996) sobre a construção da ideologia da higiene como legitimadora das intervenções médico-estatais sobre a cidade, especialmente as habitações populares no Brasil desde meados do século XIX e início do século XX.

Chalhoub elege, na destruição do cortiço Cabeça de Porco em 1893, o ponto de virada entre uma e outra forma de pensar e conceber o mundo, que já vinha sendo gestada desde metade do século XIX, ou seja, o choque entre uma sensibilidade “moderna” com seu desejo de civilidade e progresso e uma outra “atrasada”, segundo os pregadores do progresso do período, bem como serve de preâmbulo para a construção de uma versão da história dos cortiços no Rio de Janeiro nas últimas décadas do século XIX. O autor defende que a intervenção das autoridades públicas sobre os cortiços seria legitimada através da ideologia da higiene, difundida por médicos e engenheiros, que assumindo o desejo de “civilizar o país”, submetiam, na prática, a política à técnica.

Assim, em seu trabalho, privilegiando um enfoque claramente vinculado ao âmbito estudo da história social da cultura, cujos referenciais teóricos mais expressivos nos remetem, por exemplo, às concepções defendidas pelo historiador inglês E. P. Thompson. Neste sentido, torna-se uma importante referência no Brasil para o redimensionamento e enriquecimento das abordagens relativas à temática da história da saúde e das doenças, fazendo uma análise do caminho percorrido pela ideologia da higiene desde meados do século XIX para tentar compreender como se instituiu no Brasil esse discurso higienista que legitimou a destruição de diversos cortiços.

Neste trabalho, no entanto, pretendemos, não apenas investigar os mecanismos de controle sócio-econômico empregados pelas elites, superdimensionando o poder e alcance do Estado sobre os populares, como pudemos perceber nos trabalhos de Aquino (1980) e Porto (1983), mas procuraremos recuperar o cotidiano destes nas suas diversas formas de (re)ação

às mudanças impostas pelas instituições burguesas e de apropriação/reapropriação, o que nos faz aproximarmos do trabalho do historiador Fábio Gutemberg B. R. de Sousa (2001). Embora não trabalhe diretamente com a questão da habitação, é uma leitura sobre cidade de grande relevância para nosso trabalho, uma vez que Sousa busca investigar as territorialidades construídas pelos indivíduos e a forma como os mesmos se apropriam dos espaços da cidade de Campina Grande no início do século XX, chegando a construir novas cartografias numa cidade em transformação.

Assim, Sousa se apropria das noções de território e espaço de Raquel Ronilk (1997), para compreender as tensões que ocorreram quando diferentes formas de viver, morar e usar os espaços e territórios da cidade se encontraram, já que ao contrapor as noções de espaço e território, segundo a qual este último seria o espaço real vivido pelos diversos sujeitos, ou seja, o lugar das subjetividades, enquanto que o espaço seria o meio físico, ela denomina o que seria então, as práticas de territorialidade:

As relações que os indivíduos estabelecem entre si configuram-se espacialmente. São processos de subjetivação individual e coletiva e não relações funcionais do tipo uso ou relações de uso: aqui lugar de morar; aqui lugar de trabalhar; aqui lugar de circular.

Estas seriam relações puramente funcionais; só que a cidade não é isso, ou não é só isso. Para além delas existe todo o processo de significação, de percepção e de construção dessa territorialidade. Então, uma rua, para além de ser um lugar aonde se passa ou se deixa de passar, uma rua está carregada de história, está carregada de memória, está carregada de experiências que o sujeito teve, que o seu grupo teve e que a história de seu grupo naquele espaço teve (ROLNIK, 1997, p. 28).

Concordamos com Sousa quando este afirma que nem sempre os populares viam como certa ou conveniente, para sua realidade, aquelas novas normas e encontravam suas formas de adequar essas exigências as suas práticas cotidianas, agindo conforme seus códigos próprios. De modo que procuraremos investigar o cotidiano dos populares, as suas formas de agir, de acordo com sua lógica própria, vendo-os não como ingênuos ou dominados, mas como agenciadores da sua própria realidade, capazes de agir, de negociar, de fazer suas escolhas.

Na tentativa de percebermos essas práticas cotidianas dos populares que estavam, muitas vezes, na contramão das normas impostas pelas autoridades e elites o trabalho de Antonio Clarindo B. de Souza (2002), também se fez importante em nossas leituras. O autor analisa as formas e lugares de diversão dos diferentes grupos sociais na cidade de Campina Grande entre os anos de 1945 e 1965. Estabelecendo um diálogo com Michel de Certeau, vai enfocando as resistências cotidianas dos grupos sociais nesses momentos, sobretudo, daqueles

considerados “desviantes” pelos discursos das elites. Ao fazer isso vai mostrando como, apesar da existência dos discursos que tentavam explicar, delimitar e disciplinar tais práticas, indicando o que era e o que não era permitido nas horas e locais de lazer, os populares burlavam ou incorporavam tais normas de uma forma própria.

No entanto nos afastamos destes dois trabalhos, com relação ao uso das fontes para discutir tais questões, os quais fazem através dos processos criminais que apresentam uma dimensão que vai além da imprensa, fonte utilizada neste trabalho. Logo, os processos crimes, como fonte, ampliam o espectro dos olhares, experiências vivenciadas nos espaços e territórios da cidade. No nosso trabalho tentaremos fazê-lo por meio de filtros da imprensa, que se empenhou em denunciar as formas de vivência dos populares, consideradas, segundo o seu discurso como inapropriadas, desviantes.

Inspirando-se nas leituras desses autores sobre Campina Grande e ao trazer para discussão tais questões, este trabalho, em grande medida é um contraponto à compreensão de alguns historiadores paraibanos, como José Octávio de Arruda Mello, Wellington Aguiar e Maurílio de Almeida³ sobre a cidade de Parahyba como um espaço de apropriação e convivência das elites, visto que estes trabalhos demonstram uma atração toda especial pelos feitos heróicos de parte das elites; ressaltando o atraso econômico, social e cultural a que a Parahyba esteve submetida, em decorrência da sua dependência econômica à vizinha cidade do Recife.

Esse tipo de olhar sobre a cidade foi criticado posteriormente por trabalhos de vertente mais voltada para os estudos sócio-econômicos. Outros pesquisadores, a exemplo das historiadoras Irene Rodrigues da Silva Fernandes, Laura Helena Baracuhy Amorim (1980), cujos trabalhos publicados na década de 1980 apresentaram preocupações muitas vezes invertidas, mudando em grande medida o foco, pensando a cidade a partir da economia nela estabelecida; contribuindo para a constituição de uma historiografia crítica e mais atenta as ambigüidades da modernização e do progresso brasileiro.

No entanto, este trabalho se aproxima mais da leitura feita por Waldeci Ferreira Chagas (2004) sobre o processo de urbanização/modernização da área central da capital entre as décadas de 1910-1939, no qual ele busca a partir da história social, ressaltar aspectos da

³ A respeito desse olhar historiográfico sobre a Cidade da Parahyba, ver MELLO, José Octávio de Arruda. *Os coretos no cotidiano de uma cidade: lazer e classes sociais na capital da Paraíba*. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990; AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. *Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro*. 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989. e AGUIAR, Wellington Hermes Vasconcelos de. *Cidade de João Pessoa: a memória do tempo*. João Pessoa: Persona, 1992 e *A velha Parahyba nas páginas de jornal*. João Pessoa: A União, 1999.

urbanização e modernização da cidade atentando para os mecanismos utilizados nessa transformação e para a forma como as elites e as classes populares vivenciaram-na.

Chagas estuda a modernização da capital a partir da urbanização pela qual passou nas primeiras décadas do século XX, a qual significou dotá-la de serviços e equipamentos urbanos, sejam eles de transporte, comunicação ou higiene, na perspectiva de afastá-la de sua feição colonial e dando edificação a uma nova paisagem, condizente aos padrões burgueses de modernização. Dessa forma, ele faz um percurso, procurando abordar como se deu a aquisição desses equipamentos por parte da população.

No intento a que nos propomos, usaremos diversas fontes primárias e secundárias. Desta forma, para reconstituir as tensões provocadas pelo projeto de modernização da cidade usaremos, como já chegamos a fazer referência, os jornais que circularam na cidade, durante o recorte escolhido, especialmente os jornais *A União* e *A Imprensa*. Era através da imprensa que muitos desses conflitos em torno da habitação eram expostos à população por meio de artigos, crônicas ou notas policiais. Os discursos dos letrados analisados não serão tidos como uma representação mimética da realidade, e sim como uma produção discursiva interessada e que, carrega consigo uma intrincada rede de relações de poder que acabam produzindo um lugar para os moradores da cidade moderna.

Assim, este trabalho apresenta-se dividido da seguinte maneira: No primeiro capítulo, buscaremos trazer para discussão os discursos da higiene, que nomearam a cidade como insalubre, atrasada e que precisava ser modernizada, higienizada. Discursos que não somente a classificaram dessa forma como também legitimaram as ações do Estado no sentido de construir uma cidade moderna. Assim procuraremos, num segundo momento, nos deter nas ações das administrações no sentido de solucionar, ou pelo menos tentar solucionar os problemas de saúde pública, especialmente com a institucionalização da Repartição de Higiene em 1911 e os serviços de saneamento da capital, que embora implantado em 1926 limitou-se apenas a área central da cidade, não beneficiando os demais moradores.

No segundo capítulo, nos deteremos na questão da moradia, sobretudo, as formas de habitação das classes pobres. Assim, iremos inicialmente, montar um quadro das moradias populares, chamando a atenção para como estava organizada a cidade. Num segundo momento enfocaremos as leis sanitárias que visavam o controle dessas moradias, a exemplo dos códigos de postura, que legitimaram as intervenções realizadas nesses espaços, sejam para higienizá-las ou mesmo para destruí-las, especialmente no período das reformas realizadas na área central da cidade a partir das administrações de Camillo de Hollanda (1916-1920) e

Solon de Lucena (1920-1924), procurando compreender então, quais as implicações que tais intervenções tiveram nas formas de morar na cidade.

No terceiro capítulo, pretendemos lançar nosso olhar sobre o cotidiano dos populares nas ruas e becos da cidade, espaço mais comum de suas habitações, e no seu lazer com os usos que faziam do espaço urbano; chamando a atenção, sobretudo, para a relação conflituosa resultante da intenção das elites de imprimir aos populares novos hábitos e formas de sociabilidades, com a vigilância sobre suas atividades e os usos que estes faziam dos espaços e territórios a partir dos seus próprios códigos de conduta; chamando atenção para o modo como os populares vivem e produzem a cidade.

CAPÍTULO I

Produzindo Discursos e Higienizando Espaços: a cidade e a ação médico-higienista

Ao longo dos séculos XIX e XX, as cidades brasileiras conviveram com as críticas aos modelos de urbanidade e depararam com inúmeras tentativas de equilíbrio, de organização de seus espaços, fossem eles públicos ou privados; de construção de espaços habitáveis, de saneamento, entre outras intervenções necessárias para tornarem-se cidades modernas, aprazíveis para os seus moradores, especialmente suas elites, bem como para seus visitantes e investidores.

A cidade colonial, estruturada ainda no século XVI, será denunciada no século XIX, quando “as elites latino-americanas reorientam seus horizontes para os padrões do que seria a metrópole moderna” (PESAVENTO, 2002, p.165). A emergência de uma sensibilidade favorável ao moderno, ao novo e que vê como atraso e não civilização, hábitos, costumes e mesmo a arquitetura que remetia à cidade colonial impulsionou os projetos de demolição da cidade colonial. Mas, embora algumas cidades brasileiras viessem, desde a segunda metade do século XIX, experimentando mudanças estéticas e higiênico/sanitárias, especialmente em suas ruas e áreas centrais, elas chegam ao século XX ainda atormentadas com o problema urbano.

A questão das epidemias que assolavam nossa população colocou na ordem do dia o debate urbanístico sanitário⁴, de modo que, praticamente todas as incipientes mudanças ocorridas ainda no século XIX nas cidades brasileiras são resultantes dos discursos e das novas questões propostas por higienistas e sanitaristas, já difundidas nos países como França e Inglaterra. Cidades como Rio de Janeiro, São Paulo, Santos, Recife, etc. tiveram nos constantes surtos epidêmicos e econômicos, ocorridos na transição para o século XX, os estímulos necessários para que uma nova forma de conceber o espaço urbano e seus habitantes fosse gestada, dentro dos moldes da racionalidade burguesa.

O discurso higienista, enquanto um conjunto de técnicas responsáveis pelo estabelecimento de certas formas de sociabilidade – no que diz respeito ao corpo e a maneira com que este se relaciona com o meio físico – (ANDRADE, 1992, p. 17), colocou-se como

⁴ Debate este que girava em torno das preocupações técnicas de organização ou reorganização do espaço, incluindo dentre outros aspectos, a questão da circulação do ar, da água, de pessoas, etc, que associadas às necessidades higiênicas proporcionariam as cidades bem-estar e funcionalidade.

um veículo de mudança da sociedade brasileira, propondo-se a modificar os hábitos tradicionais, vistos como inadequados a uma nação que se pretendia civilizada. Penetrando não só nos espaços públicos, mas também privados, interferindo diretamente no cotidiano das pessoas.

Segundo Maurício de Abreu, o pensamento higienista foi aos poucos sendo implementado no Brasil, e foi a partir das instituições de ensino médio que o mesmo ganhou força e passou a ser difundido pelo país. Mas foi no Rio de Janeiro, então a maior cidade e a capital do Brasil, que o higienismo “vai mostrar toda sua força” (SILVA, 1997, p. 42) e que de certo modo ditou o tom para as intervenções nas demais cidades brasileiras, que sofreram mudanças não só no meio físico, mas também nas formas de sociabilidade urbana que vigoravam até então.

Dessa forma, nos remetemos inicialmente a Chalhoub, quando da sua análise do pensamento vigente no seio da elite e do governo brasileiro, em fins do século XIX, que correlacionava higiene e civilização. Segundo esse autor, há dois princípios essenciais,

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um ‘caminho da civilização’. isto é, um modelo de ‘aperfeiçoamento moral e material’, que teria validade para qualquer povo, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse mais rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a ‘grandeza’ e a prosperidade dos ‘países mais cultos’ seria a solução dos problemas da higiene pública (CHALHOUB, 1990, p. 35).

Partindo dessa idéia, os médicos-sanitaristas do início da República viam as condições da higiene pública como indicador do grau de civilização de um povo. Mais que isso, havia critérios técnicos, científicos, que norteavam as ações da administração pública. Resultando assim, segundo o próprio Chalhoub,

No processo de configuração dos pressupostos da Higiene como ideologia: ou seja, como um conjunto de princípios que, estando destinados a conduzir o país ao ‘verdadeiro’, à ‘civilização’, implicam a legitimação apriorística das decisões quanto às políticas públicas a serem aplicadas no meio urbano (CHALHOUB, 1990, p. 35).

Percebe-se, assim, que despolitiza-se a realidade histórica e legitima-se, mesmo sem nenhuma comprovação, as políticas de caráter puramente técnico a serem efetivadas a fim de colocar o país no “caminho da civilização”. Como se houvesse uma forma “científica” de gerir a cidade com seus mais diversos problemas sociais, ou seja, na busca de trilhar este

caminho único, a higiene pública, tida como ideologia acabou informando o processo de intervenção das administrações públicas no espaço da cidade, em especial das habitações populares. Mas apesar dessa intenção do discurso da higiene de se colocar acima dos homens e suas questões sociais, tratou sempre de tomar decisões políticas claras quanto ao direcionamento dos benefícios a serem alcançados através das iniciativas da administração pública.

Os médicos e sanitaristas tomaram para si o que imaginavam ser uma missão regeneradora nacional, exercendo cargos públicos, desempenhando tarefas administrativas, fora da orçada médica. Devido a esse poder atribuído aos médicos e às suas instâncias normativas, as políticas públicas de saúde seriam inseridas no planejamento das cidades e das zonas rurais como forma de combate sistêmico das doenças e domínio e saúde do corpo social (MOTA, 2003, p. 43). Pretendia-se, através da higiene obter um controle quer do homem em todas as suas dimensões individuais e sociais, quer do espaço urbano no sentido de conduzir o país à civilização. Assim, há no país, nas primeiras décadas da República, uma intensificação da ação médico-sanitarista.

Conforme a leitura de Sebastião Rogério Ponte, era “o início fragmentado, mas pretensioso, de um processo de medicalização geral da água, do ar, dos lugares e da produção (...) sob a poderosa justificativa bio-política de que sem um satisfatório estado sanitário não haveria civilização nem produção de riqueza” (PONTE, 1993, p. 17). O espaço urbano tornou-se, de imediato, o principal alvo desse revigoramento da vontade civilizatória no seio das elites republicanas. Seguindo a mesma linha de interpretação de Pontes, Ana Fernandes e Marco Gomes acreditam que a modernidade pretendida nesta fase, cujo projeto tem como um dos pilares a ideologia sanitarista, cria:

Novas representações sobre a cidade e a vida urbana polarizadas pela oposição cidade herdada e incivilizada versus cidade ideal civilizada e moderna. Permeando estas representações, a desqualificação de tudo que é local da história, o desejo de ser outro, a fixação em um ideal situado alhures (a Europa) e a percepção de um ‘atraso’ com relação às sociedades modernas (FERNANDES & GOMES, 1992, p. 17).

A partir dessas afirmações, se faz necessário o seguinte questionamento: será pertinente afirmar que a idéia de um Brasil moderno e civilizado nasce apenas no período republicano? Acredito que não podemos estabelecer tais marcos, posto que as mudanças que marcaram a transição de um século para o outro, são resultado de um longo processo que se estendeu pelo século XIX a partir das questões propostas por higienistas e sanitaristas

inspiradas em teorias científicas difundidas na Europa e que tiveram ampla difusão no seio de nossas elites.

Remetendo-nos a Chalhoub mais uma vez, quando este narra a história de combate à Febre Amarela desde meados do século XIX, bem como a introdução da prática de vacinação no início do mesmo século na Corte Imperial brasileira, vemos que já nesse período suscitou toda uma discussão entre médicos brasileiros e estrangeiros bem como entre os médicos e governo, no sentido de detectar as causas e medidas para sanar tais problemas. Assim, várias medidas foram usadas em diversos momentos, sejam sobre o corpo das pessoas, pelo estabelecimento de quarentenas, isolamento e interdições dos doentes; seja sobre o ambiente, para impedir a proliferação de miasmas, pela drenagem de pântanos, calçamentos e limpeza de ruas, primeiras obras sanitárias, imposição de códigos de postura, etc.

Assim, a ação saneadora que se tem nas primeiras décadas da República, é resultante dos discursos e medidas sanitárias que já vinham se produzindo no país e que tinham como objetivo a melhoria da saúde pública e ordenamento das cidades, visto que a própria mudança de regime se dá em decorrência dos discursos de modernidade e mudanças que tinham como meta o progresso e a civilização. No entanto, entendemos que é nesse momento de instauração da República que há uma melhor sistematização das intervenções sanitárias. Ou seja, tomamos esse momento como o catalisador dessas mudanças com a efetivação de políticas de saúde pública que resultaram numa crescente atuação do Estado na execução de políticas de saúde pública culminando nas inúmeras reformas urbanas e sanitárias pelas cidades brasileiras.

Os programas de saneamento e higienização dos corpos e dos espaços, empreendidos nesse momento histórico resultaram no que Gilberto Hochman (1998) nomeou de “A era do saneamento” que por sua vez dá nome ao seu trabalho sobre a formação de políticas públicas e nacionais de saúde. A interpretação apresentada é que, as políticas de proteção social emergiram de uma articulação entre consciência social das elites e seus interesses materiais a partir de oportunidades vislumbradas com a coletivização do bem-estar. Ou seja, de acordo com o autor, uma política nacional de saúde pública no Brasil foi possível a partir do encontro da consciência das elites com seus interesses, e suas bases foram estabelecidas a partir de uma negociação entre os estados e o poder central, que entendiam como necessária a tomada de atitudes compulsórias para a solução dos problemas sanitários, possibilitando assim, uma ampla intervenção sanitária, urbano e rural, no país nas primeiras décadas do século XX.

No entanto, ao responder em seu trabalho sobre quando a saúde se torna pública ou por que se torna objeto de interesse público e de iniciativas políticas, o autor ao associá-las ao

período republicano, especialmente nas décadas de 1910 e 1920, parece ocultar todo um período em que já se vinham sendo gestada essa consciência nacional, especialmente no Rio de Janeiro, centro irradiador no país das idéias sanitarista e que resultariam na efetivação de políticas nacionais de saneamento a partir dessa convergência dos interesses das elites nacionais e locais com o Estado brasileiro no período republicano.

O Rio de Janeiro logo cedo lançou as bases para suas reformas. Apesar da investidas sanitaristas, a realidade da capital no início do século XX, expõe com nitidez o delicado estado sanitário em que a cidade ainda apresentava. As epidemias ainda assolavam sua população, de modo que era preciso medidas efetivas que pudessem sanar essa situação. Foi então, numa ação conjunta entre o presidente Rodrigues Alves, Lauro Müller, ministro de Indústria, Viação e Obras Públicas, e Pereira Passos, prefeito do Rio de Janeiro, que teve início o ambicioso projeto de remodelação urbana da capital do país, que legitimado pelo discurso higienista e estético, buscou modernizar a cidade eliminando não só as marcas de um passado colonial refletido nas ruas estreitas e sinuosas, mas também pretendeu alcançar as sociabilidades e valores do povo (PESAVENTO, 2002, p.174).

A capital do país era uma cidade que ainda apresentava uma topografia acidentada, com um traçado labiríntico, que crescera demais tanto em virtude do comércio do seu porto, como também pelo fato de ser sede do governo. O seu grande problema se concentrava, segundo Pesavento, na chamada “cidade velha”, com sua vida aglomerada. Junto a ela encontrava-se o porto, cujas condições evidenciavam a necessidade de ampliar e modernizar, de modo a adequá-lo às novas exigências do comércio de exportações, visto que:

Pairava sobre a cidade e seus habitantes, o terrível espectro das epidemias, o fantasma da sinistra febre amarela que ceifava vidas e que fazia com que navios, vindos da Europa passassem ao largo da cidade, para evitar as doenças que se acentuavam com o terrível verão carioca.

Como atrair capitais, impor-se diante das nações estrangeiras, receber imigrantes para a expansão do mercado de trabalho livre, com uma cidade de tal tipo? O Rio de Janeiro precisava ser o cartão de visitas do país. A exuberância da natureza do sítio, vista e apreciada de longe, perdia seu encanto quando se penetrava na cidade (PESAVENTO, 2002, p. 174).

Assim, na perspectiva de superar essa situação e construir uma nova cidade que refletisse a imagem de uma urbe higiênica, linda e ordenada, começaram as demolições na cidade velha, destruindo becos, ruelas e cortiços, estes, desde meados do oitocentos, já tinham se tornado alvo das vistas dos médicos higienistas que passaram a associar essas formas de moradia às epidemias que corriqueiramente assolavam a população carioca. Dizia-se, que era preciso, intervir radicalmente na cidade para eliminar tais habitações e afastar do centro da capital os perigos por ela causados. Tais discussões e intervenções culminaram com a

destruição do cortiço Cabeça de Porco em 1893, tido como a síntese de tudo que evocava o atraso e denegria a imagem da capital do país. Assim como este, vários outros cortiços e sobrados feios foram destruídos para dar lugar a vias amplas, claras e arejadas. Daí o aterro de pântanos, morros e lagoas. Enfim, o prefeito imprimiu uma série de medidas de impacto, em grande medida, autoritárias, revolucionando o Rio de Janeiro e fomentando reações diversas.

No entanto, não é nosso objetivo tratar das medidas que o governo lançou mão para modificar a cidade e as reações da população com relação a seus efeitos sobre suas vidas, visto já terem sido bem analisadas pela historiografia. Interessa-nos ressaltar o intuito e os discursos que legitimaram tais reformas e que influenciaram as reformas em outras cidades do país como foi o caso de Parahyba do Norte, que tomaram o Rio como modelo, principalmente se a questão era embelezamento, higienização, bem como novos hábitos de apresentação pública.

A intenção era tornar o Rio uma metrópole moderna, aceitável, com a feição do progresso idealizado por suas elites educadas à européia, enfim, uma “cidade ideal” à parisiense, tendo em vista que, não há como negar que as idéias de “cidade civilizada” vindas da Europa contaminaram nossas elites, que buscaram seguir o paradigma urbanístico europeu, especialmente da Paris Hausmanniana, com o mesmo objetivo: o de limpar a cidade, abrir avenidas, pavimentar ruas, construir praças, etc. submetendo-as a uma ordem estável necessária às novas funções urbanas promovidas pela emergência do capitalismo industrial, onde não caberiam as imagens de cidade antiga, que só seriam lembradas para ressaltar o valor e a importância do progresso como fator determinante da modernização que já vinha sendo gestada. O progresso imposto de cima era uma mostra de que

O Brasil civilizava-se, progredia, e o Rio principalmente. Havia até muito carioca que julgava ser o progresso da capital da República reflexo em miniatura do desenvolvimento do país.

Mas, o Rio progredia. Quem não se lembra ainda da cidade de há dez anos atrás, retalhada de vicelas humanas, calçadas a lajedos gastos e paralelepípedos desiguais, sem uma árvore que não fosse apertada entre filas de casas velhas e desiguais, rendilhadas de janelinhas e de rótulas? (...) o carro de praça enlameado e sujo; as ruas estreitas e sem sol; as praças desarborizadas; as construções baixas e alfonsinas, tudo isso desapareceu da noite para o dia, e a feição colonial da sebastianópolis formou-se com a rapidez de um *tour de force* no mais lindo aspecto dos grandes centros de civilização moderna (A Imprensa do Rio, 04/01/1913, p.02) (*apud* CHAGAS, 2004, p. 28).

Esse impulso pelo progresso e civilização dado a cidade e que se configurou na transformação da paisagem urbana e no comportamento de parte de sua população, possibilitado pelas transformações econômicas, se deu de forma semelhante em São Paulo.

marcada por um adensamento populacional decorrente das imigrações desde fins do século XIX. As preocupações urbanas dos setores públicos estavam focadas tanto nos problemas de insalubridade da cidade; como também se fazia mister demonstrar que a cidade crescia e se “modernizava” face aos valores da *belle époque*, como uma cidade civilizada, melhorias que buscavam dar conta dessa “modernidade” que as elites cafeicultoras requeriam.

Considerando as peculiaridades de cada localidade, diversas cidades brasileiras tiveram também suas paisagens urbanas transformadas, procurando em grande medida, quando possível, seguir os rumos tomados por essas metrópoles. O Nordeste em meio a uma condição econômica frágil em relação ao Sul e Sudeste, mesmo assim teve suas principais cidades modernizadas. O Recife, assim como no Rio de Janeiro, que desde meados do século XIX e durante toda a primeira década do século XX procurou alinhar seus feitos progressistas às novas idéias de higienização, também se apropriou dessas influências européias para pautar as suas urbanizações, melhoramentos e “embelezamentos” da cidade. É nesse contexto que, em nome de “salvar” a cidade de várias epidemias que ameaçavam a saúde pública ou já se alastravam pela cidade, dá-se início a uma série de projetos de reforma urbana e modernização da cidade na primeira década do século XX.

O Recife, no início do século XX já era, na região, uma das principais referências em termos de modernidade urbana, em virtude da sua condição de entreposto comercial, o que permitiu-lhe, celebrar logo cedo, em sua área de influência os decantados elementos modernos e experimentar as reformas urbana edificando aos poucos a face moderna da cidade que a muito já fazia parte das discussões de médicos higienistas (ARANHA, 2001, p. 253-254).

Ainda na primeira década do século XX diante da gravidade do estado sanitário da cidade, as autoridades estaduais puseram em ação um plano de melhoria do saneamento da cidade do Recife. Seguindo os ideais de “civilização” e progresso das elites pernambucanas seguidoras da ideologia positiva da época, diversos médicos e engenheiros são ouvidos em suas idéias de alinhar a cidade aos moldes da modernidade (OUTTES, 1997, p. 46) Com o objetivo de agir o quanto antes, a Comissão de Saneamento, sob a responsabilidade do engenheiro Saturnino Rodrigues de Brito, tratou de tomar medidas que incluíam alargamento e o saneamento das ruas, derrubada de diversos casarões e casebres antigos na paisagem da cidade, que eram considerados insalubres e perigosos à saúde pública. Procurando torná-la uma urbe salubre e moderna subtraindo de sua paisagem a feição colonial⁵.

⁵ Para o entendimento das transformações urbanas pelas quais passou a cidade do Recife no início do século XX, ver: OUTTES, Joel. **O Recife: gênese do urbanismo (1927-1943)**. Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

Na cidade de Parahyba do Norte, esse desejo pela modernização, se fez presente em parte de seus moradores, especialmente os comerciantes. Esse anseio esteve representado, na implementação dos serviços, que na compreensão das elites, resultaria na edificação da cidade ideal, ou seja, a cidade deveria contar com energia elétrica, ruas calçadas, água encanada, bonde elétrico, entre outros, em prol do progresso e civilização.⁶

No entanto, na virada do século XIX para o século XX, era bem outra a realidade da capital da Parahyba, apontada por seus memorialistas como um aglomerado urbano pequeno, dos mais pobres e atrasados, cujas ruas, “excetuando-se a Rua Direita e uma parte do Varadouro, as demais não eram calçadas e apresentavam um aspecto deplorável na época da estação invernososa, com o lamaçal envolvendo as suas dimensões, esburacadas e com grandes sulcos produzidos pela erosão pluvial” (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 76).

Conquanto críticas à situação da cidade se tornassem recorrentes a partir do final do século XIX, diligentes em evidenciar a penúria de ruas, praças e edificações, quer públicas, quer privadas, que se erguiam ignorando por completo normativas estéticas, construtivas e higiênicas, é, contudo, apenas na década de 1910 que se notam ações efetivas no sentido de modernização da cidade, voltadas de início à instalação e renovação de serviços urbanos.

Apesar dos avanços conseguidos no fim do século XIX, quando a cidade obteve a vitória sobre a escuridão, já que em 1896, Álvaro Machado contratou os serviços de iluminação pública e serviço de abastecimento de água, estes se davam de forma muito precária e não atendiam as necessidades da população. As primeiras experiências com energia elétrica para fins de iluminação pública na cidade só se dão em 1912⁷. Assim, fica evidente que no início do século XX, muito ainda estava por ser feito pela modernização da capital, como enfoca o próprio Álvaro Machado em 1905. Na sua mensagem dirigida à Assembléia Legislativa, expunha a dificuldade em se obter as ações desejadas para o remodelamento da capital:

Muito há que se fazer, principalmente n'esta capital. Não temos água encanada, não temos esgotos e a iluminação publica muito deixa a desejar, apesar da innovação do contracto ultimamente feito. Estão por calçar muitas ruas e não pode por mais tempo permanecer sem aterro o grande pântano situado na cidade alta. A falta de meios não tem sido possível levar a affeito essas obras que tanto interessam à saúde pública.⁸

⁶ Segundo Amaral Lapa, em seu estudo sobre a modernidade em Campinas-SP, são as palavras civilização e progresso e os seus conceitos que contém a idéia de modernidade, com suas vantagens que iluminavam o universo cultural burguês, ou seja, a idéia de modernidade se configura a partir do sentido atribuído a esses conceitos por parte das elites, visto que a palavra modernidade ainda não figura na fala desses agentes históricos.

⁷ A respeito da eletrificação da capital e de outras cidades do interior, no processo de substituição de outras formas de energias para a energia elétrica ver ARANHA, 2001, p.305.

⁸ Mensagem Presidencial Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 20 de outubro de 1905 pelo Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado, p. 13.

A respeito da falta de condições às quais se refere Álvaro Machado, vale ressaltar que de 1895 a 1905 o regime orçamentário do Estado foi de déficit, a exceção do ano de 1903 que teve um saldo positivo de 53.220\$637⁹ (cinquenta e três contos, duzentos e vinte mil e seiscentos e trinta e sete réis). A cidade não havia obtido ainda um crescimento econômico suficiente para concretizar os projetos de modernização, permanecendo no estado de precariedade em relação a sua infra-estrutura que a imprensa tanto se referia ao exigir dos administradores soluções.

Embora algumas ações estivessem sendo empreendidas na sua administração, como o alargamento do Beco da Estação, que passou a se chamar Rua 5 de Agosto, “perfeitamente calçada, oferecendo agradável impressão aos que chegam a esta capital”¹⁰; bem como o prolongamento da Rua da Areia, o rebaixamento da ladeira do Rosário, no intuito de melhorar as condições da viação urbana; assim como o ajardinamento das praças Bento da Gama e Mercez e calçamentos da Rua Gama e Mello, antiga Rua da Viração, trecho da ladeira dos Góes e do Fronteiro ao Beco do Rosário, cortando a Praça das Mercez, a cidade é apresentada por seus cronistas e viajantes sob a condição de um pequeno vilarejo, sendo descrita como uma “cidadela” carente de infra-estrutura com sobrados modestos e morfologia urbana simples. Tal simplicidade é registrada posteriormente pelo memorialista Aécio Vilar de Aquino ao fazer referência à capital paraibana nesse período.

As casas residenciais eram modestas, segundo a arquitetura típica das residências coloniais e despidas de muitos dos básicos necessários a prédios urbanos destinados a moradias.

Poucos sobrados ostentavam a imponência da sua arquitetura e o status mais elevado dos seus moradores. Logo depois do centro iniciavam-se os sítios (...) e logo depois a mata emoldurava a pequena cidade, às vezes seccionado, isolando pequenos conjuntos de habitações, que passavam a constituir povoados quase que independentes (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 75).

O fragmento acima descreve uma cidade modesta, com aspecto mais rural do que propriamente urbano, apresentando-se como uma cidade pequena, carente de diversos equipamentos urbanos. Dessas impressões é exemplar a Monografia da Cidade da Parahyba do Norte, elaborada por Gomes Jardim no final do século XIX. Uma minuciosa descrição da estrutura urbana em seus elementos componentes, em que se sucedem ruas, travessas, becos,

⁹ Mensagem Presidencial Apresentada à Assembléia Legislativa do Estado em 20 de outubro de 1905 pelo Presidente do Estado Dr. Álvaro Lopes Machado, p. 13.

¹⁰ Id. Ibid., p.14.

largos, pátios, além dos edifícios públicos, civis e religiosos, fontes, bicas e cemitérios, contados localizados e orientados com precisão no tecido urbano da capital¹¹.

Embora seja uma descrição feita no fim do século XIX, ela nos é importante para analisarmos a situação da cidade no início do século XX tendo em vista que foram poucas as mudanças estruturais que se procederam na capital. Assim, tomando sua descrição como fonte de estudo, percebe-se um conjunto de carências e problemas acumulados ao longo de sua formação, como edificações em total desacordo com preceitos de higiene ou desprovidas de qualquer cuidado estético, casas construídas sem seguir as normas de higiene. Assim, como da salubridade pública com a precária situação da capital no que dizia respeito aos serviços urbanos básicos.

Dessa forma, o esquadramento do espaço urbano que promove é também um processo de desvelamento de imperfeições acumuladas durante sua constituição, que se apresentam na tortuosidade das ruas, na precariedade dos espaços públicos, no adensamento das construções em certas áreas, na proliferação de casas de palha nas áreas centrais da cidade. Condições estas que fariam viajantes terem uma péssima impressão da capital paraibana como relata este viajante numa matéria na revista francesa *Annales Diplomatique ET Consulaires*, reproduzida pelo jornal *A união*.

A cidade é triste, quase inanimada, construída irregularmente sobre as partes altas e baixas do solo, com ruas sujas e enlameadas e casas modestas; na embocadura do Rio Parahyba tem um aspecto mais pitoresco que imponente: o progresso não passou ainda por aquelas regiões, alguns lampiões denegridos pelo fumo allumiam mal com suas tremulas luzes as ruas e praças; pesados bonds, mediando entre o carro e o tranway sacodem os viatantes nas ruas daquela cidade morta¹².

É a partir de diagnósticos como o de Jardim, de impressões de viajantes e contra a imagem que deles aflora que se apresentava com mais força o desejo das elites e autoridades em promover mudanças estruturais na cidade que a conduza ao progresso e à modernidade, que resultará numa série de medidas, sobretudo nas décadas de 1910 e 1920, com intuito de promover o progresso da cidade, e na adoção de novos parâmetros estéticos nas construções e instalação e renovação de serviços urbanos que em conjunto conformam um primeiro ciclo de reforma e modernização da capital.

Assim sendo, será apenas na segunda década do século XX que a capital da Parahyba vive o que poderíamos chamar de seu primeiro momento de modernidade com a conquista de

¹¹ A Monografia da cidade de Parahyba do Norte, elaborada por Gomes Jardim foi publicada pela Revista do IHGP, vol. 3, 1911.

¹² Jornal A União, 20/08/1907.

algumas benesses do mundo moderno, tais como luz e bonde elétrico, água encanada, cinema, bem como pelas transformações na sua malha urbana, dando mostras de que sua população, ou pelo menos, parte dela, estava deseiosa de viver hábitos e costumes de uma cidade moderna.

Juntamente à instalação desses serviços, um fato emblemático que é apontado por muitos memorialistas e estudiosos como baliza, como marco inicial do processo de modernização da capital paraibana nas primeiras décadas do século XX é a abertura da Avenida João Machado, na região de Jaguaribe. Onde antes predominavam construções precárias em ruas aterradas e tomadas pelo mato, abriu-se um “boulevard”, extenso e largo, que facilitava o acesso a essa área da cidade, iniciando um processo de ocupação pelas classes mais abastadas. A regularidade da nova via afirmava-se como um gesto simbólico de negação do passado tortuoso das ruelas coloniais e de suas pragas. A modernização ensejada parecia se avistar sem empecilhos na perspectiva retilínea da Avenida João Machado (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 138).

Nas administrações que se sucederam nesse período evidenciaram sucessivos esforços em promover o apagamento dos rastros de uma cidade colonial e insalubre, adotando-se novos padrões de higiene e estética nas construções e instalações e renovações de serviços urbanos, que em conjunto representam um primeiro momento de reforma e modernização da capital. Atentemos para as palavras de Oswaldo Trigueiro acerca desse período na capital paraibana.

A modernização da capital começou no governo de João Machado, que constituiu o primeiro serviço de abastecimento de água, dotou a cidade de luz elétrica e substituiu os bondes de burro pelo serviço de carris, que funcionou durante trinta e tantos anos. O governo de Castro Pinto não se caracterizou por grandes realizações materiais, porém, ainda assim, deixou um traço de sua passagem na fachada do Palácio do Governo, que modernizou, dando-lhe a feição que ainda hoje conserva. No governo de Camilo de Holanda tivemos uma pequena revolução urbanística – edifícios, avenidas, calçamentos – que começou a modificar o aspecto colonial da cidade. No governo seguinte, o de Sólton de Lucena, este trabalho de modernização teve um novo impulso, graças ao dinamismo do prefeito Guedes Pereira que fez a nova cidade, desde a velha Lagoa, por ele transformada em parque público à abertura de novos bairros, que hoje se estendem para os lados do Tambaú. Assim, de 1910 a 1924, a capital experimentou fase de constante progresso, adquirindo o aspecto aprazível que a caracteriza (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 134).

No desejo de tornarem-se modernos dotando a cidade com as conquistas materiais, expressas nos transportes e comunicações, equipamentos de higiene e conforto, é que as elites e letrados de nossa capital irão colocar entre as prioridades, a higiene pública, visto que, uma

cidade que quer “civilizar-se” deveria ser pensada dentre os moldes da racionalidade burguesa, isto é, uma cidade limpa, desodorizada (CORBIN, 1987).

Tal prioridade se justifica à medida que vamos pesquisando as páginas dos jornais do início do século XX e encontramos uma cidade que se revela através de ruas estreitas, lamacentas, uma cidade que necessitava, segundo os discursos de seus letrados, medidas de higiene, uma política sanitária atuante, capaz de reprimir abusos à saúde pública, pondo fim à imundície das ruas que contribuíam para proliferação de doenças, atestando o “atraso” da capital, como vemos na seguinte nota do jornal *A Imprensa*:

A hygiene, de cuja falta tanto nos ressentimos, seria o meio efficaz e certo para impedir o avassalamento das epidemias e promover o progresso de nossa *urbs*. As nossas condições hygienicas. não há negal-o. são a causa primordial do mau estado sanitário em que nos achamos (...) o nosso atraso é uma verdade que se impõe a quem quer que visite nossa capital.¹³

O atraso ao qual o redator se refere se dá em relação não apenas a Londres e Paris, padrões europeus de modernidade e urbanização a serem seguidos naquele período, mas especialmente, a cidades brasileiras, como Rio de Janeiro e Recife que como vimos já estavam vivenciando de forma mais efetiva transformações nos seus espaços a fim de higienizá-los e modernizá-los. E a Parahyba, procurando inserir-se nesse contexto nacional de modernização, orientou-se também para a necessidade de higienizar o espaço contendo os surtos epidêmicos que ainda atormentavam nossa população, como a epidemia de varíola em 1907¹⁴.

Assim, é que a partir de 1910 ocorreram as primeiras investidas no sentido de higienização da cidade de forma mais efetiva. Ao mesmo tempo em que se tem a instalação de um serviço regular, ainda que limitado, de abastecimento de água, em 1911, no governo de João Lopes Machado é regulamentado e institucionalizado o Serviço de Higiene, em 1913 foi encomendado o projeto de saneamento da capital ao engenheiro Saturnino de Brito, pelo então governador do Estado João Pereira de Castro Pinto, embora ele só tenha vindo a ser realizado em 1922 no governo de Sólton de Lucena. Serviços estes, que juntamente com as obras de aformoseamento urbano, conduzidas nesse período, especialmente no governo de Camilo de Holanda, representaram ações que estavam inseridas no processo de modernização e higienização da capital que se orientaram não apenas para a transformação do espaço, mas também para a mudança de hábitos da população, objetivo este, nem sempre alcançado.

¹³ Jornal *A Imprensa*, 26/02/1914, p. 01

¹⁴ A esse respeito consultar: SÁ, Lenilde Duarte de. *Parahyba: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918*. Tese de Doutorado. Ribeirão Preto: Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP)1999.

Organização da Repartição de Higiene – 1911

Nessa perspectiva de tornar a capital paraibana salubre, desodorizada, livre das epidemias que volta e meia assolavam sua população, bem como livrá-la do atraso em relação a outras cidades que já contavam com um serviço de saúde pública mais eficiente, mantendo sob controle as epidemias, é que cada vez mais enfatizava-se os discursos em torno da necessidade de organização do serviço de higiene na Parahyba, como vemos num trecho da fala do então Inspetor de Saúde dos Portos.

Afagamos (...) de há muito a idéia da organização do serviço sanitário desta capital, - do seu saneamento, - em condições de fazer a sua hygiene defensiva (...). Basta-nos observar o aspecto offerecido pela capital cearense, para avaliar-se o interesse que o Dr. Nogueira Accioly vota à hygiene. Em cada município existe uma delegacia de hygiene, destinada a defesa sanitária, da circunscripção e dotadas todas ellas de recursos precisos para consecução dos seus fins. (...) Si do Ceará levarmos nossas vistas para o Maranhão, vcremos que naquelle Estado a solitudine do governo se tem evidenciado de modo generoso e patriótico dotando-o de melhoramentos taes em matéria de hygiene que sua directoria já distribue boletins semanaes, pelos quaes se torna conhecido o seu movimento de natalidade, nupcialidade e mortalidade.¹⁵

De acordo com as palavras de Maroja, era precária a situação em que se encontrava o serviço de higiene pública na cidade de Parahyba, que não contava com uma organização capaz de estabelecer a profilaxia das epidemias, aparelhando o serviço com os elementos necessários ao estabelecimento da higiene, como vinha se processando em estados como o Ceará e Maranhão, que já contavam com um serviço mais estruturado e capaz de atender as necessidades locais. Visto que, embora a necessidade de promover a higienização com vistas a melhoria da saúde pública fizesse parte dos discursos entre médicos higienistas e Estado tais propostas ainda não tinha sido sistematizadas pelo governo paraibano. Ainda segundo Maroja,

(...) A hygiene publica da Parahyba, guardando a simplicidade e modéstia de sua primitiva organização, revela apenas a sua existência por ter provido o cargo de inspector, função que é presentemente exercida por um facultativo muito competente e trabalhador. Mas, esse digno funcionario, porque não tem um secretario, um auxiliar, porque não tem uma repartição ao seu cargo, um laboratório para as suas analyses chimicas e pesquisas microscópicas, hoje tão necessárias diante das falsificações que empolgam quase tudo que ingerimos como alimento sadio e nutriente, porque não tem mesmo as suas atribuições claramente definidas, assim desaparelhado de todos os elementos de acção, vê-se o inspector de hygiene publica na triste contingência de

¹⁵ MAROJA, Flávio. A nossa hygiene. In: Revista Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, V.3, 1911, p.431.

cruzar os braços deante de qualquer calamidade publica, pranteando com toda a nossa população o indiferentismo e incúria dos governos passados.¹⁶

Embora o Serviço de Higiene Pública no estado da Parahyba tenha sido regularizado dez anos antes das considerações de Maroja, sob o Decreto n.53 de 30 de março de 1895, nunca se efetivaram as resoluções dos artigos daquele Decreto, tendo em vista que a Inspectoria de Hygiene não dispunha da estrutura material e humana para executar suas obrigações que, segundo consta no Art. 6. do cap.2, seria:

- I. O estudo das questões reactivas à saúde pública do Estado;
- II. O sancamento das localidades e habitações;
- III. A adopção de medidas tendentes a previnir, combater ou attenuar as moléstias endêmicas, epidêmicas e transmissiveis aos homens e animaes;
- IV. A organização, direcção e distribuição dos socorros de assistência publica;
- V. A direcção e prorrogção da vaccinação contra a variola;
- VI. A inspecção sanitária das escolas, officinas, fabricas, hospitaes, hospícios, quartéis, prisões, estabelecimento de caridade e asylos;
- VII. A fiscalização da alimenatção publica, do fabrico e consumo de bebidas nacionaes e estrangeiras, naturaes ou artificiaes, do comércio de exploração de águas mineraes;
- VIII. A fiscalização do exercicio da medicina em qualquer dos seus ramos e da pharmacia;
- IX. A policia sanitária sobre tudo que, directa ou indirectamente, possa influir na salubridade das cidades, villas ou povoações do Estado;
- X. A fiscalização sanitária de todos os grandes trabalhos de utilidade publica, dos cemitérios e obras que possam interessar a saúde da população;
- XI. A organização de estatística demographo-sanitaria.¹⁷

Segundo Sá (1999, 199), o Decreto regularizava o serviço. No entanto, em momento algum se fazia referência, nos seus oito capítulos e oitenta artigos, à participação do Estado no que diz respeito a disponibilização de recursos financeiros para implementar as normas. De modo que, os recursos para gerenciar os serviços viriam das multas impostas por ele o que, ao nosso ver, tornava difícil a aquisição de material e recursos tecnológicos que viabilizassem as atividades de inspeção sanitária.

A isso, soma-se o fato do serviço contar com apenas um Inspector, como denuncia Maroja e que podemos constatar lendo o Art.8 do Decreto, o qual rezava: “A Inspectoria de Hygiene se comporá de um inspector de Hygiene na Capital do estado, e de um delegado de hygiene, em cada município do Estado.” Ora, para uma população que nesse período já

¹⁶ Id. Ibid., p. 432

¹⁷ Decreto Nº 53. In: Collecção de Leis e Decretos de 1895. Estado da Parahyba. Imprensa Oficial, 1912.

chegava a uma marca de cerca de 20.000 habitantes, apenas um inspetor será insuficiente para dar conta de todas essas atribuições e apresentar um resultado positivo no combate às epidemias, restava a este apenas seguir o conselho de Maroja, cruzar os braços diante das calamidades.

Enquanto isso a população, sobretudo a elite letrada, seguia suas denúncias nos jornais acerca da situação de insalubridade em que se encontrava a capital paraibana exigindo providências dos responsáveis pela saúde pública para tomarem as providências. No entanto, só em 1911, no governo de João Lopes Machado, é que será regulamentado e institucionalizado o Serviço de Higiene da Parahyba pelo Decreto n. 494, de 8 de Junho daquele ano. O propósito de sua criação, que não nos surpreende está claro nas palavras do presidente João Machado, “Era incontestável a urgência de ser dotada a nossa capital com uma organização sanitária que viesse introduzir novos estímulos e dar sério combate às antiquadas e prejudiciais idéias existentes entre nós em matéria de higiene.”¹⁸

Assim, regulamentado o Serviço de Higiene, seu plano de defesa sanitária resume-se “(...) na criação e rigorosa observância dos seguintes serviços: policia sanitaria, vigilancia medica, desinfecções, vaccinação e revaccinação, isolamento e demographia sanitária”¹⁹. De acordo com o Art.6, a direção do serviço do estado seria executado por uma repartição central, subordinada ao poder executivo estadual, compreendendo a Directoria Geral e as sessões anexas sob sua dependência: (A) a secção de desinfecção, (B) hospitais de isolamento e (C) a estatística demographo-sanitaria²⁰.

Diferentemente do Decreto de 1895, além da repartição central que teria sua sede na capital do estado, a Directoria de Higiene exerceria suas funções em todo o estado por intermédio dos prefeitos municipais e delegados de higiene; e dos inspetores sanitários contratados; e seria constituída na capital pelo seguinte pessoal: um director geral; dois delegados de hygiene, um médico demographista, um pharmaceutico, um secretario e um porteiro servindo de zelador. Esse regulamento trazia outra novidade. O Serviço de Higiene Publica da Parahyba do Norte ficaria dividido em Estadual e Municipal.

No que diz respeito às atribuições no âmbito estadual, encontrava-se o estudo de todas as questões relativas à saúde pública, desde a execução de medidas preventivas de moléstias transmissíveis e infecciosas até o seu estudo e tratamento; a inspeção do serviço de higiene nos municípios; a organização do serviço de vacinação e revacinação contra a varíola; a

¹⁸ Mensagem Presidencial apresentada à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado, 1911, p.27.

¹⁹ Decreto Nº 494 de 08 de Junho de 1911, p.03.

²⁰ Id. Ibid., p.05.

organização da estatística demógrafo-sanitária do estado, bem como o estudo das condições mesológicas, abrangendo, a atmosfera, o solo e a vegetação com relação à higiene geral e a divulgação dos preceitos gerais de higiene pública e privada. Ao serviço municipal, rezava que este ficaria responsável pelo saneamento local; pelo dessecamento e drenagem dos terrenos úmidos e pantanosos; calçamento, asseio e irrigação das vias públicas; remoção e incineração do lixo; estabelecimento de posturas regulando a construção de casas e tudo quanto pertencesse à higiene das habitações e auxiliar o Serviço de Higiene Geral em épocas de epidemia. Mas até que o Serviço Municipal fosse organizado estas funções caberiam ainda ao serviço estadual, que além dessas atribuições deveria inspecionar estabelecimentos industriais, cemitérios, açougues e mercados e fontes públicas.

No entanto, de acordo com Sá, embora previsse o seu Art.38 a organização, pelos municípios, de um regulamento próprio, “não encontramos, legalmente falando, nenhum documento elaborado que ordinariamente tratasse do serviço de higiene dos municípios, nem mesmo da capital.” (SÁ, 1999, p. 216). Dessa forma, a cidade da Parahyba não contou como município com um regulamento próprio, mas sim, seguiu as determinações do regulamento estadual, sediando a Directoria Geral, que enquanto responsável pela saúde pública desenvolveu ações sanitárias de cunho policialesco e repressor, procurando sanear a cidade e criar novos hábitos na população, alterando paulatinamente os costumes e a paisagem urbana.

O Decreto e a Directoria de Hygiene, estavam em sintonia com o momento pelo qual passava a nossa capital, visto que foi nessa década que alguns elementos modernos alcançaram como já tratamos aqui, bem como havia todo um discurso produzido pelos letrados que abordavam, de maneira ufana, a cidade em ritmo de progresso. Várias são as matérias e artigos que se ocupavam de mostrar que a cidade poderia vir a tornar-se prospera e civilizada e um dos caminhos para se alcançar tal objetivo era a resolução dos problemas de higiene da capital.

De modo que o Decreto que institucionalizou o serviço de higiene foi produzido, segundo Sá, justamente no intento higienista da época, especialmente baseado na Campanha de Oswaldo Cruz e Pereira Passos da década anterior, quando estes, sob uma verdadeira “ditadura”, como chama Sevcenko, urbanizaram e higienizaram o Rio de Janeiro à custa da vacinação obrigatória, invasões de domicílios, demolição de casas que não seguissem a risca os códigos de postura e higiene, extinção dos cortiços e aglomerados; como podemos ver nas próprias palavras do Presidente do Estado na sua mensagem do relatório apresentado à Assembléia legislativa no ano de 1912.

No nosso paiz. é preciso que assgnalemos que, o início proveitoso de medidas efficazes de hygiene appareceu com Oswaldo Cruz, surgiu na metrópole para, então, ir divulgando pelo paiz inteiro.

Oswaldo Cruz saneando a nossa capital federal e principalmente julgando o terrível espantallo – a febre amarella que tantos prejuisos nos causou, impedindo as nossas relações econômicas com os demais paizes, deu ao Brazil inteiro provas do quanto pôde a hygiene, demonstrando evidente e praticamente o que vale a sciencia e os recursos de que hoje dispomos para o abrigo e salvaguarda da saúde.

Data dahi o movimento pró-saúde pública no Brasil.

Assim é que por todos os Estados vae-se notando um salutar movimento. (...)

A Parahyba não se conserva indifferente a esse salutar impulso.²¹

João Machado por ser médico e ter trabalhado com Oswaldo Cruz, na campanha contra a febre amarela no Rio de Janeiro, voltou logo no início de seu governo a atenção para as questões da saúde pública, sendo por muitos decantado e aclamado como um progressista, que muito fez no intuito de dar uma nova feição sob o aspecto da hygiene pública, procurando dotar o Estado de uma organização sanitária de acordo com as forças orçamentárias da Parahyba e ao mesmo tempo, compatível com o meio e o desejo de parte da população de tornar a cidade limpa, higienizada.

Contudo, segundo João Machado, não bastava apenas organizar o Serviço de Hygiene, “é preciso que a nossa população se submeta ás leis sanitárias sem a preocupação de que ellas possam attingir a liberdade individual, indo mesmo até a inviolabilidade do domicílio”²². O presidente chamava a atenção para a necessidade da população se identificar com o propósito da ação sanitária. Isto porque, como veremos adiante, os avanços que se deram em questão de hygiene na cidade foram muito pontuais e um dos pontos que comprometiam a eficácia da ação dos delegados e inspetores era a persistência de práticas e comportamentos coloniais dos seus moradores, que comprometiam a urbanidade que a cidade reclamava.

Nesse mesmo relatório João Machado se reporta ao exemplo dos ingleses que logo cedo dotaram o seu país com o serviço de hygiene pública e que conscientes da importância deste serviço para progresso da nação, nunca se opuseram à atuação desse serviço mesmo no âmbito privado. Já que nossa população era tão desejosa de seguir os padrões culturais europeus por que não se comportava como tal?

Em nenhuma parte a idéia de liberdade é mais arraigada do que na Inglaterra, cujo povo conserva permanente a sua carta de *habeas-corpus* e onde é corrente o provérbio – *my house is my castle*.

²¹ Mensagem Presidencial à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado – Saúde Pública, 1912, p.41.

²² Mensagem Presidencial à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado, 1911, p.27.

E, no entanto, para o inglês a palavra liberdade significa o conjunto de medidas tendentes a salvaguardar e livrar o indivíduo contra os inconvenientes e perigos inerentes a vida na sociedade.

O povo inglês, porém, apesar de tão amplamente conceber o princípio de liberdade, jamais se valeu dessa faculdade que lhe é assegurada em toda linha, para oppor embaraços á fiel execução das mais restrictas medidas sanitárias.

Graças a essa feliz orientação foi a Inglaterra o paiz a quem coube a primasia de reconhecer a importância e utilidade da hygiene publica, apoz as duras provações porque passou, quando assollada por varias epidemias, principalmente as do terrivel cholera nos annos de 1832 e 1833.

Dahi datam os ingentes esforços despendidos pelo espirito pratico do povo inglês para dotar o seu paiz com uma perfeita organização de hygiene publica de direcção centralizada, capaz de examinar, comparar as occurencias sanitárias verificadas em toda a longa extensão de seus território, e ainda propagar as instrucções necessárias para garantir a sua perfeita execução, não obstante o amor sincero que naquelle paiz se vota ao principio do *self government*²³.

Dominado por essas idéias é que João Machado confeccionou o regulamento sanitário da Parahyba, no entanto, no cumprimento do mesmo, vimos que muitos apresentavam-se relutantes, frente a um processo que naturalmente implicava muita educação e cultura, na medida que propunha mudança de costumes seculares e principalmente interação entre o publico e o privado. O confronto entre espaços público e privado e resistências dos populares às autoridades da hygiene, já havia sido enfrentado também pelos governos no Rio de Janeiro, que durante o século XIX teve de enfrentar a reação e resistência dos populares à vacinação levando a eclosão da Revolta da Vacina em 1904²⁴, um século depois da introdução da prática de vacinação no país. Sendo assim, um exemplo clássico de que aquilo que, para um grupo era uma norma racionalizadora e necessária para o bem estar da população, para outros era algo negativo, visto como uma invasão.

Nesse sentido, na capital paraibana, a imprensa colocar-se-á, nas primeiras décadas do século XX, a serviço da higienização da cidade, atuando como atenta vigilante, denunciando ela própria o desrespeito aos preceitos que eram baixados nesse sentido, como também divulgando denúncias de terceiros e intermediando a acusação com a decorrência do ato corretivo da autoridade. Apelos como este, não foram isolados:

...Os senhores delegados de Hygiene forneçam à imprensa os nomes dos cidadãos multados ou intimados por motivo de desasseio nas suas casas, quintaes e latrinas que prestarão um grande serviço à saúde publica de nossa terra. Este jornal na sua missão de zelar pelo bem publico sob todas as suas

²³ Mensagem Presidencial à Assembléa Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado, 1911, p.27.

²⁴ A esse respeito ver o capítulo "Varíola, Vacina e 'Vacinophobia'" de Cidade Febril, no qual Chalhoub escreve uma história do serviço de vacinação e da cultura vacinophobica no Rio de Janeiro ao longo de todo o século XIX. Remontando assim, os anos de reação e resistência popular à vacinação, que levaram à eclosão da Revolta da Vacina, em 1904.

formas secundará a acção da Inspectoria de Hygiene Publica publicando em suas columnas o que nesse sentido lhe for enviado.²⁵

Era uma cruzada bastante ampla que embora tenha procurado atingir todos os cidadãos, visto que encontramos várias denúncias e notificações feitas pelos médicos higienistas em sobrados, residência das elites, bem como em seus estabelecimentos comerciais, esta vigilância teve sempre na sua mira, as formas de vivência e moradia dos populares. Desta forma, era comum, denúncias como esta que segue, na qual pessoas da elite, imbuídas do desejo de tornar a cidade limpa, higiênica, rumo ao progresso, se empenharão em denunciar e ainda fiscalizar as atuação dos responsáveis pela higiene da cidade, quando de suas denúncias. De modo que, busca-se reafirmar uma partilha entre a elite desodorizada, “civilizada” e o povo infecto e de hábitos “selvagens”.

Pessoa de prestígio que nos merece toda fé, relata-nos um facto para o qual chamamos a atenção dos médicos da Hygiene.

Existe na rua 13 de maio um quarteirão chamado de 7 quartos pelas 7 espeluncas fétidas e lotadas ali existentes

Do quintal destes quartos sem aparelho nem outra sorte de acomodações sanitárias desprendem um mau cheiro insuportável: toda sorte de detritos e porcarias acumuladas que crianças se aproveitam para se emporcalharem.

É este um facto digno das vistas rigorosas da hygiene, pelo estado sanitário da nossa cidade e pela vizinhança de terríveis pestes cujos micróbios não desdenharão de certo, a pestiguera da imundice como esta em que vivem estas pessoas e que ora fallamos.²⁶

Era, sobretudo, sobre os hábitos e moradias desses populares que se voltavam às vistas do Serviço de Higiene, com seus dois delegados e um desinfector, que protegidos pelo saber e poder que detinham, e ainda respaldados pelo Decreto n.494, que lhes davam plenos poderes na atuação sobre a cidade e seus habitantes, percorriam diariamente a cidade e invadiam os domicílios a fim de fiscalizá-los. Portanto, com total carta branca e autoridade de polícia, procuravam lixo nos terrenos, nos quintais, bem como voltavam suas vistas para a presença ou não de aparelhos sanitários nas residências. Aqueles residentes infratores e “anticivilizados” eram intimados, sob pena de multa, à construção de aparelhos, geralmente no prazo de trinta dias. Se o problema fosse com relação ao lixo nos quintais, estes davam um prazo geralmente de quarenta e oito horas para a limpeza do mesmo.

Essas intimações geralmente eram divulgadas, nos jornais para que a população tomasse conhecimento dos trabalhos da Diretoria de Higiene, bem como de suas responsabilidades para com a saúde pública, como podemos ver na seguinte nota do Jornal A União.

²⁵ Jornal A Noticia, 27/05/ 1916, p.01.

²⁶ Jornal A Imprensa, 21/11/ 1912, p.01.

O dr. Octavio Soares fez 24 visitas domiciliares á rua de S. José intimando os proprietários das casas ns. 7, 9, 11, 15, 20, 22, 24 a 28 e 30 para construírem aparelhos sanitários dentro de 30 dias.

O dr. Manuel Lemos fez 20 visitas á rua desembargador trindade e as seguintes intimações: Ao inquilino da casa nº 83 para dentro de 6 dias limpar o quintal.

Ao proprietário da casa nº 71 para remetter a chave do prédio no prazo de 48 horas, sob pena de multa.

Ao proprietário da casa nº 49 para só alugar a referida casa depois de caiada e pintada.

Ao proprietário da casa nº 2 á rua barão da Passagem para enviar a chave dentro de 48 horas para ser verificada as condições hygienicas.²⁷

As diligências médicas eram diariamente divulgadas pela imprensa. Nessa cruzada, o jornal *A União*, órgão oficial do Estado, reproduzia diariamente as notificações de visitação e intimações feitas pelos inspetores, dando a impressão de que havia na cidade um verdadeiro batalhão de higienistas, percorrendo ruas e pondo ordem nos espaços domésticos, o que era mais um anseio do que a realidade, tendo em vista que, o serviço estava restrito á quatro homens, que com certeza não conseguiam ter uma ação tão global como sugeria o jornal.

Além disso, essas intervenções no espaço da cidade e nas moradias com vistas a modificar os hábitos da população, não eram tão simples quanto parecia. De acordo com Sousa, “a eficácia política e disciplina dos projetos higienistas e sanitaristas foi apenas parcial e as formas como os moradores da cidade absorveram os hábitos burgueses, foram ao mesmo tempo motivos de comemoração e frustração para seus idealizadores” (SOUSA, 2001, p. 256). Apontando assim, para uma ressignificação e apropriação do ideário burguês por parte dos populares das mais variadas formas, que possibilitaram a flexibilização de rígidas normas, quando não, sua rejeição.

Os proprietários de diversas casas da rua da Mangueira, apesar de já terem sido indicados pela directoria de Hygiene a fazerem aparelhos em suas casa, dentro do prazo de sessenta dias, até hoje ainda não satisfizeram o dispositivo daquela repartição.

Seria de bom alvitre o sr. dr. Director de hygiene dar nova ordem aquelle respeito e mandar alguns de seus auxiliares aquella rua para se inteirarem do anti-hygenismo em que se encontram certas casas d’alli.²⁸

Dessa forma, nos remetemos a Michel de Certeau (1994), quando este nos chama atenção para os usos diferenciados que os indivíduos e grupos fazem dos modelos culturais, alertando para a necessidade de se levar em consideração a inventividade e a criatividade que presidem as formas como os sujeitos se relacionam com esses modelos. Ou seja, percebemos que há por parte dos populares uma apropriação e reinterpretação do modelo de higienização

²⁷ Jornal A União, 21/01/1917, p. 02.

²⁸ Jornal A União, 25/01/1917, p. 02.

produzindo pelos profissionais do Serviço de Higiene. De modo que, como podemos perceber, nem sempre os decretos estabelecidos, bem como as notificações foram obedecidos pelos habitantes. Várias intimações tiveram que ser refeitas, tendo vista o descumprimento destas pelos moradores, que em grande parte, não tinham condições de colocar os aparelhos, muito menos pagar as multas. Sendo constantes denúncias como estas que vimos.

A forma autoritária e repressora de atuação da polícia sanitária ganhou a antipatia da população. A invasão no âmbito privado, bem como a imposição de multas, além da vergonha pública, já que eram publicados diariamente na imprensa as casas notificadas, nos parecem suficientes para a forma “pouco lanha”²⁹ com que era recebido o Dr. Octávio Soares, um dos delegados da higiene, que reclamava aos relatores do Jornal A Notícia, sobre o tratamento “assaz e descortês” que recebera de uma senhora, que morava na Rua da Oficina.

Ora, para uma cidade que caminhava na vontade de tornar-se moderna, “civilizada”, tal comportamento sinalizava para os letrados da época, que a população se comportava de formas selvagem e inculta. De modo que, segundo os letrados, “está nas atribuições do governo o direito de coagir esses indiferentes aos mandamentos do asseio e da higiene, obrigando-os na conformidade das posturas municipais a trazerem limpas e de aparelhos sanitários suas respectivas propriedades”³⁰.

Enquanto o jornal A União clamava as medidas repreensivas, aos “bárbaros e dissidiosos” por parte das autoridades competentes, já que seus atos eram “repugnantes ao magistrado moderno e ao mesmo espírito das populações pacíficas e laboriosas”³¹, pondo em risco seu projeto de modernização da cidade. O jornal A Notícia aplaudia a repreensão das autoridades aos infratores, como nesta nota, intitulada: “Bem feito”.

O carregador Francisco Martins Conduzindo uma barrica cheia de lixo, entendeu de despejar-o na rua do Pontinho bem próximo a um chafariz ali existente. Alguém que presenciava o caso participou-o ao subdelegado do 1º districto, que immediatamente mandou recolher a cadcia o perigoso inimigo da limpeza publica. Se acontecesse o mesmo com todos deste fazer talvez as ruas de nossa urbs, andassem mais asseiadadas.³²

Embora comemorasse a repreensão sofrida pelo carregador, o autor da matéria não se questionava se o lixo era dele mesmo ou se não estaria ele a serviço de algum morador, que provavelmente seria um membro das classes mais abastadas que podia pagar pelo serviço do

²⁹ Jornal A Notícia, 10/11/1916, p.01.

³⁰ Jornal A União, 11/02/1917, p.01.

³¹ Idem.

³² Jornal A Notícia, 11/11/1916, p.01.

carregador. Caso estivesse à serviço de alguém, caberia indagar se o “inimigo da limpeza pública” era o carregador ou o sujeito que o tivesse contratado para dar destino ao seu lixo.

No que concerne ao destino do lixo, vimos que há muito era uma questão discutida pelos intelectuais e governantes, quanto à remoção e destino dados aos dejetos e resíduos domésticos. Ao entrar na segunda década do século XX, imperava ainda o hábito da população de despejar o lixo em torno das árvores existentes nos quintais, ou então enterrá-lo em buracos feitos no chão dos quintais domiciliares, o que “é um atentado contra as mais comensais normas de hygiene, se providencias enérgicas não forem tomadas, o nosso solo urbano, que já se acha todo crivado de fossas fixas, e moveis dentro em breve se constituirá em perigosíssimo foco de emanações prejudiciais”³³.

Reconhecendo que, embora se tratasse de um serviço da alçada municipal, mas que este não tinha recursos financeiros, João Machado encomendou, ainda em seu governo, no ano de 1911, um forno de incineração com capacidade para destruir de 10 a 12 toneladas de lixo, que era a produção diária da capital paraibana. Com esta medida, grandes seriam as melhoras no asseio da capital, visto que com esse destino a população não precisaria mais enterrar nem mesmo jogar em terrenos impróprios nas ruas da cidade.

No entanto, a solução não veio como o esperado, visto que de acordo com a Mensagem Presidencial, proferida por João Pereira de Castro Pinto, em 1913, a cidade ainda continuava sem um serviço efetivo de limpeza pública, muito menos estava de posse do forno de incineração do lixo, que segundo João Lopes Machado, havia sido encomendado ainda no ano de 1911. O forno de incineração fazia parte agora de mais um benefício que a cidade necessitava, mas que estava no rol das promessas e utopias a serem alcançados pela cidade.

Dessa forma, não era de se estranhar que atitudes como a do carregador Francisco Martins ainda ocorresse numa cidade que se pretendia limpa e bela, mas que não contava com uma estrutura capaz de proporcionar-lhe tal objetivo, visto que não contava ao menos com um sistema eficaz de limpeza pública. Assim, embora os médicos higienistas da Directoria de Hygiene interviessem nos espaços públicos e privados obrigando a população a obedecer, os decretos, bem como reprimindo, de forma autoritária os abusos contra a saúde pública, acabavam tornando ineficaz seu serviço, visto que assim como faltava-lhes recursos técnicos para uma operacionalidade, faltava também à cidade equipamentos necessários a sua higienização.

³³ Mensagem Presidencial à Assembléa Legislativa pelo Presidente do Estado João Lopes Machado em 1º de Setembro de 1911, p.28.

Assim, problemas com a higiene da cidade, bem como com a saúde da população permaneceram e entraram na década seguinte. No ano de 1922, tal questão ainda é colocada como necessidade para a cidade pelo Dr. José Teixeira de Vasconcelos, Diretor do Serviço de Higiene do Estado, que reivindicava ao governador Sólon de Lucena, a aquisição de um forno de incineração que pudesse dar um destino correto aos lixos que continuavam amontoados nos terrenos.

À falta de um forno crematório, junta-se que o serviço de limpeza pública de responsabilidade do município era feito de forma deficiente, as carroças que conduziam o lixo não passavam em todas as ruas e não existia um lugar determinado para seu despejo, fazendo em diversos pontos do perímetro urbano, que mesmo sendo mais afastado muito contribuía para o agravamento da saúde pública.

Nesse período, diariamente eram encontradas denúncias nos jornais acerca do péssimo estado de limpeza da capital. Segundo Sá, apontava-se para uma falência do Serviço de Higiene Pública, que mesmo com seu caráter repressor e policialesco, não foi suficiente para resolver os problemas da saúde pública que necessitaria de mais serviços, entre eles, um serviço eficiente de limpeza pública e um sistema de saneamento. De acordo com a mesma, desde 1915 tal serviço começava a falhar em suas funções, sendo uma delas a ausência de publicação dos boletins demógrafo-estatísticos e que se concretizaria com a gripe espanhola ocorrida em 1918³⁴.

Momento, portanto, em que se intensificaram as cobranças em torno dos serviços de saneamento da capital. Afinal, a civilização e o progresso tão sonhados pelas elites talvez estivessem sendo ameaçado; já que, conforme um articulista do Jornal A União, “nenhum país civilizado se agrupa hoje como tal sem colocar o esgoto na planta das instalações”³⁵. O jornalista parecia não compreender porque outros serviços tenham sido empreendidos antes do esgoto sanitário, quando o principal propósito era “civiliza-la”. E como poderia a cidade ser civilizada e moderna sem o esgoto sanitário?

³⁴ A esse respeito consultar: SÁ, op. cit., 1999.

³⁵ Jornal A União, 24/01/1923, p.01.

O Esgoto Sanitário – Plano de Saneamento de Parahyba do Norte -1913

O projeto de saneamento da cidade de Parahyba encomendado ao engenheiro Francisco Rodrigues Saturnino de Brito, pelo então governador do estado, Castro Pinto no ano de 1913, está inserido no contexto das medidas que vinham sendo adotadas desde o governo de João Machado Lopes, com o intuito de higienizar e embelezar a urbe, o que fez Saturnino, após analisar a malha urbana e percorrer as áreas centrais da cidade, quando da sua vinda, elogiar a iniciativa do governador, uma vez que, implementar o esgoto sanitário na capital significava incluí-la entre as cidades onde a “civilização” era uma realidade. Segundo o sanitaria:

No Brasil já se compreende o valor indiscutível da higiene sanitária e da necessidade que há nos governantes em não medir despesas para tornar tal questão uma realidade nas colectividades que não possuem as vantagens e as condições de vida das já saneadas. Vejo afinal entre nós essa nova orientação dos administradores dos Estados, que se empenham em a par dos outros melhoramentos urbanos dotar as suas cidades de obras sanitárias, capazes de evitar-lhes a invasão dos flagelos epidérmicos e torna-las higiênicas e salubres. A Parahyba vai dentre em breve possuir este serviço. Será um trabalho sem as proporções do de Recife: também menor é a capital paraibana, que poderá ter pronta a sua rede de esgotos em um ano de serviços bem dirigidos e administrados.³⁶

Conforme se depreende da nota escrita por Saturnino de Brito os esforços que o governador estava empenhando no sentido de se realizar as obras de saneamento da capital, articula-se a um contexto nacional, marcado nesse período por uma maior participação do Estado quanto a elaboração e efetivação de políticas de saúde pública que tinham como metas livrar a população dos males epidêmicos, visto como essencial no processo de modernização do país; o que na compreensão desse sanitaria se processaria a partir do saneamento urbano.

A Parahyba estava assim caminhando para a realização do seu sistema de esgoto, embora, como veremos não se dará de forma imediata. Mas o importante é que estava trilhando o caminho para a conquista de mais um item para a efetivação do seu estado higiênico e saudável. Na compreensão de muitos letrados, a capital não se enquadrava totalmente como moderna, porque as más condições de higiene ainda representavam um empecilho a ser superado. Situação esta que já era bastante denunciada nos jornais pelos letrados que clamavam por um sistema de esgoto para a capital paraibana nos moldes em que havia em outras cidades, sendo cobrado durante toda esta década, visto que as obras, só serão iniciadas no ano de 1923. A esse respeito nos chamou a atenção um artigo escrito por um

³⁶ Jornal A União, 25/02/1913, p.01.

jornalista, dito Salomão Filgueira, intitulado A Baila. O referido jornalista se reporta a *Os Miseráveis* de Visctor Hugo, precisamente na passagem em que João Valjean salva Mário das garras dos policiais de Javert, conduzindo aquele por dentro das galerias subterrâneas dos esgotos de Paris, para chamar a atenção a ausência de esgotos na capital e defender a necessidade de sua instalação, como nos aponta:

Já na epocha de Vitor Hugo, a galeria das immundicies da "capital do mundo" era o que elle nos fez percorrer mentalmente: uma segunda Paris subterrânea com avenidas immensas, boulevards sem fim, onde havia a possibilidade de desenvolver-se um epizodio da salvação de Mario e em cuja e estranha tenebrosa gatunagem estabelecia o seu quartel-general bem abrigado e espaçoso. Imagine-se com o augmento contínuo da Ville Lumière e os progressos da sciencia, o que ella hoje não será? Nós, da Parahyba, somos fáceis de satisfazer neste particular. Conhecemo-lhe a afilhada Nossa Senhora das Neves a sua condição humilde de pequenos burgos e, em nossos reclamos reiterados por uma rede de esgoto, contentamo-nos que elle venha, mesmo sem a importância dessa Paris dantanho que forneceu mais um esplendido pretexto de maravilhar-nos á pena épica d' *Os Miseráveis*. Uma cidade sem um vertedouro para suas immundicies é como um corpo humano sem intestinos. Por onde eliminará ella os seus resíduos, a vasa excedente e perigosa? Quando lhe sobrevém a menor solução de continuidade nas funções gástricas, é toda uma serie de complicações a lamentar na economia do individuo. Sabe-se o que acontece se a engrenagem emperra de uma vez e jaz daí por diante, como inexistente. O desgraçado arrebenta. É fatal. Pois Philippéa encontra-se nos ingentes apuros desse sujeito perdido para a medicina, sem essa mechanica indispensável para o ventre. O seu estado de saúde tende a agravar-se dia a dia, com o rápido crescimento da área urbana. A cada prédio novo que se constrúe, corresponde uma fossa fixa, trazendo o seu contingente a mais para a lethalidade da população. (...) Nós de que estamos a precisar para não dilatar-se o ambiente pestilencial em que nos intoxicamos, é delle, do esgoto. Naturalmente, não se trata de um assombro, um sistema arterial de tubos gigantes onde os nossos hypotheticos joões valjean se possam refugiar nas suas aventuras altruísticas. Queremos uma coisa simples e efficiente.³⁷

De acordo com a exposição observamos que Paris fascinava nosso escritor, mas é importante chamarmos a atenção para a comparação que Filgueira faz da cidade com o corpo humano, idéia já difundida nos estudos realizados por Brito, que tinha uma visão organicista da cidade, comparando o organismo-cidade com o organismo-homem, embora considerasse o primeiro bem mais complexo e, ainda mais, imortal, pois a cidade sempre teria um futuro

³⁷ Jornal A União, 18/05/1916, p.01.

diante dela. E é ancorado nessa visão organicista da cidade que Brito defendia na sua argumentação sobre os planos para as cidades, a necessidade de se levar em consideração as condições de cada indivíduo, ou seja, de cada localidade, bem como as influências recíprocas dos meios cósmicos e sociais.

Assim, será da articulação entre os postulados da teoria mesológica com a representação da cidade enquanto organismo, e com os princípios de desenho urbano extraídos de uma leitura sanitarista afrancesada da qual Brito foi bastante influenciado, que ele desenvolve seus projetos para as várias cidades brasileiras entre elas, Recife e Santos, onde pôs em prática suas idéias de saneamento e melhoramento urbano, levando-se em consideração as condições locais de cada cidade. Tornando-se um dos mais notórios engenheiros do Brasil nesse período, cujos planos faziam parte da concepção e implantação do urbanismo moderno no Brasil (ANDRADE, 1992, p. 185).

De acordo com Andrade, Brito, em sua trajetória profissional teve seus estudos influenciados pelo americano L'Enfant no plano para Washington, mas é da cultura urbanística européia que o sanitarismo de Brito se aproxima teoricamente. Além de L'Enfant, as concepções de Camilo Sitte o influenciaram. A obra de Sitte, constituiu um marco nas teorias urbanísticas ao considerar as peculiaridades de cada lugar. Brito em grande medida se aproximou de tais teorias (ANDRADE, 1992, p. 184).

De acordo com os estudos de Saturnino de Brito, cada cidade constituiria de um plano diferente, tendo vista as peculiaridades de cada local. Dessa forma, em seu projeto para a cidade da Parhyba, ele estuda inicialmente a região em que a cidade foi formada para assim definir as bases do projeto de saneamento e expansão da cidade, já que grande preocupação que este apresentava em seus estudos era com o traçado sanitário, o qual determina o desenho da malha urbana. Seu cuidado seria em conciliar a estética do traçado urbano já existente, e as necessidades da engenharia sanitária. Assim define o sítio onde a cidade estava localizada:

“A cidade da Paraíba do Norte, capital do Estado, está edificada nas encostas e no planalto de um contraforte que se adianta até a margem direita do Sanhauá, braço do rio Paraíba do Norte. A cidade baixa ocupa mui pequena área. Ruas estreitas sobem pelas encostas de forte declive, cortando outras igualmente estreitas, até a cumiada do contraforte, onde algumas delas são mais largas” (BRITO, 1943, p. 287).

Observando então, como se encontrava a cidade, com ruas estreitas e sinuosas, justificadas pela sua topografia, é que Saturnino em seu plano, propõe adaptar o novo traçado ao antigo com suas linhas sinuosas, buscando solução nos aterros para sanear os baixios e com isso regularizar o perfil de certas ruas, ou preparando mesmo estas superfícies aterradas

para a expansão da cidade, a qual era uma das preocupações de Saturnino, no que diz respeito às reformas que estavam sendo realizadas no país. Segundo ele, era preciso um plano que direcionasse a expansão da cidade, evitando assim seu crescimento ao acaso, mas que as avenidas fossem adequadas às linhas de escoamento e do relevo da cidade.

Os cuidados, portanto, com a expansão da cidade, deveriam ser de alta prioridade para os governos, segundo este sanitarista, a qual com uma boa orientação podia ser trabalhada continuamente em longo prazo, mas de acordo com o mesmo, “É um mal generalizado em as nossas cidades nada se fazer por falta de dinheiro para tudo fazer em curto prazo, no prazo de cada administração; os governantes não se lembram que o tempo é indefinido para a ação contínua na execução de um programa.” (BRITO, 1943, p. 288).

Ao contrário do que propõe Saturnino, o processo de higienização e remodelamento das cidades, como também ocorreu com a Parahyba, se deram mais por intervenções pontuais, características dos planos de governo, o que segundo ele nada adiantariam para a completa higienização da cidade, apenas maquiaria seus problemas, passando a falsa imagem de cidade saneada. Sendo assim, para se alcançar o ideal de cidade civilizada, era necessário solucionar de forma correta tais problemas pelo saneamento das ruas e das casas, por meio de um plano sanitário.

Dessa forma, em seu projeto propôs vários melhoramentos para a cidade, alargando várias ruas, destinadas a realizarem a fácil distribuição do trânsito; projetou ruas novas que teriam a finalidade de facilitar a execução e funcionamento da rede de esgotos, como expôs em sua proposta:

Procurei traçar as ruas novas de modo a terem todas uma declividade favorável ao escoamento pluvial e à execução dos esgotos: estas ruas convergem para outras que seguem aproximadamente os “thalwegs” ou depressões naturais do terreno, onde passarão os coletores principais de do esgotamento pluvial e sanitário (BRITO, 1943, p. 288).

Um procedimento importante e constante no seu projeto era a racionalidade, técnica e econômica, mas também um forte caráter estético, que buscava embelezar a cidade, voltando sua atenção para a necessidade da criação de praças, jardins e parques, tidos pelos higienistas como pulmões da cidade, mas que também contribuíram para o embelezamento da mesma. Foi o que ocorreu com o tratamento dado à Lagoa, que ao invés de aterrará-la, medida costumeira na época, sugeriu utiliza-la para integrá-la ao projeto urbano. Aproveitando-se da topografia da região, propôs que todo escoamento se dirigisse a um ponto da lagoa, delimitado pelas ruas Padre Vieira (antigas Beco das Almas e Travessa Visconde de Pelotas) e Diogo Velho (Rua Nova da Lagoa).

Quando da sua execução, o saneamento da lagoa representou um dos principais focos do plano de Saturnino, que idealizou sanear a área e embelezá-la com um grande parque no entorno da Lagoa – atual Parque Sólon de Lucena – que, tornou-se o cartão postal da cidade. De acordo com o plano de Saturnino também seria margeada por largas avenidas, que ele considerava propícia à expansão da cidade, indicando para o sentido das praias.

O saneamento da Lagoa só será realizado no governo de Sólon de Lucena, quando o projeto de Saturnino, elaborado em 1913, será executado, quase uma década depois. O atraso na realização do projeto por falta de recursos, tanto por parte do Estado, quanto da Prefeitura, provocou modificações onerosas quando este veio a ser concretizado, visto que nesse tempo em que o projeto não saiu do papel a cidade continuou a crescer e de forma não planejada. Ruas foram abertas, bairros novos surgiram como o Roger e Independência, sem nenhum planejamento; expandindo a cidade para áreas não pretendidas de acordo com o projeto de 1913, como enfatiza Saturnino em seu relatório com as novas modificações apresentado em 1922.

As administrações municipais no Brasil, geralmente ainda não se convenceram da necessidade de subordinarem as suas fortuitas iniciativas de “urbanismo” a certos princípios e os planos gerais. sejam por elas organizados ou sejam pelos Governos do Estado(...) predominam o acaso, o capricho ou a reguada inflexível.

Não é, portanto, para se estranhar que na Paraíba ficasse esquecido o plano proposto, em 1913, para expansão da cidade de acordo com o esquema do serviço sanitário(...) com os arruamentos que abriu prejudicou o natural estabelecimento dos esgotos, obrigando-nos a modificações onerosas no plano anterior (BRITO, 1943, p. 374).

Durante toda a década de 1910, embora a cidade tenha passado por várias modificações em sua paisagem com vistas a modernizar-se especialmente no governo de Camilo de Holanda, que ficou conhecido pelas diversas obras realizadas em seu governo, não voltou a atenção para o problema de saneamento da capital, segundo o discurso de alguns letrados, alegando falta de recursos, embora tenha realizado gastos excessivos com a construção da Escola Normal; ou seja, de acordo com essas críticas, em suas obras buscou mais o embelezamento da cidade, tendo em vista seu ideal modernizador do que as necessidades básicas da cidade. Justificando sua decisão, ao fim do seu mandato da seguinte forma:

A remodelação da capital preocupou-nos fortemente, dadas as lacunas da cidade, cuja feição ainda colonial contrastava com os nossos anseios de progresso.

Antes, porém, de qualquer serviço de ordem material, puzemos em primeira linha o propósito de dotar a cidade com seu reclamado serviço de esgôto, mas a exequibilidade então desse trabalho tornou-se impossível. O próprio dr. Saturnino de Brito, autor do projecto existente, aconselhou o adiamento da sua realização em face da difficilima e onerosa execução, accentuando

que as obras custariam quatro ou cinco vezes a importância orçada. Acresce que a planta Saturnino não abrange mais, hoje, todo o perímetro da cidade que nestes últimos anos se desenvolveu extraordinariamente para o sul, em zona não prevista na referida planta.³⁸

Segundo esse discurso de Camilo de Holanda, na impossibilidade de custear os serviços de saneamento, preferiu promover a remodelação da capital, dando assim, emprego aos saldos orçamentários. “Foi construindo, ajardinando, embellesando, que a Parahyba se transformou, tornando-se, digna de ser vista sem desar para os nossos foros de povo culto”³⁹, esse posicionamento de Holanda, estava em total sintonia com os discursos e desejos das elites e governantes do país como já tratamos aqui, que com o advento da República queriam apagar as marcas de um passado colonial, nem que para isso tivesse que apenas maquiá-la, com a construção de belas edificações, abertura de ruas e retirada dos pobres do centro, sem buscar melhorias efetivas nas condições de saúde da cidade.

Assim, somente no governo de Sólon de Lucena é que o projeto de Saturnino de Brito voltou a ser foco do interesse dos governantes; tendo em vista a importância do saneamento para o processo de modernização da cidade, a muito desejado pelas elites que almejavam transformar e embelezar a cidade, e já iniciado na segunda década pelos governos anteriores. Assim, foi numa junção de esforços das três esferas públicas (Federal, Estadual e Municipal) que, deu-se início no ano de 1922 as obras de saneamento da capital, inaugurada em Janeiro de 1926.

Segundo Chagas, além do apoio do governo federal, o Estado buscou ajuda dos empresários cariocas em busca de empréstimos para realizar tal empreendimento, tal atitude, de acordo com o mesmo, incomodou os políticos e comerciantes paraibanos, tendo em vista a forma como seria concedido o empréstimo, pois “para cada 8\$000 dólares emprestados, o governo pagaria 40\$000. Alegavam os críticos que esse negócio poderia ter sido realizado junto aos banqueiros em Nova York e Londres.” (CHAGAS, 2004, p. 108).

A questão foi parar no plenário da Assembléia Legislativa, onde os deputados sugeriram que o Estado recorresse ao capital externo, pois teria mais vantagens, sobretudo, “porque o pagamento se efetuariaria num prazo de trinta anos, o que seria recomendável para a administração pública paraibana, graças à tendência do câmbio brasileiro subir, e não baixar” (CHAGAS, 2004, p. 108). No entanto, embora houvesse tal oposição, aos empresários

³⁸ Mensagem Presidencial à Assembléia Legislativa pelo Presidente do Estado Francisco Camillo de Hollanda, 1920, p. 14.

³⁹ Idem.

cariocas, o empréstimo foi mantido e o governador da Parahyba autorizou a implementação do saneamento.

Chefiado pelo engenheiro Baeta Neves, auxiliado pelos engenheiros, José Fernal, Francisco Saturnino de Brito Filho, Paulo Guedes e Francisco Moura, as obras de saneamento tiveram início com a abertura, nas principais ruas do centro da capital, de galerias onde seria estendida a tubulação da rede de esgotos. Sendo logo beneficiadas as Ruas das Trincheiras, da República, Barão da Passagem, Beaurepaire Rohan, João Machado, Gama e Melo e Maciel Pinheiro que há muito seus moradores reivindicavam tal serviço⁴⁰.

Entre os pontos que fazem parte do projeto de saneamento feito para capital, diz respeito aos esgotos domiciliares, visto que Saturnino considerava as instalações sanitárias de água potável e de esgotos nas habitações o fator mais importante para o saneamento de uma cidade, ao mesmo tempo, que representam um grande serviço do ponto de vista do conforto. Assim, chama a atenção para três aspectos essenciais, dentre estes chamamos atenção para dois:

- a) A reforma sanitária das habitações insalubres, dando-lhes os predicados que a hygiene sensata indica, como sejam especialmente a iluminação so'ar directa e a ventilação natural de todos os aposentos;
- b) Não consentir, de um modo inflexível, sem temores e sem favores, que os novos prédios se sacrifiquem as condições essenciais para a sua salubridade, tão prejudicada pelos constructores de "casas económicas" destinadas a exploração por aluguel (BRITO, 1943, p. 329).

Seguindo esse plano, as edificações residenciais e comerciais, deveriam ser construídas a partir de um recuo obrigatório exigido por leis que visassem conciliar os interesses, público e privado para assim corrigir os defeitos de desalinhamento das ruas e construções edificadas à revelia de qualquer orientação técnica. E principalmente nas vielas estreitas, teria que haver um maior rigor com relação ao cumprimento das normas para edificação, bem como a obrigatoriedade da instalação das canalizações e assentamento de aparelhos sanitários.

Mesmo contando com a participação do Estado, os custos com a instalação do esgoto ficaria sob a responsabilidade dos proprietários de imóveis. Devendo-se isso ao fato da maior parte do capital aplicado nesse serviço de saneamento da capital ser privado, e não público. Portanto, na compreensão do governador da Parahyba, nada mais justo do que conceder à

⁴⁰ Consultar a Revista Era Nova de maio de 1922 que trouxe uma matéria descrevendo as etapas do processo de saneamento da cidade de Parahyba.

iniciativa privada o direito exclusivo de cobrar pela instalação do esgoto nos domicílios residenciais e comerciais.

Contrário à execução e à exploração dos serviços sanitários por empresas, Saturnino sugeriu em seu projeto que na Parahyba se fizesse de forma semelhante ao ocorrido nos estados de São Paulo e Pernambuco, que para facilitar aos proprietários as instalações de esgotos, o serviço foi feito pelo Estado e cobrado por prestações semestrais, com impostos e taxas, e os prazos para pagamento variaram de acordo com o valor gasto em cada imóvel.

No entanto essa questão na Parahyba ainda teria mais implicações, visto que a decisão do governador de conceder o direito de administrar as instalações, bem como fiscalizar e cobrar pelo esgoto domiciliar aos empresários gerou um impasse com a Assembléia. De acordo com Chagas, esta situação fez com que:

“...o engenheiro Francisco Gouveia Mouro – Diretor da Repartição de Saneamento da Parahyba – assinasse termo de compromisso perante os deputados estaduais, comprometendo-se a instalar o esgoto sanitário nas residências dos proprietários que procurassem o referido órgão. No aludido documento, o então engenheiro se obrigava a executar todas as obras de instalações de esgoto sanitário domiciliares em todos os prédios, de qualquer forma ou espécie ora existentes nos locais servidos pelas redes públicas de saneamento da Capital, bem como naqueles que viessem a existir nesses locais durante a vigência do referido termo. O termo inviabilizava a obrigatoriedade dos beneficiados pagarem a taxa de instalação domiciliar, mantinha a taxa de manutenção paga à Repartição de Saneamento da Parahyba e garantia aos empresários o direito a uma companhia de saneamento, que se responsabilizaria pela instalação da encanação pública. Quanto à administração do serviço geral, caberia ao Estado, através da Repartição de Saneamento” (CHAGAS, 2004, p. 113).

A decisão encerraria as discussões na Assembléia, no entanto, ainda segundo Chagas, o Diretor de Repartição de Saneamento estipulava a medida por tempo determinado, bem como o benefício só seria para os usuários que encaminhassem pedido formal. Do contrário, teriam que recorrer à companhia particular. Isso nos indica que o serviço de saneamento da capital, igualmente a outros, como o de abastecimento de água, os serviços foram limitados a parcela da população que dispunha de condições para arcar com as despesas exigidas. Além disso, o fato de ter sido instalado o sistema de saneamento, não garantia que a Parahyba estivesse alcançado o grau de progresso das outras cidades nas quais as elites se espelhavam. Devido à insuficiência de recursos públicos necessários à aquisição e manutenção da obra, não demoraram e os problemas de ordem operacional surgiram.

Embora o serviço tenha apresentado falhas, ele não deixou de ser decantado pelas elites e autoridades como uma obra que marcaria o processo de transformação da capital.

Assim discursa no ato da inauguração da obra em 24 de janeiro de 1926 o Secretário de Administração do Estado, Álvaro Carvalho:

A todos (agradecendo a Saturnino e sua equipe de auxiliares), pois, a gratidão da Parahyba sensibilizada, diante dessa obra que não vacilarei em qualificar de extraordinária, obra de patriotismo, de benemerência e de humanidade, que duas administrações honradas legam à nossa terra, como um forte exemplo de labor, de limpeza moral e de capacidade realizadora, a estimular os brios cívicos e as energias emergentes das novas gerações⁴¹.

Nesse contexto, a figura do Prefeito Walfredo Guedes Pereira, ao longo dos trabalhos de saneamento e urbanização da cidade, também foi sempre exaltada pelas elites como sendo alguém comprometido com a melhoria da cidade, que seguindo o exemplo de outras capitais brasileiras voltou suas vistas para a limpeza pública, saneamento e higienização. Médico formado pela faculdade de medicina do Rio de Janeiro entre 1902 e 1908, Guedes Pereira presenciou as reformas do prefeito Pereira Passos a capital Federal, e assim em seu governo suas ações envolveriam a demolição de vários prédios para alargamento e abertura de novas artérias, de que não escapariam, nem mesmo igrejas seculares que tombariam em favor da higiene, da estética e de um tráfego sem empecilhos.

Embora as reformas na administração de Guedes Pereira não tenham tido o grau de complexidade sistêmica realizadas no Rio de Janeiro, por exemplo, a Parahyba foi palco de uma firme tentativa de reformar sua paisagem, bem como os costumes da população, aliando, assim, o controle e a reestruturação dos espaços públicos a partir do combate principalmente aos espaços privados considerados anti-higiênicos. Ou seja, embora não tenha havido na capital paraibana um verdadeiro “bota-abaixo” ao modelo carioca, como mostramos no próximo capítulo, houve uma série de intervenções para nivelamento das casas, alargamento e abertura de novas ruas e que conseqüentemente acabou por determinar o fechamento de becos, destruição de habitações populares que se configuravam num entrave para a estética da cidade. Assim a retirada dos pobres do centro da cidade, o que já vinha ocorrendo através das ações dos outros governos, intensificava-se e com fortes argumentos dos saberes técnicos e, especialmente das elites, sem que fosse elaborado nenhum plano de realocação nem de construção de habitações, como veremos no próximo capítulo.

⁴¹ Jornal A União, 26/01/1926, p.01.

CAPÍTULO II

BECOS E CASEBRES: NA MIRA DA ORDEM SANITÁRIA

Descrição Topográfica da Cidade

As primeiras edificações da cidade de Parahyba do Norte, foram erguidas aproveitando a topografia local – margens do rio e tabuleiro (planalto costeiro) ou entre o rio e a colina. Com um crescimento lento até fins do século XIX, a cidade manteve seu pequeno tecido urbano circunscrito ao seu sítio original, o qual, distribuído sobre esta topografia irregular que marcava a cidade, formava dois compartimentos que determinavam a nomeação pela qual costumava-se dividir a cidade: Cidade Baixa, que ocupava um pequeno trecho da várzea direita do Rio Sanhauá, e a Cidade Alta, estendida por sobre o Baixo Planalto Costeiro.

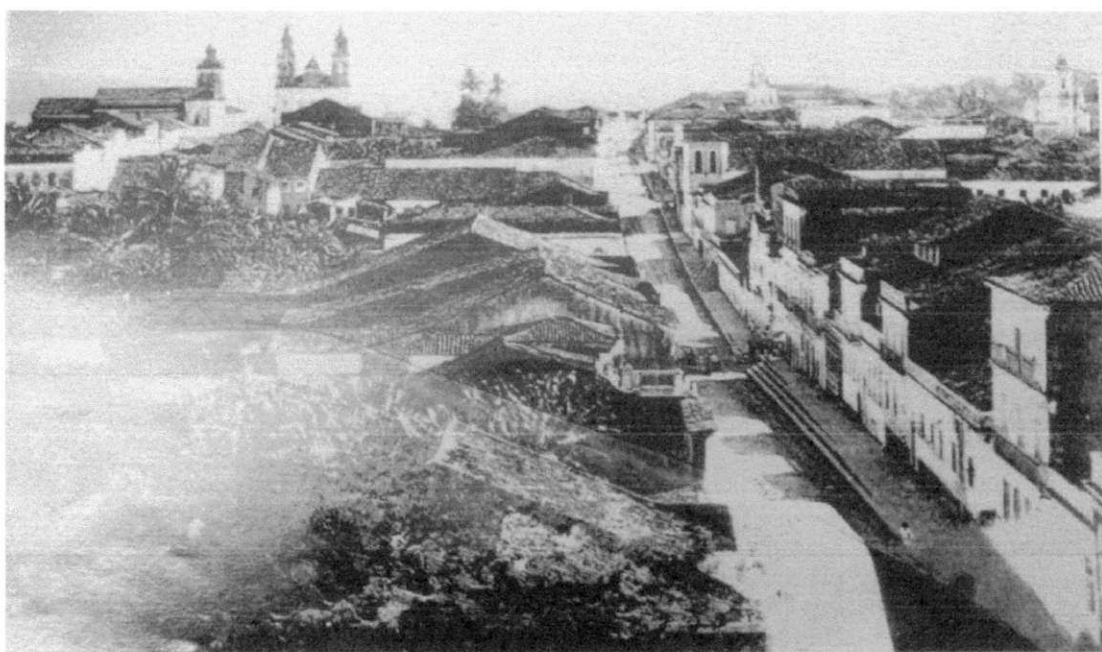


Foto 1 – Panorama da Cidade Alta, 1902. Fonte: **Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Essa divisão justifica-se pela própria caracterização de viajantes, em crônicas e mesmo em documentos oficiais, como registros de imóveis e posturas municipais. Na Cidade Alta, como podemos ver na foto acima, era o local do poder institucional, militar, político e religioso, aí se localizando também o tecido habitacional com um estatuto mais elevado. Já a Cidade Baixa correspondia fundamentalmente às atividades marítimas e comerciais, aos respectivos serviços e equipamentos – armazéns, alfândega, ferrovias, estaleiros – e às áreas

habitacionais mais pobres (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 75). Tal conformação e organização “correspondia à estrutura física da cidade e expressava as próprias relações de poder na sociedade.” (TEIXEIRA, 2004, p. 24).

Embora a Cidade Alta se diferenciasssem da Cidade Baixa, por ser o local que abrigava o centro administrativo e as elites, igualmente convivía com grandes bolsões de pobreza, tendo em vista a quantidade de casas de palha espalhadas por esta parte da cidade como podemos ver nas descrições de Jardim, na monografia que ele faz da cidade de Parahyba do Norte. Segundo este, a cidade estava assim dividida na transição do século XIX para o século XX:

Na cidade alta tem: 28 ruas, 7 travessas, 20 beccos, 10 praças, 2 fontes publicas, 3 conventos, 11 igrejas, 10 edificios públicos, 2 edificios particulares, 1 cemitério [*da Cruz do Peixe*], 1 jardim publico, 984 predios entre os quaes 44 são sobrados, 382 casas de palha; tendo mais destas 28 por detraz da rua das trincheiras.

Na baixa tem: 31 ruas, 9 travessas, 13 beccos, 10 praças, 2 fontes publicas, 2 igrejas, 13 edificios públicos, 2 edificios particulares, 1 cemitério [*o Cemitério público*], 1112 predios entre os quaes 50 são sobrados, 361 casas de palha, e destas mais 16 na ladeira atraz de S. Bento. Existem mais 3 ruas sem denominação, no logar que se dá o nome de Jardim, contendo 4 predios e 86 casas de palhas (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 109).

De acordo com a citação acima, 46% das edificações na cidade de Parahyba eram residenciais, das quais apenas 10% eram sobrados – morada das elites aristocráticas – e o restante, a grande maioria, 90% eram de casas de palha, pertencentes às camadas mais pobres da sociedade. Além dessa enorme discrepância entre o número de residências da elite e dos pobres, soma-se 30% das ruas eram becos que, como veremos adiante, eram espaços mais comuns de habitação dos populares e que, condenadas pelo discurso higienista, serão palco de uma intervenção autoritária, quando das reformas urbanas realizadas na cidade, especialmente, a partir da administração do prefeito Walfredo Guedes Pereira (1920-1924).

Esse quadro permitia que, na passagem do século XIX para o século XX, várias visões negativas sobre o estado das habitações na cidade fossem apresentadas nos jornais, em termos de denúncias, bem como pela comissão médica, que não via com bons olhos as precárias condições em que se encontravam grande parte das habitações da cidade, sobretudo aquelas destinadas às camadas mais pobres, não seguindo os padrões de construção e higiene ditados pelo Estado, como enfoca o relatório elaborado pela comissão médica e apresentado ao Presidente do Estado Álvaro Machado;

Quando olhamos para nossas habitações, salvo poucas exceções, vemos que são ellas construidas com esquecimento das leis da Hygiene, em especial aquelles casebres que servem de abrigo à gente pobre que aqui vive. (...) As

leis da Hygiene determinam que em sua edificação sejam observadas as seguintes regras: - Bem construídas e arejadas; bem esclarecidas, enxutas, acciadas e de facil acesso, guardando em suas devidas dimensões aberturas correspondentes e regularmente dispostas. Cada uma destas condições encerra na opinião de todos os hygienistas um principio salutar e um germem fecundo às bases e elementos da hygiene publica e privada⁴².

A precariedade das condições em que a maior parte da população pobre da cidade vivia nos faz chamar a atenção para alguns indícios bastante plausíveis para analisarmos essa situação. A cidade de Parahyba por sua condição de capital administrativa da província e depois do Estado, sempre se mostrou atrativa pelo incremento de certas atividades econômicas que demandavam uma quantidade maior de serviços, desde os serviços domésticos até no comércio e nas obras públicas. Além disso, ao longo do século XIX e início do século XX, o Nordeste sofreu com os efeitos da seca, e como as demais capitais litorâneas, a cidade de Parahyba do Norte aparecia como uma esperança de melhores condições de vida para o povo do interior, que a cada período de estiagem mais prolongada dirigia-se à capital em busca de sobrevivência.

No entanto, ao chegarem à cidade se deparavam com a falta de emprego e moradia e, sem condições de retornarem a sua terra natal ou de irem para outros lugares, eram obrigados a permanecer na cidade, indo morar, quando encontravam, em habitações precárias e baratas, aglomerando-se nos becos, em casas de palha, casas de cômodo, etc. Quando não, permaneciam nas ruas como mendigos. A esse respeito, Moura nos descreve as conseqüências sociais desse êxodo chamando a atenção para a grande seca de 1877.

Das calamidades climatericas periódicas que flagellam este Estado, a mais terrível foi a de 1877(...) era triste o espetáculo a contemplar por quem se collocando no principio da Rua da Ponte, hoje da Republica, olhasse para a estrada que demanda de Santa Rita, pela qual se via um formigueiro humano arrastando-se faminto e andrajoso a procura de emprego e morada, até cair nas calçadas das ruas desta cidade, onde a maior parte exalava o último suspiro (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 103).

A seca de 1877 à qual o autor se refere, foi uma das que mais castigou a população do estado, expulsando muitos sertanejos do interior para a capital. Segundo nota do jornal, num único dia chegaram nesta última 400 retirantes para os quais “se tem mandado os necessários socorros de carne e farinha”⁴³. No entanto, tais medidas eram insuficientes, visto que os retirantes não encontravam emprego nem moradia, resultando nas previsões feitas pelo redator da matéria, “se agglomerarem n’esta pequena capital, onde muito em breve se

⁴² Relatório apresentado ao sr. Presidente do Estado Dr. Álvaro Machado pela comissão médica. Cidade de Parahyba do Norte, 11 de Março de 1906.

⁴³ Jornal Gazeta da Parahyba, 29/08/1889, p.02.

desenvolverá a variola, as febres e todas as sortes de moléstias”⁴⁴. A essa seca soma-se outras, como a de 1915, por exemplo, que ocasionaram grandes migrações para capital. Em decorrência destes fatores, ora descritos, a população aumentou de 12.660 habitantes em 1877 para 28.800 habitantes em 1920, um aumento considerável para o tamanho da capital (CHAGAS, 2004, p.163). Esse incremento notável da população punha em risco o estabelecimento de uma cidade salubre e moderna, tão desejada pelas elites e autoridades locais, pois cada vez mais a população pobre se aglomerava nas casinhas de palha e taipa e nos becos da cidade.

Infelizmente, os registros e a documentação divulgada sobre o período tratam quase que exclusivamente do empenho da elite em construir uma cidade “moderna”. É muito mais comum encontrar-se um relato detalhado da construção de um importante edifício público ou privado, com estilo neoclássico ou eclético, do que uma rápida descrição das habitações populares. Se estas não representassem perigo às condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas informações nos chegam são através dos técnicos, autoridades e elite letrada preocupados com a saúde pública e também com a estética da cidade. Mesmo assim, os relatos deles expressam uma visão elitista viciada pelas concepções higienísticas e preconceituosa em relação aos habitantes.

Chamamos a atenção dos drs. Médicos da hygiene para uns tantos quartos e casebres infectos nas imediações da rua da lagoa sem nenhuma sorte de accomodações higienicas ladeados por um lamaçal abundante e mau cheiroso onde impera uma imundície sem par, com famílias aglomeradas sem nenhuma hygiene (...) onde creanças seminuas com uma espécie de casca de suor e terra cobrindo-lhes o corpo, beijam e abraçam cães esfomeados, sujeitos a todo tipo de doença. É tudo um horror!(...)
Em nome da hygiene e do asseio da nossa cidade, as mais urgentes medidas, que são possíveis.⁴⁵

Às condições de moradia da população pobre, aglomerada nos becos e casebres de taipa e palha juntava-se a falta de infra-estrutura da cidade, visto que a grande parte das ruas não tinha calçamento, além do que a cidade ainda não contava com saneamento, piorando assim a insalubridade em que vivia boa parte da população e que tanto ameaçavam a saúde pública e comprometiam o progresso. E nesse anseio de progresso e modernização da cidade, não tardou para que as precárias condições das habitações dos pobres passassem a ser alvo dos olhares atentos de médicos, autoridades e elite letrada. Esta última, por exemplo, encarregava-se de renovar os preconceitos contra a ameaça que vinha das formas precárias de habitação dos pobres, motivando denúncias como a que segue:

⁴⁴ Jornal Gazeta da Parahyba, 29/08/1889, p.02.

⁴⁵ Jornal A Imprensa, 12/12/1912, p.01.

Chamamos a atenção do illustre Dr. Teixeira de Vasconcelos para o mau estado hygienico de uns tantos quartos de um beco que existe ao lado do mercado de Tambiá, junto ao estabelecimento comercial do Sr. Capitão Manoel Maria Figueiredo. Reina naqueles biongos uma verdadeira porcaria que attenta contra os mais comeseinhos preceitos de hygiene publica.

Também na Rua da Lagoa, outros quartos, em número de sete, estão a cuja sollicitude e boa vontade esta confida e importante causa da saúde publica.⁴⁶

O bairro de Tambiá, citado na matéria, era, no começo do século XX, um dos poucos bairros da cidade e, segundo Coriolando de Medeiros (In: AGUIAR & MELLO, 1989), o mais populoso. Embora contasse com muitas casas de taipa, de porta e janela, nele havia casas amplas habitadas por famílias mais abastadas, das quais muitas desenvolviam seus comércios e outras eram de proprietários rurais que se transferiram para a capital, incorporando-se às elites urbanas, elites que não viam com bons olhos a vizinhança pobre e insalubre, que insistia em se fazer presente num espaço em que não era bem vinda.

Ainda de acordo com a descrição de Medeiros, o bairro de Tambiá começava ao poente da ligação entre as vias Sete de Setembro e Joaquim Nabuco, estendendo-se até a entrada do Mandacarú, onde começava a Cruz do Peixe, área em que, segundo o autor, ia se erguendo de forma aleatória casas de palha, que abrigavam uma “população irrequieta, barulhenta, sempre movimentada por valentões e desordeiros, constituindo-se motivo de muito trabalho para a policia” (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 116). Como neste período o Tambiá era um bairro de preferência da elite, que construía casas amplas, confortáveis, atendendo às recomendações de casas salubres, arejadas, de tijolo e cobertas com telha, não estando, pois, disposta a conviver com a quantidade de casas indesejáveis, que existiam naquelas imediações, aos poucos foram enxotando os “maus” elementos. Para isso contavam com a ajuda da Repartição de Higiene Pública, que sempre que comunicada da presença desses indesejáveis, não tardava em inspecionar a área.

Repelidos das proximidades do núcleo mais central da Cidade Alta essa população passou a construir suas moradias em locais mais longínquos, formando áreas populares e carentes de serviços: Cruz do Peixe, Cruz das Armas, Jaguaribe e Roger foram espaços que passaram a acomodar a população pobre que lá construía suas moradias, as quais eram bastante modestas caracterizadas por casebres erguidos com barro, cobertos com palha e de chão batido, sem nenhuma infra-estrutura.

⁴⁶ Jornal A Imprensa, 24/10/1912, p.01.

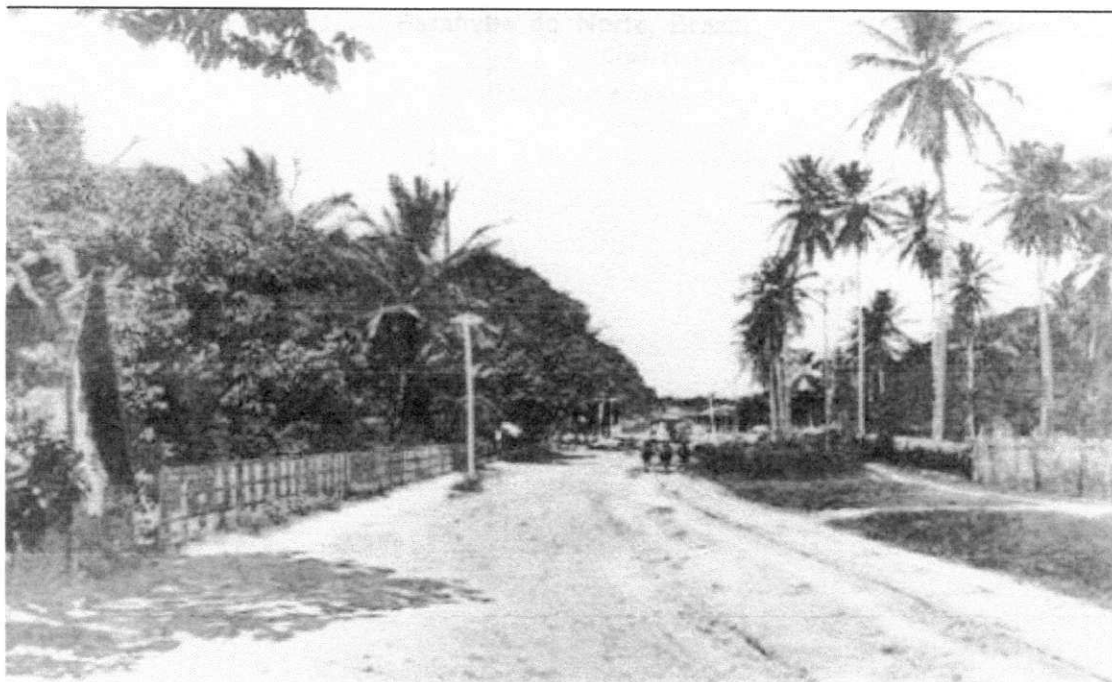


Foto 2 – Fonte: Arquivo RODRIGUES, W. In: **Escola e Modernidade na Paraíba, 1910-1930**, Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade. Centro de Educação, UFPB. 2006. 1CD.

Conforme podemos observar na foto 2, esses espaços, de uma forma em geral, guardam resíduos das contradições do processo de modernização, os quais sinalizavam o ponto de partida para a produção de um modelo de espaço intra-urbano desigual, fragmentado e segregador. Cruz do Peixe no início do século XX era um ponto de junção da Epitácio Pessoa com a Juarez Távora. Na Foto observamos o aspecto rural. No lado esquerdo a simplicidade de uma casa de taipa e o sistema de posteamento e ao fundo uma bonde de tração animal. Esse modelo se reproduz através do tempo e materializa-se nos diferentes subespaços da cidade, fixando as marcas de uma formação socioespacial distinta. Entretanto, essa não é uma particularidade apenas da cidade de Parahyba do Norte, reproduzindo-se, também, em âmbito nacional e com mais força nas grandes capitais.

Segundo Bonduki, em fins do século XIX, já surgiam em São Paulo os primeiros indícios de segregação resultantes da diversificação das funções e o aparecimento, ao lado do velho centro, de bairros operários e de bairros residenciais finos. “Ainda que tímido, o processo fazia parte de um projeto sempre presente no corpo de idéias urbanísticas da elite dirigente e que ao longo de todo o período em estudo (e, de certa forma, até o presente) foi lentamente se implantando” (BONDUKI, 2004, p. 21). Como exemplos desse processo, Rolnik cita o bairro de Higienópolis, aberto em 1890 e que passou a concentrar os palacetes

mais elegantes da cidade. Também a Avenida Paulista, inaugurada em 08 de Dezembro de 1891 (ROLNIK, 1997, p. 46).

De acordo com Rolnik, estes espaços contavam com leis exclusivas para edificação referentes a recuos e alinhamentos a serem mantidos, definindo assim a especificidade do modo de construir nos bairros destinados à elite, o que “corresponde uma característica absolutamente marcante na construção da legalidade urbana na cidade de São Paulo: a lei como garantia de proteção do espaço das elites” (ROLNIK, 1997, p. 46), desenhando assim uma geografia social da cidade, da qual até hoje estão reféns. Uma configuração que se expressa da seguinte forma:

O vetor Sudoeste, desenhado a partir do percurso Campos Elísios/Higienópolis/Paulista, e que depois se completaria com os lotamentos da Cia. City no Jardim América, configura uma centralidade de elite da cidade, o espaço que concentra valores imobiliários altos, o comércio mais elegante, as casas ricas, o consumo cultural da moda, a maior quantidade de investimentos públicos. Na Primeira República a imagem dessa topografia social é feita de colinas secas, arejadas e iluminadas de palacetes que olham do alto para as baixadas úmidas e pantanosas onde se aglomera a pobreza. E nem podia ser diferente, já que foram os olhos higienistas os responsáveis pelo desenho da geografia urbana que corresponde às hierarquias (ROLNIK, 1997, p. 47).

Na cidade de Parahyba do Norte, a valorização do Tambiá também foi acompanhada pela valorização de outros bairros que estando na área que se urbanizava ou que contava com infra-estrutura, tornaram-se espaço de vivência e moradia das elites. Entre eles, está o bairro das Trincheiras, do Centro e Varadouro, embora este último, a partir de 1910, vá aos poucos tomando-se uma área mais comercial. Trata-se de espaços que tiveram suas paisagens modificadas com a construção de belas residências para acomodar as famílias da elite que habitavam as melhores casas localizadas nessas áreas, como as que vemos na foto 3, relativa à Rua Direita, atual Duque de Caxias, o mesmo ocorrendo na Rua Nova, atual General Osório. espaços que contavam com leis exclusivas de habitação, como as ruas Maciel Pinheiro, Álvaro Machado e 15 de Novembro, onde somente era permitida a construção ou reconstrução de sobrados⁴⁷, o que era uma forma de assegurar apenas a moradores das elites.

⁴⁷ Decreto Municipal Nº 32 de 04/01/1921, In: Jornal A União, 11/01/1921, p.01.



Foto 3 – Rua Direita – 1920 (atual Duque de Caxias). A cidade dos sobrados e dos mais abastados. Fonte: **Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**.

Acerca da configuração dos bairros, Batista, referindo-se à preferência das elites pelas casas nas “zonas socialmente mais importantes da cidade”, ressaltou a localização e o valor destes terrenos como fatores determinantes para que houvesse a concentração da população mais abastada e também dos serviços e infra-estrutura. De acordo com ele,

A concentração de população em determinadas zonas de maior prestígio e mais facilitadas para o comércio, ou mais saudáveis e cômodas para a residência, gera-se os melhoramentos urbanos e, eleva-se como se sabe, o preço dos terrenos, acarretando o isolamento das outras áreas, propondo-lhes, em consequência, um desenvolvimento que é antes uma forma de subsistência – uma forma de auto-defesa – enquanto centraliza as atividades em determinadas áreas, dando origem a um aumento expressivo de construção e população nas zonas mais prestigiosas (In: AGUIAR & MELLO, 1989, p. 107).

Em termos propriamente urbanos, houve aumento da população na área central e expansão do perímetro urbano, incorporando o que até então eram sítios. Com isso, os terrenos se valorizaram, e os investimentos imobiliários se incrementaram a partir da disponibilidade de investimento daqueles que dispunham de recursos. E com a valorização das áreas centrais, as vistas das autoridades voltaram-se para elas exigindo dos moradores a construção de casas conforme as indicações da legislação, com o propósito de manter o

aspecto aprazível e moderno da área central, evitando assim, a possibilidade de se construir como quisesse e, como consequência, a desorganização das ruas caracterizadas pela disposição irregular das casas em relação ao terreno. A especulação estabelecia uma lógica paralela de exclusão espacial, em que as imediações das artérias centrais foram lentamente impossibilitando o habitar mais barato.

O prefeito Guedes Pereira, na sua administração, adquiriu no Rio de Janeiro três álbuns de construções modernas⁴⁸, a fim de oferecer aos moradores das áreas centrais modelos de casas elegantes e modernas que estavam sendo adotadas na capital federal e que convinham ser adotadas na capital parahybana também, dando a esta ares moderno. O primeiro desses álbuns tratava-se de uma infinidade de plantas de casas que estavam sendo construídas no Rio de Janeiro e os dois últimos eram tipos de casas frequentemente usados na Europa e que já estavam sendo construídas no Brasil com grande apreciação das autoridades. Além de indicar modelos que certamente encareceriam os custos das construções, várias normas foram baixadas a fim de regulamentar as construções na área central da capital.

As Leis municipais e o Controle Sanitário

Embora sempre tivessem existido habitações precárias na cidade de Parahyba do Norte, elas parecem só ter passado a ser consideradas um problema pelas autoridades no fim do século XIX, início do século XX. O precário estado sanitário e o risco de epidemias se alastravam pela cidade e as autoridades viam nas aglomerações de trabalhadores pobres, mal-alojados em casas de palha e quartos de um cômodo, nos vários becos espalhados pela cidade, uma grave ameaça à saúde pública e ao projeto de modernização urbana idealizado pelas elites.

O poder público, então, atacou em três frentes: a do controle sanitário das habitações; a da legislação e códigos de posturas; e a da participação direta em obras de saneamento, urbanização da área central e implantação da rede de esgoto. Sobretudo, no que diz respeito, ao controle sanitário das habitações populares, essas medidas foram marcadas por uma concepção que identificava nas formas de moradias precárias uma das principais causas das doenças, as quais seriam extirpadas por meio da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores.

⁴⁸ Segundo nota do Jornal A União do dia 06/04/1922, p.03, os álbuns adquiridos pelo Prefeito foram: O Problema das Habitações no Rio, do engenheiro Enéas Marini; Aladdin Homes e Craftsman Bungalows.

Assim, as medidas governamentais para controlar o crescimento desordenado da cidade, bem como as condições sanitárias e impedir a propagação de epidemias foram de três tipos: regulamentação da Repartição de Higiene, com poderes de polícia e inspeção sanitária, como enfocamos no capítulo anterior, onde se podia entrar nos domicílios para controlar a vida, ditar regras de asseio, higiene e saúde de seus habitantes; promulgação de legislação de controle sanitário e de produção das habitações, com destaque para os Códigos de Postura; e participação do Estado na gestão de obras de abastecimento de água e saneamento – ações que seriam importantes instrumentos de controle social e ordenamento do espaço.

As habitações, portanto, deveriam ter licença para sua edificação, conforme o Art.30 do código de postura de 1920, o qual estabelecia: “a ninguém é permitido construir ou reconstruir dentro da área do município sem previa licença do poder municipal”. E, quando a construção estivesse terminada, o mesmo não poderia ser utilizado antes de expedida a necessária carta de habitação, que seria solicitada pelo proprietário ou construtor, através de um requerimento. Vemos, assim, que o Estado invade a esfera do privado quando o assunto era edificação de quaisquer prédios no perímetro urbano. De resto, tal fato era extensivo às demais cidades brasileiras. Segundo Marins, com essa submissão a uma ordem estável,

O privado passa a ser, (...), controlado não apenas pelos desígnios do indivíduo, mas pela ordem imposta pelo Estado. Esse modelo de convívio urbano, trespassado pelos procedimentos de especialização espacial e segregação social, esteve pulsando no cerne dos procedimentos de controle da habitação e vizinhanças implementados nas capitais brasileiras a partir do advento da República (MARINS, 1993, p. 136).

Esse controle se daria, em grande medida, pelas posturas municipais, as quais tratavam de um conjunto de preceitos e regras estabelecidas pela Câmara Municipal com a pretensão de obrigar “os municípios a cumprirem certos deveres de ordem pública, especialmente aqueles ligados à organização, ao disciplinamento e à construção do espaço da cidade” (SOUZA, 2002, p. 2). Essas normas representavam a necessidade que os governantes da época tinham em disciplinar a expansão da cidade, bem como a conduta dos seus habitantes. De acordo com Maia (2000), as primeiras posturas da capital datam de 1830, incidindo sobre uma série de questões pertinentes à habitação urbana, à limpeza das ruas e da cidade de um modo geral.

Mas, será com as mudanças ocorridas na capital no processo de modernização da mesma, que os engenheiros, médicos e autoridades passam a fiscalizar de forma mais rigorosa o cumprimento das leis municipais por parte da população. De acordo com as Posturas, as casas deveriam ser de tijolos e cobertas de telhas, com janelas frontais e laterais e um jardim entre a porta e o portão de entrada, medidas estas, segundo os médicos, indispensáveis à

circulação do ar e entrada de raios solares. Com estas normatizações, buscava o poder municipal ordenar, produzir e regulamentar o surgimento de novas edificações, contribuindo assim, não só para a saúde da população, como também na configuração da cidade moderna e civilizada. Casas alinhadas, com alturas mínimas de pé-direito interior; fixação da espessura das paredes; obrigatoriedade de arejamento nos cômodos; regras para construir sacadas; distâncias médias para alinhamento; etc, eram algumas das medidas a serem observadas pelos construtores ou reformadores de habitações, sujeitas a fiscalização pelo município.

A parte referente às condições do terreno estabelecia quanto à drenagem ou aterro que os proprietários deveriam realizar, antes de iniciar qualquer construção, assim como enfatizava que os terrenos deveriam ter no mínimo seis metros (6m,00) de largura para receber qualquer edificação com exceção dos localizados nas esquinas, que poderiam ter no mínimo a largura de cinco metros (5m,00). Tal norma tinha por objetivo limitar o parcelamento especulativo indiscriminado dos lotes urbanos, inviabilizando assim as pequenas moradias em áreas que tendiam a ser rapidamente ocupadas; além disso, exigia que todo terreno, mesmo sem edificação ou com modificações recuadas do alinhamento, tivesse a frente fechada, em toda extensão, por muro ou gradil⁴⁹.

Outrossim, as Posturas Municipais seguiam um certo padrão normativo Brasil afora. Em São Paulo, de acordo com Rolnik, a análise de tais normas, permite visualizar o modelo higiênico de habitação, ou seja, “casa unifamiliar isolada em grande terreno e separada da rua e dos vizinhos” (ROLNIK, 1997, p. 46). E no que diz respeito à eficácia em demarcar um território social preciso, o segredo estava no preço. Segundo a autora:

Lotes grandes, grandes recuos, nenhuma coabitação é fórmula para quem pode pagar. A lei ao definir que num determinado espaço pode ocorrer somente um certo padrão, opera o milagre de desenhar uma muralha invisível e, ao mesmo tempo, criar uma mercadoria exclusiva no mercado de terras e imóveis (ROLNIK, 1997, p. 47).

Assim, ao tratar das condições que deveriam satisfazer os prédios a construir ou reconstruir, além de enfaticamente condenar habitações de palha e taipa nas áreas centrais da cidade, a primeira preocupação da legislação municipal, além de redesenhar as ruas centrais, foi eliminar estas formas de ocupação da área mais valorizada, e com a proibição da construção de casas de palha, proibiu-se genericamente a presença de pobres no centro da cidade, que no momento em estudo era um dos principais intuitos das autoridades. Esse tipo de intervenção no território “popular” complementava o projeto urbanístico municipal de

⁴⁹ Códigos de Postura Municipal, 1920, 1928.

construção de uma nova imagem pública para a cidade, aquela de um cenário limpo e ordenado que correspondia aos ideais burgueses com o qual as elites tanto se identificavam.

A idéia de intervir na forma das casas dos pobres partiu, como já nos referimos anteriormente, da correlação entre condições sanitárias e o alastramento das epidemias, mas também no intuito de criar espaços sociais distintos. De modo que, como se tratava de penetrar no território popular como o objetivo de controlar para poder transformar, o sanitarismo forneceu à política repressiva do Estado os meios legais e institucionais para cumprir tal meta, que teve como ponto de apoio a montagem de um sistema de vigilância permanente sobre o que a leis minuciosamente haviam estabelecido.

No entanto, apesar dos Códigos de Postura estabelecerem as normas para a construção das habitações, bem como assegurar à prefeitura o direito de punir o infrator com multas e até mesmo com a demolição das moradias irregulares e que representassem um empecilho à saúde e ao ordenamento da cidade, o processo de “enxotamento” dos populares das áreas centrais, como a ele se referiu Medeiros, não ocorreu de forma imediata.

Ou seja, a permanência e reprodução das casas de taipa e palha na capital paraibana, marcando a paisagem e impossibilitando as ambições de afastar as vizinhanças empobrecidas, revelaram a limitação do modelo de cidade proposto e indicam uma ressignificação e apropriação por parte dos populares das normas vigentes de acordo com suas necessidades. O modelo encontrado na lei nunca foi inteiramente implantado, embora a legislação proibisse a construção de casas de palha e ordenasse a demolição das existentes desde 1859, conforme consta no artigo 53 do Código de Postura do mesmo ano, elas continuaram a se reproduzir na cidade, como atesta a denuncia do Jornal Correio da Manhã.

Em plena Rua Duque de Caxias, há uns casebres acachapados, que nos envergonham, que salientam bem o nosso atrazo em matéria de edificação. Casebres há que provam justamente que em nada temos evoluído nesta especialidade.

E para não falar nas pequeninas casas de palha, que parecem multiplicar na cidade que ostenta-se, com sua intolerável monotonia, simplesmente horrorosa.⁵⁰

Com o propósito de responder as denúncias que constantemente eram feitas acerca da permanência das casas de palha no centro da cidade, o prefeito da capital baixou um Decreto no ano de 1921 proibindo, a partir daquele ano, a construção de casas de palha no perímetro urbano bem como a sua permanência, conforme o Art. 4º, que rezava: “Fica marcado o prazo de três annos, a contar da presente data, para serem retiradas do perímetro urbano as casas de

⁵⁰ Jornal Correio da Manhã, 30/08/1917.

palha que estiverem construídas no mesmo perímetro”⁵¹, consideradas moradias insalubres e de estrutura arquitetônica destoante das recomendações indicadas. Assim, mais uma vez proibiu-se a construção de casas de palha, além de regular enfaticamente as novas edificações. Regulamentava as fachadas, a espessura das paredes divisórias dos cômodos, os alicerces, os materiais de construção empregados, o arejamento e ventilação, etc.

Ou seja, submetia-se a possibilidade de novas construções aos desígnios impostos pelo poder público, na esperança de regular a intimidade e a privacidade das residências mediante os padrões sanitários de infra-estrutura, o que encarecia os custos, e assim, limitava-se o rol de proprietários capazes de construir e até mesmo daqueles que pretendessem alugar tais imóveis.

Portanto, ao estabelecer o espaço onde era proibida a construção de casas de palha – uma das principais formas de moradia popular –, percebemos que as normas davam ênfase não somente às condições higiênicas das habitações das classes pobres, mas especialmente ao espaço dos pobres na cidade. Refletindo sobre essa temática, nos remetemos a um estudo de Chalhoub (1996) relativo ao Rio de Janeiro, o qual, apropriando-se das categorias *forma* e *espaço*, como propõe Abreu (1986), assinala que, no decorrer dos últimos anos do século XIX, houve uma mudança em termos das soluções propostas pelas elites intelectuais e políticas para a resolução do problema da habitação popular, ou seja, a ênfase deixara de ser a forma, as condições de moradia, e passara a ser o espaço, o local da habitação, de modo que, a solução privilegiada para os cortiços deixava de ser a tentativa de melhorar as suas condições higiênicas e passava a ser erradicá-los do centro da cidade.

Em que pese o fato dos autores como Rolnik, Bonduki e os referidos acima terem feito suas observações a partir de uma análise voltada aos cortiços e outras formas de habitação das cidades de São Paulo e Rio de Janeiro, podemos afirmar, contudo, que tais observações podem ser aplicadas à realidade vivenciada na cidade da Parahyba. Não encontramos no referido Decreto nem em outros códigos de postura, nem em outras medidas ou ações do governo do Estado, nem mesmo da Prefeitura, medidas que visasse a construção de casas higiênicas e salubres em substituição as casas de taipa e palha, apenas ordens estabelecendo a sua retirada dos espaços nobres da cidade.

Pode-se perceber que o problema da habitação no início do século XX dava-se concomitante aos primeiros indícios de segregação espacial. Se o crescimento da cidade que se fazia em grande medida, de forma desordenada e a concentração de retirantes da seca nas

⁵¹ Decreto Municipal Nº 32. op. cit. In: *Jornal A União*, 11/01/1921, p.01.

ruas e trabalhadores pobres ocasionou inúmeros problemas, a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos de tais problemas, garantindo à elite áreas de uso exclusivo, livres de deterioração, além de uma apropriação diferenciada dos investimentos públicos na cidade. Segundo Galliza (1993, p. 123), o código de posturas, que tange as normas de habitação, estabelecendo as formas e os espaços ao mesmo tempo, que assegurou às classes dominantes a condição de pertencimento à urbe, instituiu aos pobres o estranhamento a ela, não os considerando moradores da cidade, mas um problema a ser afastado.

Isto, sim, revelava-se uma questão social, a desabrochar a partir do centro da cidade -- o qual estava sendo urbanizado com a construção de habitações nobres de acordo com o código de posturas para as elites -- em incômoda vizinhança com a população pobre que habitava casebres de palha e taipa. Mas tal constatação não implica que, como questão posta, a solução do problema habitacional para os pobres fosse prioritário nesse momento ou que houvesse uma vontade política para resolvê-lo de imediato.

Basicamente, a sua solução batia de frente com a questão da propriedade urbana e da especulação imobiliária, dada a impossibilidade de os pobres da cidade adquirirem casa própria de acordo com as normas das posturas municipais e tendo de sujeitar-se a pagar aluguel em habitações precárias. Habitações totalmente fora dos padrões exigidos pelas autoridades da higiene: as casas eram insalubres, sem ar e ventilação, sem esgotos e muitas ainda eram superlotadas, pré-requisitos essenciais para serem condenadas à demolição. Como foi o caso de uns quartos situados à Rua da Lagoa que pelo seu péssimo estado foi condenado à demolição por parte da Repartição de Higiene, conforme expõe o Jornal A União:

Na Rua da Lagoa existe uma meciagua pertencente ao coronel Veigas, à qual vulgo apelidou sete quartos ou cachoeiras.

Essas pocilgas imundas sem nenhuma sorte de acomodações sanitárias sempre serviram de moradia de mulheres de infima condição que, afinal foram agora obrigadas a se retirar dali, pela Inspectoria de hygiene. devido ao estado de immundicie alli notada.

Acresce que os casebres ameaçam ruína, estando, portanto, na espera de sua demolição, contribuindo assim, para a melhoria das condições hygienicas da cidade.⁵²

Os médicos higienistas que estavam à frente da Repartição de Higiene Pública recomendavam a demolição de casebres insalubres, como meio para manter o estado sanitário saudável da cidade, especialmente quando nestes residissem ou tivessem residido um doente acometido por variola. Geralmente as denúncias que chegavam a este órgão eram feitas pelos

⁵² Jornal A União, 03/03/1917, p.01.

moradores da área central que não estavam satisfeitos em compartilhar o espaço com os diversos casebres que ainda permaneciam naquele perímetro. Assim, é que em nome da “higiene e da esthetica da cidade”⁵³, o *Jornal Correio da Manhã* trazia uma denúncia sobre as condições de alguns casebres como os da Rua do Rosário, que mereciam medidas urgentes dos senhores higienistas.

Na Rua do Rosário se ostentam, nas proximidades do prédio onde funciona a E.T.L e F. uns casebres horrendos que, além de afearem nossa cidade, representam um perigo a nossa saúde pela immundície que reina naquelas pocilgas. E estão prestes a desabar, com flagrante perigo para o público.⁵⁴

Este tipo de denúncia, ao trazer adjetivos como horrendo e ao se referir às habitações como pocilgas, é bastante elucidativo das concepções preconceituosas e higienistas então na ordem do dia. Sem dúvida uma visão elitista, pois, a Rua do Rosário, segundo o autor da denúncia, “era uma das mais movimentadas da cidade e das mais freqüentadas pelas pessoas de bem”, e que pelo estado mais ou menos satisfatório com relação à higiene e pelas casas que nela se situavam, habitações de comerciantes, que estavam de acordo com as normas de construção, “merece que se chame a atenção dos poderes competentes para esse disparate”. Pois ainda de acordo com a denúncia, os referidos casebres se ressentem de calçamento e acomodações sanitárias, sendo, portanto, argumentos suficientes para que estivesse exigindo a intimação por parte da Repartição de Higiene para regularização destes ou mesmo para sua demolição.

Ao que tudo indica foi o que ocorreu, pois em uma nota meses depois, o jornal informava sobre a interdição de alguns casebres da Rua do Rosário, no entanto voltava a denunciar dois casebres “imprestáveis, cujas frentes ostentam um formidável mattagal nas bardas da prefeitura”⁵⁵. O jornal se mostrava indignado pelo fato de terem interditado e desabitado as casas, mas terem as deixado na rua, o que não teria resolvido o problema da salubridade e estética, levantando uma crítica à atuação da Repartição: “Ahi está o que veio fazer a hygiene com suas medidas inacabadas... pelo menos, anteriormente, o mattagal alli não existia. É o caso de proferir: a emenda sahiu peor que o soneto”⁵⁶. O jornal cobrava a rápida demolição dos casebres, no entanto, sua crítica deveria ser direcionada à prefeitura, pois a Repartição tinha atendido o seu pedido que era de fiscalizar e dar o parecer, restava, agora, que a prefeitura tomasse as providencias quanto ao processo de demolição, a fim de resolver o problema de que tanto queixava-se o jornal.

⁵³ *Jornal Correio da Manhã*, 25/04/1917, p.01.

⁵⁴ *Idem*.

⁵⁵ *Jornal Correio da Manhã*, 10/08/1917, p.01.

⁵⁶ *Idem*.

Assim, vê-se que a salubridade e a estética da cidade aparecem nos discursos dos letrados como faces da mesma moeda, pois mesmo reconhecendo o perigo dos casebres à segurança pública e à higiene, a denúncia enfatiza inicialmente o fato destes destoarem da estética arquitetônica, e com isso “afearam” a cidade, tornando-os incompatíveis com as residências da área central da cidade.

Entre as inúmeras vítimas do processo de racionalização do espaço urbano, encontra-se o fotógrafo Manuel Gonçalves da Silva, popularmente conhecido por “Voltaire Dalva”, que residia à Rua Barão do Triunfo, cuja casa de taipa, segundo o autor da denúncia, devido às péssimas condições em que se encontrava não se tratava de uma casa, mas de um “pardieiro immoral, um horrendo buraco, de porta e janela, contendo internamente uns fiteiros de quitanda ou cousa que o va na”⁵⁷.

Conforme as próprias palavras do denunciante, apelava-se para o Dr. Vital de Mello tomasse providências sem demora para evacuar o “pardieiro da Barão do Triumpho”, não só em nome da higiene, mas “também no da belleza architectonica da urbs, visto que aquelle buraco não podia ser novamente habitado, pois era um trambolho para a esthetica daquella rua”⁵⁸, além, é claro, de ser uma infração dos princípios da salubridade pública.

Embora o denunciante se questionasse sobre quem havia autorizado o reabilitamento “daquelle persevejal”, já que o mesmo há muitos meses havia sido condenado pela higiene e por esse motivo desocupada compulsoriamente, a fim de ser posteriormente demolida, preferia acreditar que o fotógrafo havia “penetrado furtivamente” e ali voltado a residir. Dessa forma, o autor levanta uma crítica ao fotógrafo sem entender ou sem querer levar em consideração, que tal atitude se devia a sua pouca condição econômica e não à rejeição ou ignorância por parte de Manuel Gonçalves dos princípios de higiene.

Da mesma forma que o fotógrafo Manuel Gonçalves, outros tantos habitantes pobres da cidade tiveram suas moradias condenadas pela Comissão de Higienização. Embora em sua maioria as pessoas argumentassem que moravam em tais casebres, considerados insalubres por não possuírem condições financeiras para alugar outro imóvel que não fosse os que viviam, nem para construir uma casa conforme rezava o Código Municipal, seus casebres eram demolidos e tais famílias passavam a habitar nos arrabaldes da cidade, mesmo que geralmente morando em semelhantes casebres de taipa e palha, mas o importante para as autoridades, é que estas habitações estariam longe dos espaços destinados às elites.

⁵⁷ Jornal A União, 25/01/1920, p. 02.

⁵⁸ Idem.

Segundo Chagas, como parte dessa ação da Companhia de Higienização, de retirada dos pobres das principais ruas da área central, os médicos indicavam também onde estes podiam erguer suas casas.

Os médicos recomendavam ao prefeito as Ruas da Raposa e do Melão como locais onde as classes pobres poderiam construir suas casas, desde que fossem de tijolos e telhas, obedecendo, assim, ao Código de Postura. Embora houvesse a exigência quanto às condições da casa, essas ruas não apresentavam nenhuma infra-estrutura urbana, a exemplo de calçamento, água encanada, iluminação elétrica e esgoto sanitário. Mesmo assim foram indicadas aos pobres que chegavam a Capital, porque desde outrora nelas moravam os operários, estivadores, arrumadores e sapateiros os quais exerciam suas funções nas áreas próximas ao Porto do Capim, na Alfândega, em armazéns e na Estação Ferroviária (CHAGAS, 2004, 173).

Dessa forma, foram várias as direções tomadas pelos pobres na cidade, a exemplo da Rua da Imperatriz, atual Rua da República e das Ruas Amaro Coutinho, da Raposa e do Melão (Foto 4), sendo esta última a atual Beaurepaire Rohan, que teve seu calçamento, alargamento e alinhamento no governo de Camilo de Holanda, no processo de remodelamento que este implementou na capital. Tais ruas apareciam nas constantes denúncias publicadas nos jornais, que enfocavam o péssimo asseio destas artérias, as quais por não possuírem calçamento, contribuíam para que na época invernososa as chuvas abrissem verdadeiras crateras e acumulassem lixo, os quais concorriam para agravar as condições sanitárias da cidade, levando os médicos da Repartição de Higiene recomendarem a demolição de vários casebres dessas localidades, bem como a instalação da rede de esgotos.

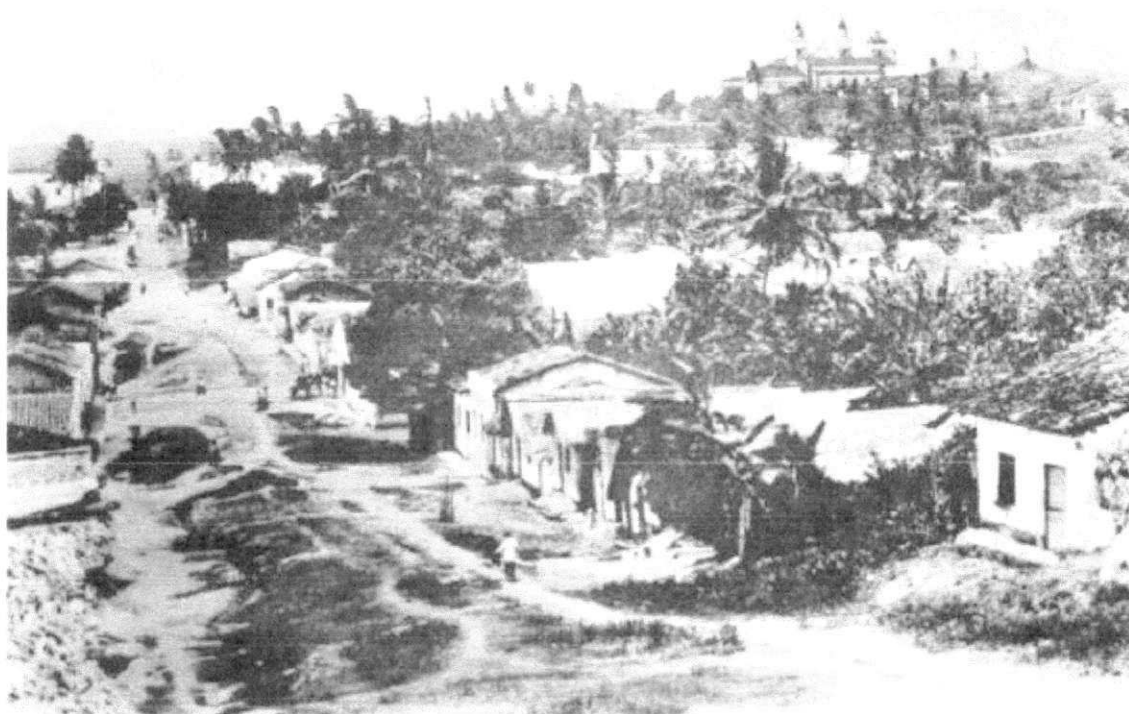


Foto 4 – Rua do Melão em 1904 – Atual Beaurepaire Rohan. Fonte: **Acervo do Arquivo Histórico da Paraíba**

Com o programa de remodelamento da capital, empreendido no governo de Camilo de Holanda (1916-1920), estes trechos passaram por um amplo processo de urbanização, com diversas obras públicas, em especial no tocante ao alargamento e alinhamento, que facilitaria o trânsito e daria um aspecto moderno à cidade. Até porque, segundo as palavras do governador, na Mensagem Presidencial direcionada à Assembléia Legislativa em 1918, “A Parahyba era uma cidade sem calçamento em muitas de suas importantes vias públicas, e pessimamente calçada na sua principal artéria de comércio”⁵⁹.

Dentre as diversas ruas que passaram por reformas em decorrência do programa de melhoramentos materiais empreendidos no seu governo, registra-se o calçamento das ruas da República, Amaro Coutinho, Maciel Pinheiro, Praça Venâncio Neiva, ladeira do Rosário, praças Aristides Lobo e Pedro Américo. Além da abertura da Avenida General Osório, com sacrifício da Rua da Medalha, ligando-a à praça Venâncio Neiva. Essa velha aspiração dos habitantes da capital se deu à custa de várias demolições e desapropriações de “diversas casinhas da Rua da Medalha, pertencentes a D. Celina Gomes, Ricardo de Medeiros, Alcides

⁵⁹ Mensagem Presidencial apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo presidente do Estado Dr. Camillo de Hollanda, 1918, p.41.

Bezerra e Francisco Pulcherio⁶⁰, desapropriações que custaram 25:500\$000 (vinte e cinco contos e quinhentos mil réis), aos cofres públicos. Certamente essas casinhas eram alugadas aos trabalhadores pobres da cidade, os quais, com as determinações para deixarem os imóveis, devem ter ido para as áreas periféricas da cidade. O fato é que esse processo englobou várias outras artérias centrais que ainda estavam marcadas por estrutura precária.

IMÓVEL	LOCAL	PREÇO
Prédio de D. Clementina L. de Mello	Rua da Palmeira	4:000\$000
Prédio de D. Zeferina de C. Lima	Rua Epitácio Pessoa	4:500\$000
Prédio de Fabio Maranhão	Rua da Mangueira	4:000\$000
Prédio de Carlos Alverga	Rua Epitácio Pessoa	40:000\$000
Prédio de D. Etelvina da Gama Prado	Rua Amaro Coutinho	1:500\$000
Prédio de D. Minervina Guimarães	Rua Maciel Pinheiro	3:00\$000
Diversas Casas de Palha	Ruas Epitácio Pessoa, Federação, Medalha, Formosa, Zumby e Republica	7:300\$000
Prédio de Manuel Martins Viegas	Praça Pedro Américo	15:000\$000
Prédio de Victorino Vinagre	Praça Cons. Henriques	10:000\$000

Tabela editada pela autora a partir dos dados retirados da Mensagem Presidencial apresentada à Assembléia Legislativa no ano de 1918.

A respeito das demolições, o jornal A União noticiava quase que cotidianamente os decretos assinados pelas autoridades e suas execuções, especialmente nos governos de Camilo de Holanda e Solon de Lucena, marcados por várias demolições. Além desses pontos da cidade, que já nos referimos, vários outros foram modificados, com a retirada de casebres e vários prédios antigos, como o prédio Nº1, na Rua Visconde de Inhaúma para fim de alargamento e embelezamento da Maciel Pinheiro, a artéria comercial por excelência⁶¹. Além do serviço de demolição de outras casinhas já compradas pelo governo nessa última via pública, pelo mesmo motivo.

Segundo o jornal, o terreno ocupado por aqueles prédios e mais pelo Nº3, na mesma Visconde de Inhaúma, que também seria posto abaixo, “vender-se-á em hasta pública, em lotes para construções modernas que serão novos coeficientes na remodelação material e

⁶⁰ Mensagem Presidencial apresentada a Assembléia Legislativa do Estado pelo presidente do Estado Dr. Camillo de Hollanda, 1918, p.41.

⁶¹ Jornal A União, 02/03/1917, p.01.

topográfica da cidade, problema que tanto se interessa o Sr. presidente do Estado⁶². Essa remodelação material à qual se refere o autor da matéria também estava sendo aplaudida por outros jornais que mostravam a capital do estado como um verdadeiro canteiro de obras na construção de uma cidade limpa e bela.

(...) outro melhoramento que consideramos idêntico ao da demolição de casebres da Rua Maciel Pinheiro, (...) que está a espera de sua demolição, é o sobrado que fica em frente á rua Marquez do Herval (Rua Nova) e as casinhas que, pelo lado do sul, lhe são adjacentes.

Que bella avenida não dará o desaparecimento d'aquelle velho casarão ao ligar-se a Marquez do Herval com a Rua da Medalha?

Graças a boa vontade do exmo.sr.dr. Camillo de Hollanda, esta capital, irá gosar de mais outros melhoramentos segundo nos consta.(...) Difficil apontar-se um ponto na urbs que não tenha merecido a sua devotada attenção de trabalhador operosissimo e tenaz⁶³.

Assim, no período de 1916 a 1924, tem-se o que poderíamos chamar de um surto de realizações na capital, foram várias as ruas que passaram pelo processo de urbanização, que visou embelezar, além de facilitar o transito de sua população e ao mesmo tempo corrigindo, quando possível, os defeitos de alinhamentos e construção das ruas e casas, a custa de várias desapropriações. Nesse processo, além de casas e prédios desapropriados, houve o fechamento de vários becos da cidade para facilitar o transito e retirar da cidade o aspecto colonial que contrastava com o anseio de progresso de parte da população, que não viam com bons olhos a profusão de becos que marcavam a paisagem da capital.

No entanto, mesmo que boa parte da população desejasse livrar a cidade do aspecto colonial, ele era a menina dos olhos, em termos arquitetônicos, dos que rejeitavam a onda modernizadora vigente, em especial dos que não aceitavam as formas frias dos traços geométricos próprios das ruas retas e alinhadas. Enquanto que parte da elite se mostrou entusiasmada com as mudanças que vinham se processando, outros lamentavam que a cidade estivesse perdendo sua feição de outrora. Nessa perspectiva cabe alinharmos a esse pensamento contrário às mudanças que vinham se processando, as idéias de Gilberto Freyre que nesse momento já contava com influência entre os intelectuais.

Freyre, analisando as rápidas mudanças ocorridas na cidade do Recife mostrou-se contrário à transformação de sua paisagem original defendendo a manutenção da sua feição colonial indispensável à construção de uma identidade nacional. De modo que num artigo publicado originalmente no Diário de Pernambuco, sendo transcrito depois pelo A União⁶⁴,

⁶² Jornal A União, 02/03/1917, p.01.

⁶³ Jornal Correio da Manhã, 10/02/1917, p.01.

⁶⁴ FREYRE, Gilberto. Da Tyrania da Pedra Azul – Livrai-nos o Senhor. In: Jornal A União, 07/03/1926.

ele faz uma crítica aos engenheiros urbanistas que estavam substituindo o pitoresco colonial pelas formas geométricas.

(...) Aquelle sonho de Recife ideal para mim seria um Recife Caricato, Um horrível Recife Judas Iskariotes. Olhei o monstro. Olhei o sonhador. No dedo Hirto e duro com que sublinhava pedagogicamente as palavras em traços rígidos no ar mole da tarde de calor, faiscava enorme Pedra Azul. O anel de engenheiro. O anel fatídico.

E eu que também sou recifense; e amo Recife, e precisamente no que lhe resta de irregular, de à-vontade, de a- toa, encontro os seus melhores encantos – desejei, num desejo intenso como uma prece, que ao seu velho burgo devoto livre para sempre Nossa Senhora do Carmo, do Engenheirissimo, do Haussmanismo, do Geometrismo. Da tyrania da pedra azul.⁶⁵

De acordo com Freyre era preciso preservar a fisionomia própria da cidade contra a monotonia dos traços geométricos. Assim publica um artigo, o qual é reproduzido na Revista Era Nova⁶⁶, chamando a atenção dos paraibanos contra o “hausmannismo estúpido” que estava transformando a capital, a qual em 1915 quando o mesmo a visita pela primeira vez “era de um ingênuo delicioso. Seus sobrados, suas casas, como que trepavam umas por cima das outras, nas ladeiras em zig-zag. Era toda em zig-zag. E o casario deliciosamente irregular”⁶⁷. Uma paisagem que na época que ele escreveu este artigo, 1925, já não servia para descrever a capital paraibana, pois nesse espaço de 10 anos, ruas haviam sido alargadas e calçadas, sobrados e casebres demolidos, dando a cidade uma outra feição que não teria agradado o autor.

Hoje a Parahyba é uma cidade a sangrar: retalhou-a a cirurgia esthetica dos engenheiros, para reduzir todo aquelle zig-zag a symetria. Debalde tem dito lá o sr. Saturnino de Britto o que tantas vezes disse aqui: que a cidade póde adquirir conveniencias modernas sem perder o seu character.

E as suas egrejas velhas... todo o espírito da Parahyba nova está, ao meu ver, naquella horrível aguia com um globo de luz electrica no bico – na rua principal da cidade e sobre um dos novos palacetes officiaes.⁶⁸

Se a nova feição que a cidade ganhava satisfazia a alguns, deixava outros insatisfeitos, assim como Freyre, teve aqueles que defendiam a permanência da cidade de outrora, passando a criticar as obras e considerá-las modismo passageiro. No entanto, apesar das divergências acerca das transformações na cidade, estas não eram invenções ou modismos passageiros, mas uma realidade fruto do processo de modernização pelo qual passava o país. De modo que,

⁶⁵ Idem.

⁶⁶ A Physionomia das Novas Cidades. In: Revista Era Nova, 30/09/1925.

⁶⁷ Idem

⁶⁸ Id. Ibid.

becos foram fechados, casebres, sobrados e igrejas seculares vieram ao chão para dar espaço às novas construções e avenidas.

Os Becos da Cidade e as Ações Governamentais de Normatização dos Espaços

Um rápido olhar de um visitante à cidade de Parahyba do Norte no início do século XX identificaria a profusão de becos no centro da cidade. Já vimos, pela descrição de Jardim que havia, no fim do século XIX, em torno de 33 becos espalhados tanto na sua parte baixa como alta e, sobretudo, na artéria da Lagoa. Isto porque, além das várias casas de taipa e palha espalhadas pelo perímetro urbano, os indivíduos das camadas mais baixas habitavam os diversos casebres e quartos de cômodo que compunham tais becos.

Era na área central, núcleo econômico e administrativo, onde se erguiam edifícios públicos e os centros culturais, assim como os sobrados e os casarões de propriedade da elite urbana da época, onde se inseriam os becos, considerados por Pesavento como os enclaves da cidade⁶⁹, cuja finalidade inicial, na cidade de Parahyba, segundo seus memorialistas, consistia no encurtamento das distâncias, funcionando como artérias venais que desaguavam no Largo do Erário, verdadeiro *Rocio* da cidade e que se abria para a Rua Direita, que então corria da Igreja da Misericórdia, ao largo de São Francisco (LEAL, 1974). No entanto, com o aumento da população, a proliferação desses espaços revelavam o crescimento anárquico do centro urbano, para onde grande parte da população pobre passou a residir nos quartos e casinhas de acordo com suas condições econômicas.

Assim, é em volta daquelas ruas, abertas *oficialmente*, que se processou um crescimento desordenado sem alinhamento de outras pequenas vias, ou seja, os becos que marcavam a área central da cidade, num entrecruzamento que chegava a surpreender, pelo seu número para o tamanho da cidade e a divertir pelos seus nomes, ao evocar topografias, práticas sociais, alusões pitorescas e significados curiosos e que, assim como as casinhas de palha, não deixaram de ser alvo das intenções saneadoras das elites e autoridades.

Como já foi apontado anteriormente, a diferenciação que se acentuava entre as elites e camadas populares, com o conseqüente incomodo produzido por esta coabitação forçada no centro da cidade, deu margem a uma transformação do sentido na organização urbana. O beco

⁶⁹ Ver Uma Outra Cidade – O mundo dos excluídos no final do século XIX, estudo no qual a autora faz uma análise dos lugares onde as camadas excluídas habitavam na cidade de Porto Alegre.

passa a ser visto e representado pelas elites e discursos dos letrados como o espaço que concentra o pobre, encravado no coração da cidade e que precisava ser retirado. O sentido original do termo, de natureza mais propriamente topográfica, de rua estreita, com ladeira aberta no curso natural de uma expansão urbana cede lugar a uma designação depreciativa que traduz ao mesmo tempo certo ponto de vista moral, estético e higiênico.

Ou seja, com o crescimento da cidade e com o processo de intervenção pelo qual a cidade passou no início do século XX, com vista a sua transformação numa urbe moderna e limpa, o beco passa a ser designação que estigmatiza lugares condenados da cidade. Nos discursos da imprensa, o beco é sujo, infecto, feio e muitas vezes perigoso. É um péssimo lugar, por onde circulam pessoas praticantes de ações suspeitas e péssimos hábitos de higiene. Expressões como estas, da *Imprensa* e da *União*, começaram a se tornar cada vez mais freqüentes, quando se referiam a estética da cidade ou relatavam incidentes ocorridos na mesma. De modo que, eram freqüentes denúncias acerca do estado de insalubridade dos becos.

O estado de immundicie, no Becco do Londres, é, por demais lamentável. O capim augmenta dia a dia, além de águas podres, que alli são derramadas por um bloco de meretrizes.

Quem diria que o afamado Becco do Londres chegasse a tal ponto! A illustre prefeitura, pois, que se digne lançar os seus olhares piedosos aquelle trecho. Só assim, cremos, cessaria a grande falta de hygiene daquella gente do Becco do Londres⁷⁰.

Segundo os olhos das autoridades e das elites, que tinham padrões estéticos e de higiene diferenciado destes habitantes, os becos da cidade abrigavam personagens pobres, sem higiene, que representavam uma ameaça a saúde da cidade, mas também personagens escusos, como certa mulher do Beco do Barracão, onde “suas práticas supersticiosas, ridículas e nocivas dos catimbós exploravam a credulidade da gente ignorante e de cabeça fraca”⁷¹, ou a “preta velha”, Angelina Maria de Jesus dona de um catimbó num beco no Cruz das Armas⁷², segundo nota do Correio da Manhã, o subdelegado do 2º distrito, após várias denúncias, mandou cercar a casa da mesma, encontrando lá além de vários objetos de feitiçaria, algumas pessoas que se achavam sentados em torno de uma banca, sendo todos conduzidos ao xadrez. Além destas os becos eram redutos de pessoas como a cognominada Mocinha com seus

⁷⁰ Jornal Correio da Manhã, 08/03/1917, p.02.

⁷¹ Jornal A Imprensa, 12/06/1915.

⁷² Jornal Correio da Manhã, 20/09/1917, p.02.

“modos airados e indecentes”⁷³, “praticando a portas abertas scenas ao natural com escândalo das pessoas que por alli tem de passar”⁷⁴.

O beco era, pois, o reduto dos excluídos urbanos e correspondia, de forma exemplar, a uma bela demonstração do que poderíamos chamar a maneira conflituosa de construir o espaço público. Ademais, era tratado nos jornais como o local por excelência da contravenção, embora nem sempre tenha sido assim. Foi nesse contexto de urbanização e modernização da cidade que vários becos cederam lugar às novas ruas e avenidas que seriam símbolos da modernidade da capital, empreitada que se deu, segundo Leal, pela:

Ofensiva contra os becos da cidade, todos de nomes pitorescos, dos quais apenas um, no bairro da Detenção, não foi crismado, visto que todos os que ligavam o antigo Largo das Mercês, às ruas vizinhas, foram fechados, restando um rebatizado como o nome da rua, servindo de sentina noturna, merecendo por esta circunstancia o moderno apelido de Beco das Fragrâncias (LEAL, 1974, p. 51).

A denominação das ruas e becos que obedeciam ao impulso criador da imaginação popular, refletindo nomes de pessoas, acontecimentos ou simples incidentes corriqueiros da vida comunitária. Entretanto, ainda que em dado momento tenham impressionado impressionaram as imaginações, esses nomes tinham, invariavelmente, o sabor localista, que repontam das velhas páginas dos jornais da época ou dos documentos policiais.

Na análise feita por Leal (1974), sobre os becos da cidade, encontramos os mais variados e pitorescos nomes, sendo que alguns também podem ser encontrados nas páginas dos jornais, seja nas notas policiais ou como alvo das notificações feitas pelos inspetores de higiene ou mesmo denúncias por parte das elites por seu estado de insalubridade. Dentre eles, destacamos o Beco Sete Pecados, que, de acordo com memorialistas, tinha esse nome por ser naquele beco que residiam “sete tentadoras beldades”; o Beco do Inferno, estreita passagem que, partindo do Beco da misericórdia, separava os quintais das ruas General Osório e Duque de Caxias; Beco do Londres, um prolongamento da Rua Barão do Triunfo, famoso nas notas policiais pelas brigas entre algumas meretrizes que lá habitavam, brigas que na maioria das vezes eram fruto de disputas amorosas; o Chão Duro; o Beco dos Três...segundo o autor, tinha tal designação porque para ele davam os quintais da Rua do Comércio, da Barão do Truinfo e da Sá Andrade, de modo que o povo completava o nome com a “maliciosa reticência” e o Beco Luzia Gorda, trecho da atual Padre Meira (LEAL, 1974, p. 52).

A avenida Padre Meira era conjunto das três passagens marginais da depressão que existia entre os fundos da igreja do Rosário e a Lagoa Central, sendo formada pelos becos

⁷³ Jornal A União, 11/02/1920, p.02.

⁷⁴ Idem.

Luzia Gorda, Beco das Almas e da Pitombeira, este a margem da Lagoa do Irerês. Eram Becos que se distinguiam por suas características próprias, especialmente pela qualidade dos patronos, sendo que o denominado Luzia Gorda era o mais respeitado devido à circunstância da patrona possuir filho pedreiro que não era indivíduo para brincadeira, conhecido por ser ágil na capoeira e destro no manejo da faca, sem falar na violência que punha ao desferir cacetadas sobre os seus desafetos e impertinentes. Por isso era respeitada no Beco das Almas, cujas mulheres não esqueciam de enviar-lhes convites para as comemorações (LEAL, 1974, p. 53).

Assim, é importante ressaltarmos – embora no próximo capítulo nos deteremos mais a esse respeito – que era intensa a vida nos becos da cidade, ainda que habitando ambientes tão desconfortáveis ou insalubres, seus habitantes tinham suas formas próprias de sociabilidades, de diversão. Ou seja, ainda que morando em becos ou neles transitando a toda hora, a vida ali pulsava, mas de um jeito que as elites não entendiam, pois não entendiam seus códigos, sua linguagem, logo não entendiam seus cheiros e seus prazeres. De modo que, não restava outra coisa que não o preconceito, a aversão a modos de vida e pessoas tão diferentes, que viviam uma vida de privações, mas que pareciam debochar, com seus comportamentos, de todos esses contratempos e revezes da vida.

Daí porque no processo de urbanização da capital, os becos tenham sido tão condenados pelos discursos médicos e pelas elites e autoridades, pois além de insalubres eram vistos como reduto de sociabilidades condenadas. De modo que, com o processo de remodelamento da capital não se exitou em fechar esses espaços de entrave do progresso, como ocorreu, sobretudo, na gestão de Guedes Pereira, período das obras de saneamento da capital. Sua gestão garantiu não só a continuidade do plano de saneamento, mas também uma série de obras que modificariam a paisagem da capital. Entre 1920 e 1924, período de duração do seu mandato, o prefeito não só urbanizou a lagoa, definindo seu perímetro atual, ampliado pela captação da drenagem pluvial, mas também, transformando-a num parque que vencia o antigo desafio de unir a malha urbana inicial à fronteira de expansão Leste, a Avenida Eptácio Pessoa.

O Dr. Guedes Pereira era médico formado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro entre 1902-1908, período de intensa remodelação da capital carioca, e certamente influenciado pelas transformações de caráter embelezador e sanitarista que contemplou na capital do país, sob a direção do prefeito Pereira Passos. Assim, iniciou uma administração municipal que, a exemplo de outras capitais brasileiras, preocupou-se com a limpeza pública, saneamento e embelezamento, destacando-se, juntamente com o governador Sólon de Lucena,

na modernização do cenário urbano, onde ruas e avenidas foram abertas, alargadas, calçadas e arborizadas, onde casebres e edifícios antigos foram demolidos para abertura de novas vias, para construção de praças, ou mesmo para afastar a população de baixa renda dessas áreas centrais como já se vinha procedendo em outras administrações.

Esse surto que realizações ocorrido na capital do Estado, vinha se dando de forma mais intensa desde o governo de Camilo de Holanda, como apontamos no capítulo anterior e ganha um impulso ainda maior na gestão de Guedes Pereira, que em conformidade com o plano de melhoramentos traçado sobre a planta topográfica da capital, cujos serviços de levantamento estiveram a cargo do coronel Otto Kuhn, iniciou seu projeto onde se encaminharam ligações e prolongamentos de várias artérias, realizadas conjuntamente como operações de nivelamento e prolongamento dos trajetos.

Sobrepondo-se aos valores da cidade tradicional, dita colonial, marcada pela história incutida em seus espaços e edificações, a realização desse projeto de cidade moderna, que adota como máxima a idéia de uma inevitabilidade da destruição ante a necessidade imperativa do progresso, não deixou de fora nem mesmo igrejas seculares que tomariam em favor de um tráfego sem empecilhos, da higiene e da estética urbana, como ocorreu com a Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, que foi completamente destruída, juntamente com todo quarteirão em que estava inserida para implantação da Praça Vidal de Negreiros, assim como provocou a demolição da Igreja Mãe dos Homens, juntamente com alguns casebres em torno dela localizados no bairro, Tambiá, para a construção da Praça Antônio Pessoa e alargamento da Rua Monsenhor Walfredo Leal, com a finalidade de favorecer a ligação da área central com este bairro cuja ocupação por residências das camadas mais abastadas ganha novo impulso com a abertura da Praça da Independência, inaugurada em meio as comemorações do Centenário da Independência em 1922.

Como se pode observar, além das edificações sagradas, inúmeros prédios particulares tiveram de ser demolidos, total ou parcialmente, para o alinhamento, o calçamento e a construção de passeios públicos nas antigas ou novas avenidas, para a abertura de praças e jardins. Enfim, a cidade moldava-se ao gosto moderno, renegando seu passado, seu aspecto colonial, suas ruas estreitas, tortuosas e sem asseio. E com isso, além de promover o desenvolvimento e saúde da cidade arrancava do seio da capital as habitações e moradores indesejados, medida que desde o governo de Camilo de Holanda vinha sendo louvada pelas elites, como observa-se nessa matéria do Jornal Correio da Manhã, intitulada “Demolição de Casebres – gosto esthetico, uma novidade”.

A demolição de vários casebres em diversas ruas da capital é medida louvável e acertadíssima. Em matéria de construção e embelezamento aqui se encontram vários effectos. (...) com o governo, porém, do Dr. Camillo de Hollanda parece que vamos assistir a demolição de taes casebres infectos, sem prejuizos dos respectivos donos, que insistiam em alugar essas pocilgas inabitáveis, (...) mas o Estado indennisal-os-á, caso já não os tenha comprado.⁷⁵

No governo do prefeito Guedes Pereira a retirada dos pobres da cidade prosseguia e se materializava com as medidas que visavam promover o progresso e a saúde da capital, como já apontamos no início deste capítulo, e dentre estas medidas, está uma das primeiras e importantes obras do governo deste prefeito, a urbanização da Lagoa, grande obra de drenagem, abertura de vias e arborização do parque que se tornaria cartão postal da cidade, que se processou sob a legitimação conferida pelo sanitarismo.

A Lagoa, situada no centro da cidade, era um antigo sitio pertencente aos jesuítas (Lagoa dos Irerês, como era conhecida), e atualmente Parque Sólton de Lucena, em homenagem ao então governador da Parahyba. Quando da sua urbanização foi submetida a vários processos de intervenção, em função da concentração espontânea de habitações e comércio, uma área que, segundo o discurso dos técnicos, vivia em total desorganização, pelo emaranhado promiscuo de becos e vielas que representavam um entrave ao desenvolvimento e crescimento da cidade.

Desse modo, urgia aos dirigentes da cidade generalizar os procedimentos disciplinares para os espaços públicos e privados. Compreende-se, pois, a prioridade concedida ao combate institucional aos casebres e becos da região central, considerados promiscuos e desestabilizadores da organização e saúde da cidade. Assim, com a urbanização do Parque Sólton de Lucena, seguiu-se o fechamento de vários becos que cortavam aquela via, como os becos do Cipriano e do Diniz, que comunicavam as ruas Treze de Maio com a Lagoa de Detraz e que foram destruídos para a abertura da atual Diogo Velho, além desta rua outras foram abertas, a exemplo da Alberto de Brito, Princesa Isabel, Pedro II, Tabajara (AGUIAR & MELLO, 1989, p. 142) entre outras.

E como a retirada dos populares do centro estava sendo feito em nome do progresso e da saúde da cidade, tais medidas iam ao encontro dos anseios de uma elite desejosa de modernização e que continuava a enaltecer as ações de administradores que tinham o compromisso com desenvolvimento urbano. Assim como identificamos, na matéria exposta anteriormente, a divulgação com grande entusiasmo das demolições empreendidas no governo

⁷⁵ Jornal Correio da Manhã, 23/03/1917.

de Camilo de Holanda, também encontramos com relação as retiradas de casebres e fechamento de becos durante o processo de urbanização da Lagoa.

Pesquisando nos documentos da época, encontramos vários artigos e notas nos periódicos que divulgavam as inúmeras obras do governo municipal em parceria com o governo estadual e enalteciam seu valor para o progresso da cidade. Encontramos uma matéria de um jornalista da Era Nova que traziam para o centro da discussão a questão das reformas empreendidas por Guedes Pereira. Contrariando a visão de muitos de seus colegas, o autor da matéria, faz um elogio às mudanças que o prefeito Guedes Pereira estava empreendendo na capital, exaltando a figura deste como um administrador comprometido com o progresso e a saúde da cidade, mesmo que para isto fosse necessário demolir prédios seculares e habitações das classes populares.

Ninguém pode negar que a administração do Sr. Guedes Pereira tem sido proficiente e fecunda. A cidade, sob seus influxos, ganha novos encantos, perde pouco a pouco o seu soturno aspecto colonial e adquire foros de uma formosa e bem cuidada metrópole, com praças arborizadas e ruas limpas. (...) Enquanto isso, novas avenidas são abertas, em aprazíveis localizações e a Prefeitura desapropriam prédios e casebres velhos para o alargamento das ruas⁷⁶.

Como a cidade estava passando por modificações em sua estrutura física, exigindo a demolição de vários prédios para serviços de saneamento e embelezamento, na construção da cidade moderna tão decantada por suas elites, a postura governamental de fiscalização às habitações se manteve ativa, a fim de dificultar a construção de moradias que não estivessem de acordo com as leis sanitárias de construção; o poder público precisava apresentar alguma proposta para construção de novas moradias, especialmente para as camadas mais pobres da sociedade, que não podiam pagar por moradias que não fossem os velhos casebres em que habitavam.

No entanto, no período estudado, não encontramos medidas que visassem a produção de moradias por parte dos órgãos governamentais, o que resultou, segundo os jornais da época, numa crise de moradia, sobretudo, para as camadas mais baixas da população, conforme noticiava A Imprensa.

Mal de todas as nações que se regem pelas salutares leis da liberdade e da igualdade, si sofresse o povo no terreno das suas atribuições, os vexames os mais injustos e intolerantes, arrediados por todos os lados pelos protagonistas da cizânia e da insegurança. (...) E porque não dizer que é de urgência entre nós a resolução dos problemas das habitações?

⁷⁶ Revista Era Nova, maio de 1922, nº24, p.21.

As classes baixas estão a debater-se diante da alternativa que lhe resta: extinguir-se, desaparecer, aniquilada por um cancro destruidor que é a falta de meios de abrigar-se um ser numa enxerga ou num casebre esburacado, sujeita a cólera das tempestades ou ao desfavor do tempo⁷⁷.

A situação de crise habitacional que atingia, sobretudo, as camadas mais baixas da sociedade, não foi exclusividade da capital paraibana, visto que, segundo Bonduki (2004, p. 39), nesse período, no Brasil, a única medida aceita pelo Estado para estimular a produção habitacional foi a concessão de benefícios ao setor privado, somente no governo de Vargas é que se adota a produção direta de moradias por parte do Estado, bem como uma legislação que regulamentasse as relações entre locadores e inquilinos. De acordo com o autor:

Construir casas, 'assumindo o papel de capitalista', era incompatível com a concepção liberal do Estado vigente até 1930. Assim, durante a Primeira República, privilegiou-se apenas o incentivo aos particulares.

As conclusões de uma comissão formada pelo prefeito Pires do Rio, em 1927, é exemplar desta postura: desaconselhou o envolvimento da prefeitura na construção de casas, que desestimularia o investimento privado, sugerindo incentivos fiscais para os particulares.(...)

Adotados por todos os níveis do governo e regiões do país os estímulos a iniciativa privada foram sempre muito bem aceito por todos: higienistas, poder público e empreendedores (BONDUKI, 2004, p. 40).

No Brasil, as características da economia de base agrário-exportadora, com predomínio do capital comercial, favoreceram os investimentos na área imobiliária que contou ainda com incentivos fiscais por parte dos Estados (BLAY, 1985, p. 21). Em São Paulo, cidade estudada por Bonduki (2004) e Blay (1985), a economia cafeeira gerou um excedente econômico que podia ser aplicado no ramo imobiliário para suprir a grande demanda por moradias com o rápido crescimento da cidade. De acordo com Bonduki:

A existência de excedentes econômicos nas mãos de investidores de diversos portes, a restrita capacidade de aplicação no setor industrial ainda instável, a expansão e retração cíclica da cafeicultura, a valorização imobiliária e a grande demanda por habitações em São Paulo, os incentivos fiscais e a inexistência de controles estatais dos valores dos aluguéis – tudo isso tornou o investimento em moradias de aluguel bastante atraente durante a Primeira República (BONDUKI, 2004, p. 45).

Nesse contexto destacou-se, dentre as soluções habitacionais de aluguel, construções em série para os operários e classe média em forma de pequenas moradias unifamiliares – as vilas operárias (BLAY, 1985), que contavam com aprovação dos higienistas que tinham a oportunidade de difundir o padrão de habitação recomendável. Segundo Blay, essas vilas podiam ser de duas modalidades, tanto produzidas por investidores privados, para locação no mercado, como por empresários, que com o processo de industrialização da capital, utilizaram

⁷⁷ Jornal A Imprensa, 23/09/1920, p.01.

a construção dessas vilas como estratégia para atrair operários, bem como disciplinar o tempo livre dos operários, submetendo-os à ordem burguesa e mantendo-os sob constante controle⁷⁸. De modo que, reguladas pelos padrões higienistas de construção e sob o olhar do patrão, estas vilas procuravam, segundo Blay, difundir:

Padrões de comportamento adequados, na óptica capitalista do desempenho do trabalho livre. Os padrões de honra exaltados, as regras de moral burguesa e as normas de vida transmitidas pela burguesia ao operariado constituíam parcela da ideologia a ser difundida aos subordinados. (BLAY, 1980, p. 148)

Na Parahyba, embora não tenha havido um crescimento populacional na dimensão do que ocorreu em cidades como São Paulo, que com a produção cafeeira e o processo de industrialização, recebeu muitos imigrantes, surgindo uma grande demanda por moradias, também passou por crises na habitação, em decorrência das várias demolições e da falta de moradias salubres e acessíveis às classes pobres. Mas aqui, a construção de casas populares na forma de vilas operárias não existiu. A produção de vilas operárias só se deu em Santa Rita, a partir de iniciativa dos empresários da fábrica Tibiry e na cidade de Rio Tinto, que pertencia a Companhia Paulista de Tecidos (CHAGAS, 2004, p. 176).

Apesar de ter havido o que alguns jornais chamaram de “febre de construções”⁷⁹ na capital no ano de 1923, chegando a ser erguidas “cerca de setenta e tantas casas” na capital como noticiava A União:

De dois a três meses a esta parte experimenta-se um gradativo alívio na capital no que concerne à aquisição de habitações, que se tornara até então um grave problema, trazendo em atropelos as diversas classes sociais da Parahyba.

Não obstante as numerosas demolições que o processo da cidade exigiu em várias ruas da cidade, notadamente na Barão do Triunfo, Monsenhor Walfredo, Maciel Pinheiro e Sete de Setembro e mais algumas a se fazerem proximamente e necessárias ao alargamento destas últimas artérias, assim como o fechamento de vários becos nas imediações da Lagoa, aquela dificuldade tende a desaparecer ou pelo menos minorar sensivelmente.

Concorreu para esse relativo alívio a grande febre de construções todas conforme os preceitos de estética e higiene estabelecidos pela autoridade do dr. Guedes Pereira, prefeito do município. Assim é que só na Cidade Alta, nas suas ruas e avenidas novas do Tambiá estão sendo erigidas cerca de setenta e tantas casas, sendo a maioria de graciosa feição arquitetônica.

Esperamos que com a afluência dessas construções, comecem a baixar os preços dos aluguéis que estão insupportáveis.⁸⁰

⁷⁸ A respeito da disciplinarização dos trabalhadores por parte dos patrões consultar também o trabalho de Margareth Rago: *Do Cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar 1890-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷⁹ *Jornal A União*, 26/07/1923, p.01; *Jornal A Imprensa*, 04/07/1923, p.02.

⁸⁰ *Jornal A União*, 26/07/1923, p.01.

Essas construções não resolveram o problema de moradia entre as classes mais baixas, atendendo apenas as classes média e alta que podiam pagar por moradias de acordo com os padrões higienistas de construção na área central, bem como com o requinte arquitetônico que muitas delas apresentavam. Os pobres como já nos referimos anteriormente, ficaram entregues a própria sorte. E muito embora tenham construído suas próprias casas, muitas delas ainda eram de taipa e palha nos arrabaldes de Cruz do Peixe, Roger e Cruz das Armas. Outros, a exemplo dos operários, permaneceram nas Ruas da Raposa e do Melão (CHAGAS, 2004, p. 176), que já havia sido determinado para eles. No entanto, Chagas informa que o final da Rua da República também passa a ser espaço de moradia dos operários.

No final da Rua da República, a partir de 1922, alocaram-se os operários, principalmente aqueles especializados, a exemplo dos mecânicos, eletricitas, operadores de máquinas, condutores de bonde e maquinistas. Das imediações da central de polícia até a Ponte do Baralho, as residências erguidas possuem o mesmo aspecto: são casas geminadas, simples que compõe o mesmo padrão, contudo sem se tratar de uma vila operária. A paisagem do arruamento demonstra que a construção das casas obedeceu a uma determinada legislação, todas são iguais e foram erguidas com recursos dos operários, supostamente os especializados, pois possuíam condições para isso (CHAGAS, 2004, p. 176).

No entanto, apesar de não terem existido projetos, nem a construção de moradias higiênicas e econômicas destinadas às classes pobres, suas habitações não deixaram de sofrer a intervenção estatal, marcada pelo autoritarismo sanitário, na perspectiva de difundir padrões de asseio e de comportamentos. Respaldada na legislação, a polícia sanitária atuou no sentido de vigiar, inspecionar e quando necessário condenar a demolição as habitações fora das normas de higiene. E este modo de atuação, na realidade não representou uma solução para o problema, mas sim a sua própria recriação.

Capítulo III

Cotidiano dos Populares: na contramão da ordem?

Já vimos anteriormente que o discurso higienista tinha como um dos focos de ação os becos e vielas da cidade, pois estes eram vistos como locais de insalubridade, de propagação de doenças e que, portanto, precisavam ser combatidos. Entretanto, havia também a intenção, por parte das elites, de combate à outra espécie virulenta – o vírus social – isto é, assim como se fazia necessário uma desinfecção higienista, também precisava-se de uma limpeza moral, pondo fim a esses focos de “promiscuidade” e “vadiagem”. Ora, numa associação entre higiene e moral, os habitantes de lugares infectos e insalubres só podiam ser, segundo o discurso da elite letrada, degenerados e entregues a toda sorte de vícios.

Doença, imoralidade e pobreza são termos que se enredaram de tal forma nos discursos de médicos e letrados da época que as condições de moradias precárias eram imediatamente associadas à imoralidade e à doença, demarcando um território rejeitado na cultura urbanística da cidade. A partir do século XIX cada vez mais a preocupação com os odores fétidos da terra, da água estagnada, do lixo, cedeu terreno para os odores da miséria, para o fedor do pobre e da habitação infecta (CORBIN, 1987, p. 168). Deslizamento da vigilância olfativa da natureza para o social, que induz uma estratégia disciplinar na qual desinfecção e submissão são assimilados simbolicamente: o sonho de tornar o pobre inodoro e moralizado sugere a possibilidade de construir o trabalhador comportado e produtivo.

Dessa forma, pode-se dizer que a atuação dos médicos higienistas, incentivando o asseio e impondo a execução de medidas higiênicas, parte da crença generalizada na época de que a casa imunda, insalubre, constitui um foco onde se originam os surtos epidêmicos, mas também por ser considerado propício aos vícios e sentimentos de revolta. De acordo com Valladares, o que os médicos haviam diagnosticado como foco das epidemias era também, e, sobretudo, aos olhos da elite política nacional, “o berço do vício e do crime”, pois era aí que residia e se concentrava o que se chamava de “classe perigosa” (VALLADARES, 1994, p. 86).

Essa terminologia, “classe perigosa”, nos remete a Chalhoub (1996), quando este chama a atenção para a maneira com que a elite brasileira se utilizou desse termo para designar as classes pobres, fazendo uma associação direta entre “classe perigosa” e “classe pobre”, ou seja, segundo o autor, essa terminologia surgida na Inglaterra no século XIX para designar as pessoas que já houvessem passado pela prisão ou as que, mesmo ainda não tendo

sido presas, haviam optado por adquirir o sustento da família através de furtos, será utilizada pelos legisladores brasileiros, na transição do Império à República nas discussões acerca das conseqüências da abolição da escravatura para a organização do trabalho e da sociedade.

Os deputados brasileiros, se apropriando dessas leituras, acabam por alargar as proporções desse termo conforme seus interesses, utilizando-se do termo “classe perigosa” como sinônimo de “classe pobre”, construindo assim, a noção de que os pobres, pelas suas condições de vida, apresentam maior tendência à ociosidade, são cheios de vícios, menos moralizados e podem facilmente cair no mundo do crime, como podemos ver na seguinte passagem do discurso de um deputado.

As classes pobres e viciosas... sempre foram e hão de ser a mais abundante causa de todas as sortes de malfeteiros: são elas que se designam mais propriamente sob o título de - classes perigosas -: pois quando mesmo o vício não é acompanhado pelo crime, só o fato de aliar-se à pobreza no mesmo indivíduo constitui um justo motivo de terror para a sociedade. O perigo social cresce e torna-se de mais a mais ameaçador, à medida que o pobre deteriora a sua condição pelo vício e, o que é pior, pela ociosidade (*Apud*. CHALHOUB, 1996, p. 21).

Esse universo ideológico das classes dominantes brasileiras, ao mesmo tempo em que associa a pobreza ao vício, ao crime, divide-se em dois mundos: de um lado, o mundo do trabalho, e, do outro lado, o mundo da ociosidade e do crime, ou seja,

No discurso dominante, o mundo da ociosidade e do crime está à margem da sociedade civil – Isto é, trata-se de um mundo marginal, que é concebido como imagem invertida do mundo virtuoso da moral, do trabalho e da ordem. Este mundo às avessas é percebido como uma aberração, devendo ser reprimido e controlado para que não comprometa a ordem (CHALHOUB, 1986, p. 49).

A existência do mundo da “vadiagem”, da ociosidade, que deveria ser reprimido e controlado, vai ser utilizado como justificativa para os mecanismos de controle, de disciplinarização das classes mais pobres. A construção de uma nova ideologia do trabalho nas últimas décadas do século XIX, com a abolição da escravidão, colocava, para os detentores do capital, a questão de garantir a continuação do suprimento de mão-de-obra, sendo necessário que o conceito de trabalho ganhasse uma valorização positiva articulando-se então, segundo Chalhoub, “com conceitos de ‘ordem’ e ‘progresso’ para impulsionar o país no sentido do ‘novo’, da ‘civilização’, isto é, no sentido da constituição de uma nova ordem burguesa” (CHALHOUB, 1986, p. 29).

A manutenção dessa perspectiva de compreensão, que também fazia parte do imaginário das elites e letrados da capital paraibana, implicou na tentativa de disciplinarização dos populares no que diz respeito as suas formas de comportamento, de diversão e uso dos

espaços públicos, de forma que não viessem a comprometer o projeto de modernização/urbanização idealizado para a cidade de Parahyba do Norte. Assim, para compreendermos um pouco dessa relação, em grande medida conflituosa, nos interessa analisar as resistências cotidianas e espontâneas dos populares, para isso nos deteremos um pouco mais no cotidiano dos populares nas ruas e becos da cidade, espaço mais comum de suas habitações, e no seu lazer, bem como os usos que faziam do espaço urbano.

De modo que, trazer para discussão as diversidades sociais e culturais, é mostrar as tentativas de hierarquização e intervenção nos espaços e territórios da cidade, por parte das elites, que buscaram a consolidação de um outro tipo de sociabilidade, que estava identificada com os padrões e valores por elas estabelecidos. Mas, por outro lado, também nos permite compreender como muitos moradores vão construir sua própria vivência, burlando e ressignificando essa teia de valores e códigos que lhes tentavam impor.

Para Certeau a construção dessa própria vivência por parte dos populares se dá no “não lugar” (1994, 100), aquele da criação anônima e silenciosa nascida do desvio no uso dos produtos recebidos. Pois é na mobilidade que o “homem ordinário”, valendo-se de táticas encontra formas subterrâneas de conviver ou burlar políticas impostas, instituídas por um “lugar de poder e de querer”. Assim, Certeau mostra como o “homem ordinário” inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”, escapando silenciosamente a um poder estabelecido. Essa invenção do cotidiano se dá graças ao que Certeau chama de “artes de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que vão alterando os objetos e os códigos, e estabelecendo uma (re)apropriação do espaço de acordo com seus próprios interesses.

Nessa empreitada, tomaremos como fonte as denúncias e matérias dos jornais da cidade, os quais se colocaram com “o progresso das luzes no seio das colectividades, como o veículo das idéias, dos sentimentos e das vontades, o dynamo propulsor das correntes de opinião pública”⁸¹. A imprensa será tomada aqui como porta voz dos interesses das elites e das idéias de progresso e civilização que permeavam seu imaginário no início do século XX. De modo que, apresenta-se como uma produção discursiva interessada, carregando consigo uma intrincada rede de relações de poder que acabam produzindo um lugar para os moradores da cidade moderna.

Embora não se coloque em pauta a verdade ou não-verdade das acusações que seguem nos jornais, ou a possibilidade de que estas questões fossem irrelevantes, há que considerar que os periódicos da época veiculam notícias que qualificam o uso dos espaços da cidade,

⁸¹ Jornal A União, 05/08/ 1916, p.01.

delineando o perfil dos tipos *perigosos*, identificando os locais condenados, denunciando as práticas de contravenção. Neste sentido, os discursos dos jornais contribuem para a construção de imagens muito fortes, carregadas de adjetivos, cores e artifícios de retórica que ajudam a dar a ver ao mundo de uma determinada forma.

Assim, torna-se importante verificar que as notícias da imprensa que falam, com insistência, nos becos, com seus personagens malditos e práticas condenáveis, se antecipam, muitas vezes, às medidas da municipalidade com vistas ao controle de tais espaços. Como diria *A União*, em uma nota que comentava as desordens ocasionadas por “diversas mulheres de vida fácil”, que residiam na travessa do Tambiá, oitão do grupo escolar Eptácio Pessoa, cuja “discussão pornographica com um individuo seu vizinho”, extrapolara aquele espaço e invadira a vizinhança, “offendendo o decoro das famílias de bem moradoras na praça coronel Antonio Pessoa e rua dos bandeirantes”.

Ainda de acordo com a nota, para evitar semelhantes excessos, comuns naquele local, “cavalheiros moradores nas alludidas ruas, sollicitam providencias enérgicas do Dr. Luiz Franca, delegado do districto, mantendo policiamento constante e rigoroso”⁸². Os olhares da imprensa foram constantemente lançados sobre os espaços da cidade, especialmente onde habitavam e se divertiam os populares. De modo que, diferentes olhares e diferentes posições se constituem sobre o espaço construído no cotidiano pelos indivíduos, ou seja, a territorialidade que é construída, que é reinventada e que é vivida no espaço das ruas.

A rua e o universo da vadiagem

É na rua que se defronta e se expõe a diferença e onde se exercita o registro de linguagem que nomeia o outro. É ainda nas ruas da cidade que se exibem práticas convenientes, consagradas pela moral, estética, saúde e justiça, de modo que é nessa mesma rua que se torna ostensivo e condenável o comportamento desviante (PESAVENTO, 2001, p. 129).

Para a elite letrada, bem como para os próprios governantes, o espaço das ruas é um espaço no qual sempre se deve intervir para que seja garantida a “ordem” e a “disciplina”. Por sua vez, cotidianamente os populares também estão a lançar sua atenção para o espaço das ruas, afinal é nesta que muitos desenvolvem atividades e relações de sociabilidades que garantem a sua sobrevivência e também seu lazer.

Seguindo o pensamento acima exposto, podemos encontrar nas autoridades e letrados o desejo, a ânsia de intervir no espaço público para transformá-lo em um espaço condizente

⁸² Jornal A União, 01/02/1921.

com aquilo que os mesmos proclamam como moderno. O espaço da rua é uma espécie de “cartão de apresentação da cidade”. Por isso, Robert Moses Pechman (1992) nos mostra um pouco da visão que os homens da elite, letrados e autoridades cariocas tinham na virada para o século XX.

A questão da insalubridade e as práticas da população abrem caminho para a crítica desfavorável dos hábitos dos habitantes. Era preciso, pois, depurar a cidade, sanear o meio ambiente e eliminar os fatores de feiúra, sujeira e imoralidade. Neste sentido, o espaço público – a rua – deveria ser a expressão dos padrões de limpeza, beleza e ordem. A rua deveria reunir os atributos e as condições indispensáveis a saúde, a moralidade e a organização do corpo físico e moral (PECHMAN, 1992, p. 34).

Pechman nos fornece uma definição clara de algo que também encontramos nos discursos dos letrados paraibanos, tanto nos jornais da época, como nas memórias e crônicas. Percebe-se claramente o discurso que invoca “a ordem” e os “bons costumes”, discurso que ganham maior dimensão quando se trata do lazer dos pobres, pois suas diversões intensamente praticadas na rua tornaram-se alvo privilegiado do controle dos costumes, dos usos que os populares faziam dos espaços da cidade. Alguns casos podem ilustrar a tentativa de normatização de determinados tipos de sociabilidades, principalmente na utilização do espaço da rua, como nesta denúncia publicada no Jornal A União.

Moradores da rua dos bandeirantes reclamam do Dr. Luiz Franco, delegado do 3º distrito, providencias contra os procedimentos irregularissimos de uns indivíduos residentes num becco que corta essa rua, os quais costumam fazer forrós, acabando por ter fim com bebedeira e brigas, e costuma agredir as familias fronteiras com palavras pornographicas.(...)
Convem que o Dr. Luiz Franco mande fazer alli uma fogueira para mitigar os ataques daquela gente⁸³.

Esta citação faz parte de uma série de denúncias que encontramos pesquisando nos jornais da capital do início do século XX. Denúncias como esta, nos são bastante elucidativas, no que diz respeito às tentativas das elites e seus porta-vozes na imprensa de coibir as formas de diversão das classes populares e enquadrá-las no processo de ordenamento e uso do espaço público condizentes com a lógica burguesa de “civilização”. A vigilância sobre o divertimento obedece à lógica da integração social. Os divertimentos que se constituem a margem das tradições ou idealizações de cidade “tranqüila”, pode significar a diluição do pacto da ordem. No instante que as pessoas se reuniam nos becos onde habitavam, organizando forrós com músicas, bebidas para extravasar as dificuldades da vida e celebrar o prazer, se instaura um “perigo” à manutenção da ordem, uma vez que estes becos e suas festas eram vistos acima de tudo como inóspitos, que necessitavam de regulação moral.

⁸³ Jornal A União, 01/09/1919, p.02.

Sendo assim, segundo o autor da denúncia, era necessário extirpar o mal pela raiz, ou melhor, queimar, na fogueira sugerida pelo mesmo, que embora não fosse da inquisição até que combinaria com o forró organizado pelos populares. No entanto, como veremos ao longo de nossa análise, não era tão fácil eliminar práticas e lazeres que já faziam parte do cotidiano dessas pessoas, que já se apropriavam de situações de lazer, enquanto um elemento de descarga dos dissabores da vida. Mesmo considerando-se a intenção das elites de imprimir-lhes novos hábitos e formas de sociabilidades, com a vigilância sobre suas atividades e os usos que faziam dos espaços e territórios, estes continuavam a manter suas práticas, renovando-se e forjando sua própria realidade.

A ilusão de controle total das convivências sociais dos populares por parte da elite teve que enfrentar as ações e persistências desses habitantes, que tinham suas próprias noções de intimidade, divertimento e vizinhança. Ou seja, as lógicas e apropriações dos espaços urbanos por parte dos populares nem sempre são as desejadas e decantadas pelos letrados e autoridades. Cotidianamente os indivíduos estão a redimensionar os espaços urbanos.

Apesar dos esforços das elites econômicas e letradas – esta segunda quase sempre representando os interesses da primeira, sem contudo participar dela – em disciplinar as pessoas, os espaços e seus comportamentos nota-se constantemente na documentação as fugas de determinados indivíduos portadores de condutas consideradas como “desviantes”. Tais pessoas pareciam tentar superar ou resistir (a)os limites impostos pelos valores morais e culturais que as elites tentavam a todo custo construir (SOUZA, 2002, p. 50).

As práticas destes grupos criam territórios e redefinem costumes e vivências, mesmo que indesejadas pelas elites e autoridades. Assim, mais uma vez nos remetemos a Pechman, em sua leitura da experiência carioca:

As práticas sociais que tomavam a rua “insalubre” do ponto de vista da moral deveriam ser eliminadas ou coibidas. Deste modo, os quiosques, a prostituição, os jogos de rua das camadas populares, o barulho, a baderna, a aglomeração, as obscenidades, os vícios e maus hábitos deveriam ser banidos. Era preciso eliminar das áreas públicas os sinais da desordem criando uma nova moral: da ordem, da disciplina e da higiene. Assim como o ar, as pessoas deveriam “circular”, evitando aglomerações, promiscuidade e distúrbios. A aglomeração estava ligada a desordem, e a circulação, a ordem (PECHMAN, 1992, p. 34).

Como exemplo dessas práticas na cidade de Parahyba do Norte, temos a descrição que Medeiros (1994) faz da Rua do Grude, enfocando as formas de sociabilidades daqueles populares que tanto incomodavam a elite. A Rua do Grude, formada em grande parte de casas de taipa e palha, era célebre pelo barulho daquela população irrequieta e pelas arruaças ocorridas diariamente, acabando por ser a denominação popular mais adequada para nomear

aquela rua. Afinal era habitada por: “Marafonas, amásias de soldados e trabalhadores da cana, sede de gente moça desocupada e outros maus elementos, não falando da garotagem local, um dos maiores núcleos de meninos e meninas pervertidos.” (MEDEIROS, 1994, p. 29).

A julgar pela descrição de Medeiros, a Rua do Grude era reduto das mais baixas camadas sociais, a escória da sociedade, abrigando sociabilidades condenadas, vistas como próprias do povo pobre, e que era preciso coibir. Segundo Medeiros, diariamente se dava naquela famigerada rua o espetáculo de cenas repugnantes, tornando inadmissível a freqüência e o contato de pessoas distintas da sociedade com indivíduos de tão péssimos hábitos. O espaço diminuto que essas pessoas ocupavam não permitia que estes gozassem de certa privacidade e independência em relação às outras casas, as brigas de casais geralmente envolviam os vizinhos que logo corriam para acalmar a contenda, quando não estavam brigando entre si pelos motivos os mais diversos, como vemos na citação que segue:

Durante o dia, as mulheres se encarregavam de manter, de espreitar o fogo diabólico das resingas e assuadas, invectivando, insultando transuentes, decompondo umas as outras ou em plena rua, disputando a bofetões, dentadas e lutas corporais a posse do coração de um miliciano que sorria envaidecido, aguardando o desfecho da questão. Às vezes a arrelia era motivada por uma galinha, cujas penas esvoaçantes denunciavam-na metida numa panela contra a vontade de sua dona. Não raro ouviam-se gritos de uma beldade retorcendo-se nas carícias do cinturão convincente dum soldado, a distinguir as lambadas com um palavrão (MEDEIROS, 1994, p. 29).

A Rua do Grude, pelas descrições acima, era um espaço onde se compartilhavam padrões de interação social e noções de intimidade totalmente diferentes daquela produzida no bojo da constituição de uma ordem burguesa. Com isto, se o aburguesamento da sociedade levava o poder público a intervir de maneira mais efetiva no espaço urbano, seja alargando ruas ou demolindo antigas construções e casas de taipas em nome do progresso e da ordem, também se orientou para a eliminação de certos hábitos e sociabilidades dos moradores de becos, travessas e outras habitações coletivas que atentavam contra a moral e os bons costumes.

O cenário descrito por Medeiros, não era exclusividade da Rua do Grude, outras ruas, habitadas por populares, tinham uma vida intensa, com crianças a brincar nas ruas, o mulherio a conversar nas calçadas, o que por sinal, muitas vezes podia resultar em confusões pelos mais variados motivos, fazendo com que estas ruas geralmente aparecessem nas colunas policiais por serem palco de discussões entre vizinhas, a exemplo da Rua da Raposa, palco de brigas entre a mulher do Cabo “Caetano de tal” e a amásia de “Josué de tal”, intrigadas a tempos e

que vez por outra resolviam “reascender a chama da discórdia”⁸⁴. Ou então do “mulherio equívoco” do Roger, que sempre estavam a cometer arruaças com brigas, muitas delas por disputas amorosas, como ocorreu com “duas marafonas que se engalfinharam com alardo e distribuindo mutuamente, sopapos e dentadas a valer”⁸⁵ sendo separadas pelos vizinhos.

Nessa perspectiva, mudar hábitos e formas de morar e viver dos populares para a manutenção de um espaço salubre e de uma ordem burguesa, uma das questões que se configuravam no discurso das elites paraibanas e do Estado, que era a de compelir os indivíduos ao mercado formal de trabalho. De forma que, controle e severidade era, o que demandavam os jornais, contra a ociosidade e a vadiagem, o caminho mais perto para o crime:

Querem comer, querem gozar e não querem trabalhar.
Malandros ! Que gente tão réles! E chamam- se cidadãos!
Não o são porque o cidadão assim como recebe os benefícios que a sociedade lhe dispensa, também os deve retribuir concorrendo para o bem da mesma sociedade.
Aliás será ladrão. Recebe e não paga.
Que produz esse vadio? Nada, absolutamente nada.
Se ao menos dessem bons exemplos estes compensariam os benefícios sociaes. Mas é tanto pelo contrario que seu máo exemplo está incitando os colegas à ociosidade e libertinagem, que tanto mal causam no meio de qualquer povo.
Fora, pois, com esses libertinos!
Trabalhem e concorram para o capital social, ou então fora!
Já estamos fartos da malandragem!⁸⁶

Celebrava-se o trabalhador e condenava-se o vagabundo. Esse clamor ao trabalho e a crítica à vagabundagem ou repressão à ociosidade, são, segundo Pesavento, “a prova da existência de um certo tipo de habitantes da urbe que se mantinham à margem do mercado formal de trabalho” (PESAVENTO, 1994, p. 120). De forma que a intervenção burguesa não se limitou apenas a uma reordenação do espaço: ela se orientou também para uma disciplinarização dos populares através da “ordem” do trabalho, como um elemento regenerador que afastava o homem dos vícios e da ociosidade. Visto que nesse universo imagético das elites, enquanto o trabalho é a lei suprema da sociedade, a ociosidade é uma ameaça constante à ordem. De acordo com Chalhoub, a respeito do conceito de vadiagem/ociosidade que se constrói nas mentes das elites brasileiras em fins do século XIX “o ocioso é aquele indivíduo que, negando-se a pagar sua dívida para com a comunidade

⁸⁴ Jornal Correio da Manhã, 03/05/1918, p.01

⁸⁵ Jornal A União, 28/03/1922, p.02.

⁸⁶ Jornal A Imprensa, 28/06/1915, p.01.

através do trabalho honesto, coloca-se à margem da sociedade e nada produz para promover o bem comum.” (CHALHOUB, 1986, p. 46).

Nessa empreitada de gerar cidadãos produtivos e manter controle social tinha-se a união entre Imprensa, Estado e Igreja Católica. Aos delegados dos distritos, cabia instaurarem os inquéritos, sobre os quais o judiciário iria deter suas atenções e julgar; os jornais por sua vez, acompanhavam tudo, ao mesmo tempo em que já cuidavam de publicar novas denúncias a serem apuradas pelas autoridades competentes. Por último, a Igreja Católica trabalhava nessa direção a partir de campanhas moralizantes. Assim, na tentativa de evitar furtos e a vadiagem e que a desordem superasse a ordem, o 1º delegado da capital passou a utilizar os “vadios” nos serviços de infra-estrutura e limpeza da cidade, medida que muito teria agradado a população, recebendo vários elogios, como este que segue abaixo, da redação de *A União*, parabenizando-o pela suas atitudes na luta “contra a Vagabundagem”⁸⁷, como o próprio título informa.

O dr. João Franca, delegado do 1º districto adoptou a excellente medida de agarrar os desocupados e vagabundos que perambulavam em seu districto. empregando-os na limpeza das ruas.

A providencia da zelosa auctoridade produziu excellentes resultados e já hoje não se vêem mais nos logares públicos os amigos da ociosidade.

Por bem fazer, mal haver, diz o rifão.

Tendo o esforçado delegado do 1º districto lhes causado um bem. impondo-lhes o trabalho regenerador, os meliantes estão brilhando agora pela ausência o que priva as ruas de sua efficaz collaboração na respectiva limpeza.

Não esmereça o dr. João Franca na salutar campanha contra os vagabundos de seu districto contrafilando-os na penitenciaria caso se atrevam a voltar ao theatro de sua indolência⁸⁸.

É importante ressaltar, que muitos desses supostos “vagabundos”, como nomeia o jornalista do referido periódico, eram trabalhadores do campo que durante os períodos de estiagem, como as secas de 1877 e 1915, as quais já nos referimos no capítulo anterior, vieram para a capital em busca de melhores condições de vida. Não encontrando trabalho, lhes restaram a mendicância e a ociosidade, compreendidas pelas elites como crime. Diferentemente dos trabalhadores pobres da cidade, os mendigos não possuíam nenhum tipo de renda nem lugar para morar, ocupando as ruas do centro da cidade, o que representava uma preocupação para aqueles que almejavam a transformação da capital numa urbe civilizada onde reinasse o progresso, e não mendigos maltrapilhos enfeando os cenários urbanos. Preocupação esta que fez parte da população louvar as medidas do delegado João Franca, ao

⁸⁷ Jornal A União, 18/01/1920, p.01.

⁸⁸ Idem.

tentar combater a ociosidade entre os pobres através de mecanismos disciplinadores, voltados para a promoção do interesse pelo trabalho.

Tal medida teria ocorrido porque os delegados temiam que a ociosidade entre os pobres viessem a desencadear alguma revolta e assim comprometesse a propalada ordem pública, de modo que “a adoção da medida acima descrita não significou incorporá-los à sociedade, mas mantê-los sob controle através do trabalho, como se a ociosidade, fosse uma opção e não em decorrência das relações sociais e exploração a que estavam submetidos.” (CHAGAS, 2004, p. 186).

No entanto, a ordem tão desejada pelo delegado ainda estava por ser alcançada, de modo que o mesmo não se limitou a utilizar os desocupados nos trabalhos de infra-estrutura da cidade, mas reforçou o policiamento das ruas com o intuito de recolher à cadeia aqueles que estivessem a perturbar a ordem pública ou que pelo menos representasse uma ameaça como foi o caso dos indivíduos Waldemar da Cruz Monteiro, Manuel Fernandes Pacote, Jovino José de Souza, Balbino Antonio dos Santos, a mulher Rosa Salvina da Conceição e o menor Joaquim, capturados, segundo um jornalista de *A União*⁸⁹, em diversas ruas da parte baixa da cidade. Tais prisões faziam parte das medidas “enérgicas e persuasivas” que estavam sendo postas em prática pela polícia do 1º Distrito no sentido de “fazer uma justa repressão à vagabundagem que se verifica nas ruas da cidade baixa, de desocupados e alcoólatras.”⁹⁰

Ainda segundo esta mesma nota, todos os indivíduos desocupados que não soubessem dizer o seu destino, surpreendidos a altas horas da noite pelas ruas da cidade seriam conduzidos à delegacia para as devidas averiguações. Há, dessa forma, toda uma vigilância sobre os usos do espaço da rua tanto na cidade baixa como na cidade alta. Tal inspeção se devia não só em relação aos desocupados, mas também para impedir que os trabalhadores – estivadores, cabeceiros e arrumadores – se dirigissem às casinhas de porta e janela da Rua Sá de Andrade, por exemplo, para se divertirem nos forrós e nos braços das prostitutas, onde, segundo as denúncias das elites, funcionavam bordéis que até altas horas da madrugada ocorriam forrós, maxixadas e jogatina.

Assim foi que os indivíduos Francisco Pedro, Luiz Carmelo, Luiz Gonzaga, João Gonçalo de Oliveira e Manuel Silvano foram recolhidos ao xadrez da 3ª delegacia pelo Dr. Luiz França, por embriaguez e distúrbios praticados no Rogger, Mandacaru e na Rua da Matta⁹¹. Analisando denúncias como estas e outras que eram expostas cotidianamente nos

⁸⁹ Jornal A União, 30/10/1920, p.02

⁹⁰ Idem.

⁹¹ Jornal A União, 24/01/1922, p.02

jornais acerca das desordens ou comportamentos desviantes nos espaços das ruas, percebemos que o jogo de linguagem, as apreciações valorativas confluem no sentido de se estabelecer o que é permitido e o que é proibido no espaço público, marcando, dessa forma, o comportamento condenável e o ajustado, a norma e a transgressão; de modo que temos a noção do que seja a norma desejada pelas elites e autoridades.

Dessa forma, considerando que a rua é um espaço público e, portanto, devia ser mantido um padrão de comportamento moral, é que um jornalista da União achou por bem denunciar o comportamento “desviante” do chauffeurs Manuel Rabello, que segundo o autor da matéria, era um “pornographo” e que merecia receber uma repreensão da polícia:

O Sr. Manuel Rabello, intimamente apelidado de *Rabellino* e vulgarmente conhecido pela chistosa alcunha de *Lamparina*, está a merecer uma seria admoestação por parte das nossas auctoridades policiaes, pelo modo inconveniente por que se vem portando ultimamente.

Já por varias vezes fomos informados de que o citado *Lamparina* andava acompanhado de mulheres decahidas pelas principais ruas de nossa urbs a ferir impudicamente o decoro publico com acções semiescas e modinhas debochadas.

Hontem, as 13 horas mais ou menos, na esquina da Repartição de Hygiene, o alludido Chauffeur portou-se de tal maneira, em companhia de duas meretrizes, que os habitantes da rua General Osório se viram na dura contingencia de fechar os seus postigos, ante as mais desavergonhadas scenas praticadas por aquelle individuo.⁹²

Tais ações de contra-ordem ganham maior destaque nas páginas dos jornais quando se passavam nas principais ruas da cidade, no espaço das famílias respeitáveis, como é o caso da conduta deste chauffeur com as meretrizes em plena luz do dia e na Avenida General Osório, espaço de moradia de pessoas da elite. os quais, segundo a denúncia, se constrangiam com aquelas cenas e se viam obrigados a fecharem suas janelas para não presenciarem cenas desagradáveis. A presença desses populares em tal espaço, se comportando de forma “indecorosa”, era um exemplo do que Pesavento chama de superposição entre a cidade boa (espaço dos cidadãos respeitáveis, das elites) e a cidade má (dos excluídos, dos becos, dos bordéis); e entre suas diferentes formas de conduta.

Ou seja, segundo a autora, seria mostra da “interpenetração dos espaços onde os bons lugares são também espaços para a prática de comportamentos desviantes e do crime” (PESAVENTO, 2001, p. 130). Embora com as reformas realizadas na cidade pretendessem transformá-lo num espaço apenas da elite, o entrecruzamento de ruas principais com becos, iriam proporcionar um convívio incomodo com os populares que também faziam uso desses espaços considerados ou idealizados para os nobres. Portanto, essa realidade, que os letrados

⁹² Jornal A União, 13/02/1920, p.02.

apontavam, como próprias das camadas baixas e dos becos infectos da cidade, facilmente penetrava o espaço das elites desafiando a sua cidade ordenada.

Apesar da existência dessa superposição entre os espaços da cidade, percebemos a clara intenção das autoridades e elites de demarcar os espaços e territórios no processo de modernização e urbanização da cidade nas primeiras décadas do século XX, cujo intuito era manter as classes populares longe do território das elites, o que na maioria das vezes não passou de uma utopia, já que pelas constantes denúncias nos jornais acerca da atuação destes nos espaços das elites, vamos percebendo que as classes populares nem sempre se renderam às determinações dos delegados de polícia. De modo que continuavam a freqüentá-los, constituindo-se no espaço onde os trabalhadores, iam para se divertir, como também se apropriavam da cidade, mesmo que fosse apenas por alguns momentos.

De modo que percebemos que a eficácia policial de ordenamento das classes populares e dos espaços, foi apenas parcial, visto que os populares estavam imbuídos de normas próprias que regulavam suas ações, seu comportamento, seja nos seus momentos de diversão, seja envolvidos em situações de conflito, indicando assim valores muitas vezes opostos àqueles prezados e difundidos pelas elites. A intenção de controlar, vigiar, acaba revelando também a resistência, a não aceitação à imposição de padrões e regras preestabelecidas a todas as esferas da vida. (CHALHOUB, 1986, p. 33).

Além do que, as intervenções policiais nos espaços de habitação e lazer dos populares não se davam tão fáceis para estes. A esse respeito é interessante um episódio ocorrido no Beco do Londres, beco que nos ficou conhecido pelas inúmeras vezes em que foi citado pelos letrados da capital. Sempre presente nas colunas “Com a Polícia” do jornal A União, era denunciado pelas festas que lá ocorriam ou alguma briga de vizinhos. Embora morassem num beco com tal nome não comungavam do comportamento inglês tão apreciado por nossas elites como símbolo de “civilização”.

No episódio da briga entre a conhecida meretriz Antonia Pedro da Costa, que segundo os vizinhos, era dada ao vício do álcool, e a sua amiga, terminando por envolver outros vizinhos, “dando início a baixaria, o que é tradicional nesses lugares uma scena de tal jaez”⁹³. “Aos gritos pornographicos daquela messalina” se dirigiram ao local duas praças de soldados que foram, segundo o próprio jornal, insuficientes para controlar “aquele alvoroço”, sendo quase expulsos e somente mais tarde, quando o delegado do 1º Distrito encaminhou mais

⁹³ Jornal A União, 23/01/1920, p.2.

soldados é que conseguiram, apesar dos protestos dos moradores, conduzir os envolvidos até a delegacia onde prestaram depoimento e pernoitaram sob as vistas da polícia.

Esse fato nos remete a José Murilo de Carvalho, quando, a respeito da organização dos cortiços cariocas no início da República, considera que “ali se trabalhava, se divertia, se festejava, se fornicava e, principalmente, se falava da vida alheia e se brigava. Porém, à menor ameaça vinda de fora, todos esqueciam as brigas internas e cerravam fileiras contra o inimigo externo” (CARVALHO, 1987, p. 39), que era principalmente a polícia. Os populares mesmo que não formassem uma classe social homogênea em seus interesses, por vezes desenvolviam ações de solidariedade e auto-proteção contras as autoritárias intervenções da polícia (SOUZA, 2002, p. 379).

No entanto, era desse convívio considerado promíscuo e desestabilizador da ordem, que a elite julgava urgente livrar a cidade, contribuindo com suas denúncias para uma maior intervenção nesses espaços. Tanto nos discursos da elite como dos higienistas, a idéia que eles apresentam dos populares, estrutura-se em função das desordens, da imundície. O pobre aparece como o oposto da burguesia: era fétido, rude, desordeiro, dado aos mais variados vícios e promiscuidade (RAGO, 1985, p. 175).

Embora os jornais se referissem sempre aos moradores do Beco do Londres como desordeiros, vadios, por vezes, essa qualificação poderia ser estendida aqueles que se encontravam do lado da ordem, ou, melhor dizendo, justo os agentes da mesma que deveriam coibir tais comportamentos indesejáveis, visto que nesse episódio que ora narramos, o jornal faz questão de ressaltar que se os agentes da ordem que faziam o policiamento daquela zona “não se encontrassem esquecidos de suas obrigações nos braços de Morpheu ou entregues às delicias do cupido”⁹⁴, tal acontecido poderia ter sido evitado, ou seja, em vez de patrulhar, estavam a cochilar ou namorar em serviço, o que poderia significar...vagabundagem.

Para mostrar que quem deveria controlar muitas vezes precisava de controle, temos um incidente em um bonde de Tambiá que descia em direção ao Rosário. Conforme depoimento de passageiros, o jornal relatava que na Rua Monsenhor Walfredo, tomaram o transporte duas meretrizes, das quais uma se chamava Maria Emília; a companheira desta estava “um tanto atarantada por não achar lugar, quando a outra lhe disse para apressal-a: Toma logo o bonde, doida”⁹⁵. Tal episódio foi suficiente para que o soldado que vinha atrás agredisse verbalmente Maria Emília e a prendesse, conduzindo-a para o xadrez da delegacia

⁹⁴ Jornal A União, 23/01/1920, p.2.

⁹⁵ Jornal A Imprensa, 24/01/1920, p.01.

do 3º distrito. Mostrando-se indignado com a ação do soldado, o jornal chamava a atenção do Dr. Luiz França delegado daquele distrito, a fim de punir o agente.

Inconcebível seria o caso de um operário da Sapataria Leão, o Sr. Pedro Gomes de Almeida, que se dirigiu à redação do Jornal A Imprensa para mostrar o espancamento de que fora vítima, na rua vulgarmente chamada de Cajueiro de Cima, o operário teria sido espancado pela patrulha de soldados de polícia da 2ª delegacia da capital. Ao procurar o jornal o mesmo foi em companhia de um distinto prócer do operário, e conforme o jornal, tinha efetivamente o corpo cheio de contusões. Ainda de acordo com a matéria, tal fato se deu porque

O referido operário achando-se alcoolizado, numa brincadeira dera ordem de prisão a um seu companheiro e, com ares de auctoridade policial, pretendia convencer, assim, os seus vizinhos da rua do Cajueiro de Cima que elle era um cidadão da ordem e do bom policiamento, mas a patrulha, ao saber disso prende o pobre homem e o espancam barbaramente.⁹⁶

Esse comportamento desregrado dos agentes da polícia, iam contra o imaginário de ordem que se pretendia impor aos habitantes da cidade, calcada na idéia de contenção. A representação que se tinha da polícia enquanto mantenedora da ordem, que, por um lado, remete para a cidade e o bom governo do Estado e, por outro, para a segurança dos cidadãos, para a polidez das relações sociais e para a própria concepção de civilização, não podia ser abalada.

Dessa forma, ao se posicionar a favor do operário, por acreditar que a polícia havia agido de forma criminosa, o jornal questionava: “é este o papel do soldado!?”, questão que ele mesmo responde com um sonoro NÃO. Assim, solicitava, no final da matéria, que as autoridades abrissem uma sindicância para apurar os fatos e tomar as providências para o bem da população que em “hypothese nenhuma, pode soffrer servicias de quem quer que seja, muito menos da polícia, a qual incumbe manter a ordem publica, prevenir os delitos e não comettel-os”⁹⁷.

Nos dois episódios, aqui expostos, acerca de contravenções da polícia, vale ressaltar a condição das vítimas, ambos pobres, a primeira uma prostituta e o segundo um operário, fato que poderia nos sugerir o porquê de tal atitude dos agentes, visto que se se referissem a pessoas da elite certamente o tratamento não seria este.

⁹⁶ Jornal A Imprensa, 30/10/1913, p.02.

⁹⁷ Idem.

Tomemos, ainda, o caso do espancamento ao barbeiro João Joaquim da Silva, residente à Rua da Belleza, o qual, segundo relata o *Correio da Manhã*⁹⁸, estando embriagado e “um pouco atacado das faculdades mentais”, teria entrado na casa de Fermina Maria da Conceição, fazendo a mesma queixar-se a polícia, que comparecendo ao local teria prendido João Joaquim com uso da violência, “abusando de seus deveres na qualidade de mantenedores da ordem publica”. Ainda segundo o jornal, os soldados Luiz de França e Lauriano Lima, “ávidos de desejos sanguinários espancaram selvagememente ao infeliz preso, levando-o para a sub-delegacia do 3º distrito.”⁹⁹

Dessa forma, não só vadios e desocupados eram suspeitos, a polícia ao abusar da autoridade e cometer desordens e delitos, tornava-se suspeita e muitas vezes, culpada mesmo, como no caso de um furto de 350\$000, na casa do negociante Manuel Custódio, residente à Rua do Arame em Cabedelo¹⁰⁰ efetuado por um soldado. Segundo consta na matéria o destacamento daquela área teria “effectuado a prisão em flagrante delicto do soldado do mesmo destacamento José Ferreira de Mendonça, autor do furto em questão”¹⁰¹.

Outrossim, essa realidade se estendeu a outras cidades brasileiras, como é o caso de Porto Alegre, segundo a leitura de Pesavento acerca da experiência desta capital no final do século XIX

A policia ali estava para as primeiras providências, mas aqui principiavam os problemas, pois seus agentes eram com freqüência, também atores de desordens e delitos variados, quando não de crimes. (...)

A quem reclamar, pois? A uma autoridade mais alta, fosse ela o delegado do distrito, o chefe de policia ou o intendente municipal. Talhada a atuação dos agentes mais próximos da autoridade – os policiais –, ocupava o jornal esse papel de tribuna cidadã, a exigir o cumprimento das leis, o respeito às posturas municipais e a indignação sobre o estado da segurança pública (PESAVENTO, 2001, p. 160-161).

Na cidade de Campina Grande entre os anos de 1945 e 1965 era possível perceber tais práticas por parte da polícia. Souza (2002) a partir da documentação pesquisada mostra que não era somente os populares que representavam uma ameaça a ordem por causa de suas arruaças e desmandos quando chegava a se envolver em brigas, mas também as autoridades policiais que deveriam manter a ordem, “tentavam usar da suposta autoridade que a farda lhes conferia para criar arruaças nos bairros populares” (SOUZA, 2002, p. 379). A isso o autor ainda enfoca a interminável disputa entre os policiais da Guarda Municipal e os militares do

⁹⁸ Jornal *Correio da Manhã*, 17/08/1917, p.01.

⁹⁹ Idem.

¹⁰⁰ Jornal *Correio da Manhã*, 17/08/1917, p.01.

¹⁰¹ Idem.

Exército que pareciam causar mais temor do que os outros perigos da noite (SOUZA, 2002, p. 367).

Na cidade de Parahyba do Norte a imprensa se fazia atuante no sentido de denunciar as contravenções e comportamentos desviantes não só dos agentes da polícia como da população, cobrando ações das autoridades. De modo que a série de acontecimentos expostos nos jornais era enorme e nos permite ver não só o traço do cotidiano dos espaços da cidade, especialmente dos becos onde tais práticas desviantes tornavam-se recorrentes, como também, pelo teor da denúncia, pelo vocabulário empregado, toda a carga de representação atribuída a tais espaços, personagens e habitações. E a linguagem da estigmatização, que nomeia personagens, práticas e espaços, aproxima os vícios. Em tais lugares, como se depreende de representações na imprensa, prostíbulos convivem com bancas de jogo, e o jogo por sua vez é onde se potencializam a bebedeira, o linguajar de baixo calão, as desordens, que por extensão podem degenerar no crime.

Combate ao vício do Jogo

Outras contravenções denunciadas diariamente nos jornais diziam respeito às casas de tavolagem, espalhadas pela cidade, onde o “mal” do jogo estava à espreita de novas vítimas¹⁰², induzindo a população a outros vícios, como a bebedeira, degenerando por sua vez em brigas e desordens. Incidentes que davam conta de conflitos em mesas de jogo que se abrigavam em casas suspeitas, geralmente era notícias nos jornais da época, como o ocorrido num bilhar da esquina da rua da Boa Vista, entre o “rapazola Armando de tal” e Luiz Pergentino de Lima, agredido por aquele com várias “bordoadas com o taco”, o qual só não fez estrago maior porque foi contido por um guarda civil de ponto na Estrada do Carro¹⁰³; ou ainda a desordem provocada pelos jogadores Antonio Pedro dos Santos e Severino Alves de Oliveira numa espelunca na rua da Matta¹⁰⁴.

A polícia, vigilante, desbaratava a jogatina, fazendo batidas nos locais onde denúncias indicavam que se processava a prática ilícita, como ocorreu na casa de jogo da rua da Matta acima citada, que na mesma noite da prisão dos desordeiros Antonio Pedro e Severino Alves, foram presos e recolhidos ao xadrez, Antonio Bandeira, João Rodrigues da Silva, Severino

¹⁰² Jornal A Imprensa, 12/04/1923, p.02

¹⁰³ Jornal A União, 18/01/1920, p.01.

¹⁰⁴ Jornal A União, 22/01/1922, p.01.

Silva e Luiz Rodrigues da Silva, que “tomavam parte em uma jogatina desenfreada em tal espelunca”¹⁰⁵. Em sucessivas batidas, a polícia empenhou-se em dismantelar, no início do século XX, as casas que viviam do negócio do jogo ilícito, punindo não só os frequentadores de tais lugares como também determinando o fechamento, como ocorreu com algumas casas de jogo localizadas no 1º distrito da capital:

O Sr. dr. João Franca, delegado do 1º districto, encarregado do expediente da chefatura, está fortemente empenhado na repressão da jogatina desenfreada que se vinha alastrando nesta capital, isto por ordens directamente recebidas do Sr. presidente do Estado.

Ainda ontem aquella zelosa auctoridade ordenou o fechamento de duas espeluncas á rua da Republica e prohibiu terminantemente o jogo de bicho, de bozó e de rodas, que é o mais nocivo ás economias do povo.

Applaudimos a enérgica attitude do Sr. dr. João Franca, esperando que sua auctoridade se robusteça mais uma vez pela intransigência das suas ordens.¹⁰⁶

A atitude do delegado João Franca, por sinal, bem recepcionada pelos letrados, não era uma ação isolada, mas fazia parte de várias tentativas que já vinham sendo empreendidas na capital, pelos governantes, para combater o vício entre a população, e todas elas contavam com o apoio dos letrados, os quais sentiam-se imbuídos da missão de zelar pela ordem pública. Segundo estes, ao combater o jogo estava-se a combater também os seus dois sócios: a vagabundagem e o meretrício¹⁰⁷. A grande crítica da imprensa se dava ao jogo que se processava nestas tascas ou botequins, e que se avizinhavam por sua vez, do sempre combatido bordel. Assim, a ação da polícia no desmonte do jogo, estava a “ôppor barreiras á onda enorme de corrupção que se levanta no seio da sociedade”¹⁰⁸. O jornal A Imprensa apoiando a luta pela moralização da sociedade reverberava contra o mal que deveria ser extirpado:

De todas as desgraças que penetram o homem pela algibeira e arruinam o caráter, a mais grave é, sem duvida nenhuma essa: o jogo – na sua expressão mãe; o jogo, na sua accepção usual; o jogo propriamente dito, em uma palavra, o jogo: os naipes, os dados, a mesa verde.

Esse mal, que muitas vezes não se separa do lupanar senão pelo tabique divisório entre a sala e a alcova; essa fatalidade de que rouba, ao estudo, tantos talentos, à industria, tantas forças – reina, sob a sua manifestação completa, em esconderijos onde a embriaguez se mistura. Eis o jogo o grande putrefactor¹⁰⁹.

¹⁰⁵ Jornal A União, 22/01/1922, p.01.

¹⁰⁶ Jornal A União, 08/02/1922, p.02.

¹⁰⁷ Jornal A Imprensa, 14/07/1917, p.01

¹⁰⁸ Idem.

¹⁰⁹ Jornal A Imprensa, 09/04/1923, p.01.

Nessa cruzada contra o jogo, o jornal A Imprensa pedia as autoridades policiais forte vigilância aos prováveis espaços onde a “praga do jogo” podia estar reinando, ocultado através de estabelecimentos abertos ao público, ou seja, pensões clubes, botequins, e não podia deixar de fora desse rol a taverna, pois, segundo este, os freqüentadores da taverna tornam-se vítimas do vício; isto porque a taverna era vista como

(...) um signal da nossa desmoralização social! A taverna é a exploração do vício, da inteperança e da gula! Médicos, juriconsultos e moralistas dizem o mesmo que diz a Igreja Catholica, que a taverna é o sorvedouro da bolsa, da saúde, da virtude e da felicidade da família.

Ali se envenena, se inutiliza, se intisica, se desgraça, o homem debilita-se a raça e corrompem-se as futuras gerações.

Ali, na taverna, o pae de família esquece a sua esposa, os filhos, o alimento e a sustentação que ele deve a sua família.

Na taverna o homem lembra-se apenas da prodigalidade, do jogo, da distração, que no lar doméstico vae fructificar em lagrimas, fome, desolação e miséria¹¹⁰.

Sendo assim, diariamente eram apresentadas denúncias nos jornais contra casas de jogo abertas nos becos e em algumas ruas da cidade, como a casa de jogo da Rua Vasco da Gama no bairro de Jaguaribe. A “espelunca” situada ali era de propriedade do “fuão Lau”, e apesar de ter recebido constantes queixas dos habitantes daquele bairro, aquele tavolageiro ainda permanecia com seu “antro de perversão”, isto porque além do indivíduo ser protegido por alguns “graúdos” daquele bairro contava com a benevolência da polícia, já que tal casa estava situada de frente à delegacia do 2º distrito. Além dessa, o Correio da Manhã¹¹¹, denunciava uma casa de jogo na Rua Formosa que constantemente os soldados e juntavam aos “amantes do bacarat” no deleite ao vício. Tal fato seria, pois, atestado do consentimento ou desregramento da polícia que misturava-se aos jogadores em suas horas de lazer.

De acordo com denúncias dos jornais. Alguns estabelecimentos contavam com um certo apoio dos guardas da polícia que por freqüentarem tais locais em suas horas de folga, avisavam os donos de possíveis batidas que seriam realizadas. Tal desregramento, teria resultado inclusive em expulsões de guardas-civis da corporação por encontrarem-se jogando nas casas de tavolagem que deviam fiscalizar e reprimir.¹¹² Fato que faz a imprensa aplaudir as decisões do chefes da polícia que mostravam não compactuar com o comportamento indevido de alguns agentes, enfocando que sempre as autoridades eram informados de denúncias mandavam diligências às casas de jogo, botequins, taverna, etc; e na maioria das vezes prendiam seus donos e freqüentadores; embora, posteriormente, fossem reabertas, como

¹¹⁰ Jornal A Imprensa, 05/12/1925, p.01.

¹¹¹ Jornal Correio da Manhã, 09/02/1917, p.01

¹¹² Jornal Correio da Manhã, 08/06/1917, p.01.

ocorreu com algumas casas de jogo, que após ordens do Dr. Demócrito de Almeida, chefe de policia, dirigida aos delegados da capital, por meio de uma circular, para seus fechamentos. Medida esta, que fazia parte da tentativa de repressão ao jogo, lenocínio e vagabundagem:

Acontecendo que a vagabundagem de individuos de um ou de outro sexo augmenta todos os dias nesta cidade, irregularidade que vem ocasionando certas dificuldades decorrentes da perturbação que incide sobre a vida normal de trabalho, quando nas casas de tavolagem, praças, tavernas e abrigos ocupados por mulheres perdidas consta-me que avulta o número de vadios e desocupados, recomendo que providencias com toda solitudine e energia de maneira a offerecerdes empenhado combate de policia correccional a essa pernicioso gente.

Esta medida de carater urgente de estender-se também aos pontos onde a jogatina impera sob os seus vários aspectos, fechando estes lugares que de par com o lenocínio e a sedução corrosiva e dissolvente dos prostibulos, se denominam casas de recurso saúde e fraternidade¹¹³.

No entanto, sem levar em consideração as severas ordens do Dr. Demócrito de Almeida, as casas de jogo voltaram a funcionar: “foram reabertas todas as espeluncas que viviam do panno verde e da roleta”¹¹⁴. Assim o jornalista continuava noticiando: “na Rua da Viração, Praça Pedro Américo, Rua da Matta e noutros pontos de nossa urbs estão publicamente funcionando os referidos antros do vício”¹¹⁵. Dessa forma, o autor da denúncia chamava atenção dos delegados para que novamente atuassem nesses espaços, fazendo cumprir a moralizadora circular do chefe de policia do Estado.

Portanto, não era uma tarefa fácil extinguir essas casas de jogo, visto que embora os agentes da policia pudessem em certos momentos favorecer esses estabelecimentos, um outro fator é fundamental para se perceber a permanência e impunidade a essas casas de jogo, como o próprio jornalista se refere na denuncia do estabelecimento do “Lau” no Jaguaribe, ou seja, a participação de pessoas da elite nesses “antros”, figuras de realce na burocracia, nas letras, na política, no comércio, etc; que por freqüentarem tais estabelecimentos davam “proteção” aos seus donos, protestando assim, contra a ação meritória do poder público:

A tonna da innumensa e assustadora massa, nos seus primeiros torvelinhos, apparecem cabeças encanccidas, vultos destacados nas posições sociais. figuras de realce na sociedde, que levantam protestos contra a acção do poder publico.

Freqüentam os fundos dos hotéis, dos clubes, dos cafés, e apostam . na roleta e nas cartas, paradas de grande monta, até alta madrugada, quando começam a apparecer pelas ruas ernas da cidade, vultos esparsos, alguns, até, Paes de família, que tresnoitados, procuram o abrigo do lar triste e sem socego¹¹⁶.

¹¹³ Jornal A União, 13/01/1922, p.01.

¹¹⁴ Idem.

¹¹⁵ Id. Ibid., p.01.

¹¹⁶ Jornal A Imprensa, 14/07/1917, p.01.

Para o jornalista de A Imprensa, o fato destes estabelecimentos serem freqüentados por pessoas da alta sociedade, impedia que a lei fosse cumprida sem artifícios utilizados por estes para manipular os códigos penais. De modo que, contra o poder destes, só mesmo uma campanha com o governo à frente, já que a polícia se sentia acuada em agir contra estes que gozavam de certa imunidade, o que os faziam receber tratamento diverso por parte dos agentes da ordem. Em suas defesas sempre se encontrava um grande séquito de amigos e advogados, enquanto que aos pobres estavam reservadas horas ou dias de xadrez. Fato este que leva o jornalista a declarar:

Provera Deus que só a gente ínfima fosse dada ao vício. Contra ella a policia reage com energia, admoesta, encarcera e açoita. Os grandes, porem, têm imunidades; recebem a auctoridade policial sob o alvo do revolver e mandam fazer alto á investida legal, sem que nada os aconteça¹¹⁷.

Assim, apesar das várias tentativas, inclusive com a participação do presidente do Estado, Camilo de Holanda, que empreendeu uma grande campanha com o intuito de expurgar os três vícios que mais incomodavam os membros da elite: jogo, meretrício e vagabundagem¹¹⁸. As casas de jogo continuavam a se reproduzir nos becos e artérias centrais da cidade, e as investidas da polícia tinham sempre um sabor de recomeço, pois os jornais, a cada ano anunciavam que a polícia iniciava uma nova campanha de combate ao vício do jogo.

Paralelamente ao jogo, os jornais noticiavam as desordens e crimes que muitas vezes, dele resultavam, como o espancamento de um carregador de fretes pelo “desordeiro José Estevam da Silva que estava na vendola de uma velha, na Rua Vasco da Gama”¹¹⁹. Segundo a denúncia, após jogarem naquele estabelecimento, Estevam teria obrigado a vítima a tomar com ele um copo de cachaça, recebendo uma negativa por parte do carregador que foi brutalmente espancado pelo “terrível arruaceiro com uma acha de lenha”¹²⁰. Apesar da longa duração da luta, populares presentes afirmaram que nenhum soldado compareceu ao local, de modo que o agressor foi contido pelo Sr. Alberto Borba e o taverneiro Marcelino não sem a resistência do agressor, que teria derrubado uma janela da bodega. Uma vez contido, o mesmo foi conduzido para o posto policial, onde ficou preso sob a ordem do delegado do 2º distrito, o Dr. Ephygenio da Cunha.

Desordens como esta, decorrentes da embriaguez, as quais apareciam nos discursos dos letrados associadas à jogatina, resultavam sempre na condução dos desordeiros à cadeia.

¹¹⁷ Jornal A União, 22/01/1922, p.01.

¹¹⁸ Idem.

¹¹⁹ Jornal A União, 10/02/1920, p.02.

¹²⁰ Idem.

No entanto, lamentava-se que esses “desestabilizadores” da ordem ficassem tão pouco tempo na cadeia, pois em sua maioria, eram soltos após 24 horas de detenção ou até mesmo nem chegavam a ir à delegacia, como é o caso do indivíduo Ascendino, denunciado pelo Jornal A União, pelo espancamento da sua ex- companheira:

O indivíduo Ascendino de tal, jogador de profissão tem o habito de espancar mulheres. Ainda ante-hontem, após deixar, já embreagado, a banca de jogo na qual estava em companhia de seus amigos de vadiagem, esbofeteou elle demoradamente a dechida Amanda, residente em companhia de uma outra à Rua da Palha.

A mulher nada fizera ao referido desordeiro que em tempos fora seu amasio. (...) as coisas iriam mais longe ainda se em favor da victima não houvesse acudido o cidadão Neco pintor que enfrentou Ascendino.

Os dois de pistola em punho se miraram, não tendo nenhum delles, felizmente, coragem de disparar as armas.

Recomendamos o espancador de Amanda ao Dr. Manuel Tavares, chefe da policia a fim de chamá-lo à ordem¹²¹.

Ascendino, segundo o jornal, era metido a valente e julgava-se com imunidade para não comparecer à policia quando era chamado a fim de dar explicações, como ocorrera agora no caso do espancamento de Amanda, a quem já era a sexta vez que tratava daquela forma¹²² e sempre terminava não resultando em nenhuma punição. Aliás, o mesmo nem chegava a comparecer a delegacia, talvez porque a agressão num era a esse ou aquele cidadão de bem ou moça da elite, mas sim a uma prostituta, elemento principal de um outro vício a ser reprimido: a prostituição que, por sua vez, também sofreu a ação da policia a fim de moralizar a sociedade.

Repressão ao Meretrício

O meretrício é a peor praga. É a que constitue a escola do despudor e da immoralidade.

A força de perseverante e tenaz clamor deste jornal, conseguimos attenuar um pouco o effeito dessa lepra, em nosso meio. No entanto, o mal ainda existe, ameaçador e terrível.

Fareje a policia os hotéis, as pensões e alli encontrará também o micróbio gerador da crise moral que nos avassala

Entre o garoto, o jogador, o moço desviado, sentam-se homens da sociedade. Paes de família, e meretrizes, a completar o grupo que fazem a vida na orgia e nos bachanaes.

¹²¹ Jornal A União, 14/03/1920.

¹²² Idem.

A inocência, a honra, o socego do lar, a dignidade da família se mercadejam nesses balcões prostíbulares, onde o meretrício desavergonhado assenta, impunemente, as suas baterias¹²³.

O tom moralista combina com a elevada proposta de vigilância e preservação dos bons costumes que os jornais tanto defendiam, visto que se incubem de uma missão, que reveste de um caráter quase sagrado, na defesa da honra e da moral dos habitantes de bem da cidade. Já que não era apenas o trabalhador pobre que frequentava tais espaços, mas também os cidadãos de bem de uma elite que se dizia tão moralizada. Com tal discurso pretendem despertar a ação policial para o controle e repressão desses agentes perigosos que estão a fazer morada nos antros espalhados pela cidade a propagar a “ação malfazeja dessa peste que estraga e devora a humanidade”¹²⁴.

Assim, dentre os perigosos e indesejáveis, que não se enquadravam à normas vigentes e que precisavam ser normatizados a fim de manter a ordem e a moral da sociedade, encontra-se a prostituta, aquela que representa uma ameaça à integridade da família e ao cerne da pirâmide social. Daí a virulência, talvez, do discurso que sobre ela incide. Esses discursos moralizadores imbuídos dos desejos de sanear a prática da prostituição desde meados do século XIX circulavam entre médicos, juristas, criminologistas e jornalistas em diversas cidades do mundo e do Brasil, preocupados com a difusão dos códigos de conduta moral, num momento de crescimento urbano e industrial.¹²⁵

De acordo com Rago (1991) na sua leitura sobre a experiência da prostituição na cidade de São Paulo, ressalta que o crescimento dessa prática na transição do século XIX para o século XX, provocou reações moralistas de setores da população, que preocupados com a higienização da cidade, manifestavam uma forte obsessão em proteger a moral pública. De modo que, “ao lado dos chefes de polícia, envolvidos com a moralização dos costumes, a imprensa promoveu sucessivas campanhas exigindo respostas eficazes de vigilância do submundo” (RAGO, 1991, p. 107).

Na Parahyba, a imprensa empreendeu várias campanhas de combate à prática do meretrício, colocando-se como um protetor dos bons costumes e da instituição familiar, pois era “dever do jornalista cerrar fileiras contra o vício, a immoralidade, o despudor, que assaltam os lares e as consciências”¹²⁶. Nessas campanhas sanitárias de moralização o alvo de atuação dos poderes era a prostituição pobre exercida nos casebres e quartos de becos, “nas

¹²³ Jornal A Imprensa, 14/07/1917, p.01.

¹²⁴ Jornal A Imprensa, 14/07/1917, p.01.

¹²⁵ A esse respeito consultar RAGO, Margareth. Os Prazeres da Noite: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

¹²⁶ Jornal A Imprensa, 11/10/1917, p.03.

pensões alegres”, na taverna e nos cabarés espalhados por diversas ruas, a exemplo da Sá de Andrade, da Rua da República e da Visconde de Inhaúma.

Os jornais *A Imprensa* e *A União* não poupam palavras para execrá-las: elas provocam desordens no Beco do Londres, as tais “mulheres decahidas”, elas abundam nas ruas do jardim e da medalha, estas “mulheres airadas” e “desavergonhadas”, estas “horizontais” – epíteto significativo a aludir a sua prática cotidiana – ainda lotam as casinhas de porta e janela da Rua Sá Andrade, ofendendo o decoro das famílias honradas.

Pessoas residentes à Rua Maciel Pinheiro, também chamada das “convertidas”, sollicitam, por meio desta folha, providencias immediatas da policia a fim de pôr termo as exhibções inconvenientes de algumas mulheres levianas, residentes na casa 75, da Sá Andrade, próxima daquela artéria. Ao que sabemos, os prejudicados, as familias, vêem-se forçadas a não chegar as janelas, por essa falta de decôro publico¹²⁷.

Essa rua ganhou dimensão nos discursos dos letrados por permitir sociabilidades, consideradas inadequadas aos padrões estabelecidos pelas elites, ou seja, o movimento de homens e mulheres nesses espaços até altas horas da madrugada era um inconveniente para as famílias de bem que moravam nas adjacências e punha em risco a decantada moral da sociedade. Por ser uma rua de comunicação entre a Cidade Baixa e a Cidade Alta, a passagem por ela era obrigatória, mas sua permanência nem sempre, pois quando se tratava de ameaça à ordem, esta era logo proibida, especialmente quando sua permanência era nas casinhas que serviam de prostíbulos, que logo após o horário comercial, a partir das seis da tarde, abriam suas portas a convidar os primeiros homens que passavam em procura de distração e divertimento.

A Rua Sá Andrade assumia outro ritmo, outra condição, a de se transformar em espaço de circulação e diversão dos homens e mulheres pobres, e nela os botecos, as bodegas e os bordéis eram comuns. Nos bordéis os homens tomavam uma pinga, e pagavam alguns vinténs por um pequeno quarto para desfrutarem alguns momentos de amor de uma prostituta. Outros varavam a noite num jogo de cartas regado a conversa, risada e muita cachaça. Enquanto isso, os boêmios roçavam seus corpos aos das mulheres em rodas de samba, maxixe ou forró que não tinham hora para acabar (CHAGAS, 2004, p. 201).

Essas sociabilidades, descritas por Chagas, eram apresentadas pelos jornais como afrontas ao decoro público, visto serem espaços freqüentados por “espíritos turbulentos a quem os maus hábitos e maus costumes tem corrompido a sociedade; na freqüência dessas escolas de corrupção que se encontram no centro desta pequena capital”¹²⁸. Ainda num

¹²⁷ *Jornal A Imprensa*, 16/03/1924, p.01.

¹²⁸ *Jornal A Imprensa*, 08/03/1915, p.01.

discurso cheio de cores e adjetivos o jornalista chama a atenção da polícia para intervir nesses espaços a fim de conter a desordem e imoralidade que imperava “naquelas pocilgas imundas com aquelas raparigas enfezadas de olhos vidrados e alma putrefacta dando todos as mãos no batuque reinadio do vicio pagão”¹²⁹.

Apesar do desejo das elites por uma cidade civilizada e livre dos “maus hábitos e maus costumes”, obrigada a conviver com essa vizinhança indesejada, com esse tipo de estabelecimento, tornavam obrigatório às famílias residentes naquelas artéria permanecerem dentro de casa após às 18 horas para não depararem-se com cenas desagradáveis:

As mulheres residentes no número 252 da Rua Sá Andrade vivem a affrontar o decôro publico com attos e palavras pronographicas. Naquela artéria, as famílias estão na dura contingência de não poderem chegar as suas portas porque as meretrizes das 18 horas em dcante portam-se de maneira a impossibilitar a presença de famílias nas calçadas de suas casas¹³⁰.

Ainda que as prostitutas só saíssem de casa à noite, não eram vistas com bons olhos, pois além de estarem no espaço das elites, eram tidas como mulheres indecorosas, cujo comportamento não condizia com o que as elites julgavam ser moderno, sobretudo, porque ameaçavam a família, instituição mantenedora e reprodutora do modelo de sociedade fundamentado na ordem. Além disso, segundo os jornais, eram elas, os pivots de todas desordens, gritarias e agressões. Os seus nomes comparecem para ilustrar as notas policiais e dar a ver seu comportamento: as meretrizes, Lúcia e Maria José, vulgo colosso, que resolveram acertar as contas, por questões amorosas – ambas com ciúmes do popular Renato – “se engalfinharam no Beco do deserto, juntando os vizinhos que tomara seus partidos, generalizando a confusão naquele beco de gentinha”¹³¹.

A confusão no aludido beco foi parar na delegacia a fim de que os envolvidos prestassem esclarecimentos. Destino que, por sinal, era resultado da maioria das confusões entre esses populares, como foi o caso da confusão entre Maria Theophila e Maria Estrella, meretrizes residentes na Rua da Baixa. Maria Theophila, “uma pornographa de baixa esphera agrediu a Estrella com palavras immoraes e tabefes, offendendo ao decôro de pessoas residentes nas immediações”¹³², e das meretrizes Maria do Carmo e Severina Maria da Conceição, residentes a rua Frutuoso Barbosa, que foram recolhidas ao xadrez, sob a ordem

¹²⁹ Jornal A Imprensa, 08/03/1915, p.01.

¹³⁰ Jornal A Imprensa, 02/01/1930, p.01.

¹³¹ Jornal A União, 23/08/1916, p.03.

¹³² Jornal A União, 23/08/1916, p.03

do Dr. Luiz Franca, delegado do 3º distrito, por ofensas À moral pública, pois as mesmas estavam a agredir-se verbalmente com palavras pornográficas¹³³.

As notícias se sucediam, e as denúncias mais simples, como, como por exemplo, de “algumas mulheres de vida alegre, residentes numas casinhas miseráveis a Rua da Medalha”¹³⁴ que viviam a fofocar e gargalhar nas calçadas, escandalizando as pessoas educadas e de bem que por lá passavam, cediam lugar a notícias mais graves, como de crimes contra a infância e juventude. A título de exemplo, cabe registrar o caso da menor Julieta de 13 anos de idade que residia no Jaguaribe, na casa “duma caftina, residindo lá, certamente por convite da asquerosa mercantilizadora”¹³⁵.

Conforme a nota do jornal, uma outra meretriz, Amélia Correia de Lima, moradora da Travessa da Junqueira, havia procurado o delegado do 2º distrito para denunciar o caso, informando a este que a criança recebia daquela cafetina um péssimo tratamento, motivo pelo qual a menor resolve fugir e ir procurar o prostíbulo da denunciante, insistindo para que esta lhe aceitasse lá e apresentasse um dos seus fregueses, pois desejava trabalhar lá. Amélia, no entanto, reconhecendo a gravidade de agenciar uma menor, “tentou persuadir a tresloucada menina de abandonar seu projeto, não sendo atendida”¹³⁶, resolveu denunciar a polícia que tratou de encaminhar a menor ao juiz competente.

O caso da menina Julieta não era uma exceção, conquanto fazia parte de outros casos denunciados aos delegados e à imprensa que tratavam de noticiar e cobrar atuação dos agentes da ordem, do Estado e da população em campanhas para retirar essas meninas da prostituição, como expõe o Jornal A União num artigo em favor das menores:

A medida salutar e efficaz, que eleva e dignifica uma sociedade, será por certo, aquella que vier em beneficio da menores prostitutas, abandonadas a uma sorte humilhante e deplorável, nos causa piedade e comiserção a sorte das pobres mocinhas, entregues á miséria repugnante do vício.

Existem pervagando por estes logares esconsos da cidade umas creaturas magras e ridículas, exhibindo-se em trajes que denotam para logo a situação moral daquellas infelizes.

É um problema social de evidencia e relevância o que se refere ao sancamento das prostitutas, abrigando-as, com relativo conforto e carinho, das vicissitudes da vida.

A sociedade cumpre vir em auxilio das grandes calamidades nacionaes, sejam de ordem physica ou moral.

A campanha m favor das menores deve contar com a nossa decisiva sympathia e solidariedade absoluta.¹³⁷

¹³³ Jornal A União, 31/01/1922, p.03.

¹³⁴ Jornal A União, 18/01/1917, p.02.

¹³⁵ Jornal A União, 17/08/1916, p.02.

¹³⁶ Idem.

¹³⁷ Jornal A União, 22/01/1920, p.01.

Tal discurso aponta mais para uma preocupação com o controle social, considerado como vital para a consolidação da burguesia em ascensão, do que mesmo uma preocupação humanitária, como quer demonstrar o jornalista, antes porque, a prática da prostituição, constituía-se um gesto de descumprimento das normas e valores sociais estabelecidos. De modo que, era necessário, conforme lê-se na matéria, sanear este mal, que estava espalhado pela cidade, como informa o Jornal A União em matéria reproduzida pela Imprensa.

[A União] Verberou acremente o facto escandaloso de existirem casas de prostituição e [gabinetes] de cafetismos nas ruas do jardim e da medalha, desta cidade, e pede a intervenção enérgica da polícia para que faça evacuar essas casas e quartos como os do beco que da para a rua do Jardim [saneando esses lugares onde se confundem a crápula e a miséria (...) esses lupanares apinhados de mulheres airadas agindo desavergonhadamente e zombando do decoro da sociedade]¹³⁸

Pois bem, várias eram as denúncias feitas nos jornais e intervenções da polícia, mas tais meretrizes continuavam a praticar seu ofício nos bordéis existentes na cidade. Entretanto, tais estabelecimentos onde se realizavam a prostituição apresentavam diferentes denominações nos jornais, trata-se do uso da palavra bodega ou espelunca como sinônimos de bordel. Assim como apareciam denúncias de espeluncas como espaço do vício do jogo, como vimos no tópico anterior, elas também serão denunciadas por oferecer o serviço de mulheres. Eram espaços onde prostitutas conviviam com bêbados e jogadores, aproximando tais vícios, de modo que serão muitas vezes tratados pela imprensa como transgressões indissociáveis.

Segundo Pesavento, a bodega é “por definição o equivalente da Taverna ou tasca, estabelecimento popular onde se vende bebida alcoólica e que no léxico da estigmatização urbanas, é freqüentada por gente de baixa extração social e mau viver” (PESAVENTO, 2001, p. 49). A espelunca, por sua vez, designa “um local escuro, mal freqüentado, sórdido, escuro, onde se joga. Também chamada de casa de taboagem, a espelunca é, sobretudo, um lugar mal freqüentado, onde o aspecto feio e maltratado se associa a práticas ilícitas e realizadas as escondidas.” (PESAVENTO, 2001, p. 49).

Partindo dessas associações, onde nesses espaços a bebedeira se avizinham ao jogo e a prostituição, essas denominações apareciam nos jornais para denunciar os locais considerados de “má fama”. Mas, à parte essas variações da linguagem, a campanha saneadora dos jornais alertava que, sob a denominação de pensões e hotéis, se albergava também a velha prática do meretrício, chamando a atenção da autoridade policial para as providências cabíveis:

¹³⁸ Jornal A Imprensa, 05/07/1916, p.01.

A polícia deve olhar com mais atenção e com mais energia essas casas perigosas onde se abrigam infelizes creaturas que exploram a honra e mercadejam o pudor.

São hotéis, pensões, ninhos de prostituição, que intentam corromper de todo a sociedade e offendem por demais o decôro da família.

Os factos estão se extremando, e não tardará que venhamos a registrar casos graves que se poderiam prever e evitar.¹³⁹

A esse respeito, o jornal A Imprensa já havia denunciado anteriormente uma dessas pensões “nojosas cuja finalidade sabida, nada mais é, servir de lôbrego alcouce à libertinagem e à bargantaria”¹⁴⁰. A Pensão Guarany, situada à Rua Visconde de Inhaúma, que segundo denúncias era ponto de várias festas que adentravam a madrugada, regadas a muita música, bebida e com a presença de “mulheres de vida fácil” passa a se constituir no discurso dos letrados em “sede de constantes ultrajes ao pudor da cidade inteira e especialmente de quem precisa transitar por aquellas immediações e proximidades”¹⁴¹. Ainda, de acordo com o jornalista:

O que se alli vae desenrolando tem uma imagem distincta e apagada nos affrontosos espetáculos consuetudinariamente offerecidos ás vistas escandalizadas da sociedade.

É de mister cohibir essas offensas á moralidade publica previstas no Código Penal e oppor um dique ao dilúvio da pornéa que irrompeu no seio moralizado da familia parahybana.

Para bem dos nossos créditos, a polícia que sopite essa explosão irreverente do impudor, com a acção comburente dos meios legaes, para calcinar essa gangrenosa pústula, higienizando o organismo social da Parahiba!

Confiamos nas auctoridades atarejadas sollicitamente no promover a prophylaxia moral da collectividade.¹⁴²

Portanto, a prostituição era apresentada como uma calamidade para a moral da cidade, visto que a prostituta, ao levar uma vida desregrada, infringia as normas e códigos de moral estabelecidos, tornando-se um elemento estimulador dos mais variados vícios. Nessa mesma matéria, o jornalista informa que as últimas estatísticas criminais apresentadas pelo chefe de polícia do Estado acusavam uma ascensão na prática da prostituição, fazendo este afirmar que “a Parahiba de recatada e pudica que já foi, está lamentosamente descambando a troche-moche pelas escarpas lacinantes de innominavel impudicia”¹⁴³; ressaltando que as praças vistosas e largas que enfeitavam o coração da urbe são muitas vezes palco de cenas ofensivas ao decoro da família. A ocorrência de tais práticas em áreas centrais, idealizadas para ser o cartão postal da cidade, nos indicam certo insucesso das elites na missão de blindar a cidade

¹³⁹ Jornal A Imprensa, 30/10/1919, p.02.

¹⁴⁰ Jornal A Imprensa, 16/01/1919, p.01.

¹⁴¹ Idem.

¹⁴² Id. Ibid., p.01.

¹⁴³ Jornal A Imprensa, 16/01/1919, p.01.

moderna e civilizada, tendo, portanto, que conviver com pessoas e comportamentos incompatíveis com o que eles julgavam ser moderno.

É nesse sentido que o Estado, procurou controlar os espaços, usando a polícia para controlar as ações neles ocorridas. Assim, não foram só os bordéis da Rua Sá de Andrade, nem a Pensão Guarany que estiveram no alvo das elites e da polícia, mas vários cabarés que serviam de pontos de encontro e entretenimento das classes populares, frequentemente invadidos por policiais com o propósito de prender homens e mulheres que se excediam na cachaça, mas também para pôr fim às festas que ocorriam durante toda madrugada. Ora, para uma elite que se vestia à francesa e morava em residências com estilo neoclássico, era inconcebível aceitar as formas de homens e mulheres populares se divertirem, de modo que, eram freqüentes as rondas da polícia a pedido das elites incomodadas com as festas e práticas ocorridas nesses espaços.

Tais discursos apontam para uma preocupação com o controle social, considerado como vital para a consolidação da burguesia em ascensão. Como podemos perceber, as denúncias eram imbuídas de valores moralizantes a induzirem os populares a práticas “civilizatórias” de caráter moral, que em nome da higiene, da salubridade e do progresso, ratificaram a necessidade de “regenerar” esses promiscuos, adequando-os aos valores burgueses:

O sr. dr. João Franca, delegado do 1º districto, iniciou há poucos dias uma moralizadora campanha contra o meretrício dissoluto e desavergonhado que infesta actualmente esta capital e vive a menoscabar das regulamentações policiaes, exhibindo as mais depravadas scenas prostibulares pelas artérias da cidade baixa.

A acção policial nesse sentido só pode ser digna dos elogios unânimes da imprensa e dos applausos do publico ao delegado que a empreheendeu.¹⁴⁴

Esses elogios unânimes à ação do delegado, segundo o discurso dos letrados, a solução para a defesa da moral, da ordem e dos bons costumes, está associada à intervenção policial, isto é, não há contornos que possam ser estabelecidos, somente o peso da autoridade pode inibir as decomposturas. De modo que as matérias jornalísticas solicitavam a presença da polícia até em casos mais simples de festas organizada entre os populares em suas residências. Essa intervenção do delegado João Franca resultou na prisão das prostitutas Maria de Lourdes e Rita Florêncio, residentes no largo do cemitério, bem como de Mara Isabel e Paulina Pessoa, as quais já haviam sido denunciadas por manter um prostíbulo na Travessa das Flores.

Na defesa pela moral, a imprensa estava sempre alerta para esses focos de “promiscuidade” que existiam pela cidade, bem como os que eram, vez por outra,

¹⁴⁴ Jornal A União, 24/091920, p.01

inaugurados como, por exemplo, o cabaré da Rua da Areia aberto em meados de 1916, conforme nota do *Jornal A Imprensa*¹⁴⁵, e o “perigoso cabaret que se installou no sobrado n.10 á Rua Visconde de Inhaúma”¹⁴⁶. Aqueles “antros” de vadias, deveriam ser constantemente vigiados pela polícia, a fim de “conter a onda de dissolução que d’alli vai nascer”¹⁴⁷. O jornalista ao fazer tal denúncia afirmava o compromisso do jornal com a moral da sociedade, alertando para as consequências caso tal prática permanecesse impune: “hoje ou amanhã a Parahyba pagará o tributo desse descaso em que é tida a moral pública. Em qualquer tempo, porém, que isso venham a lamentar, hão de registrar os nossos constantes e vehementes protestos pela honra e pelo decoro da sociedade.”¹⁴⁸

Portanto, num momento em que se busca inculcar nas classes mais pobres valores burgueses de intimidade, de regularidade de hábitos e de produtividade, a fim de que esses “degenerados” não comprometessem a ordem da cidade, um dos caminhos era a regeneração desses viciosos e promíscuos, que se faria então pela intervenção da polícia nos seus espaços de lazer e moradia.

¹⁴⁵ *Jornal A Imprensa*, 30/08/1916, p.02.

¹⁴⁶ *Jornal A Imprensa*, 22/08/1918, p.01.

¹⁴⁷ *Jornal A Imprensa*, 30/08/1916, p.02.

¹⁴⁸ *Idem*.

Considerações Finais

Questões essenciais que remetem para a desorganização ou para o caos de nossas cidades de hoje, nas quais a parte “ilegal” ou irregularmente implantada se espalha pelos espaços das áreas legalmente urbanizadas, mostrando sua face indesejada e por vezes, amedrontadora, para os bairros circundantes, insinuando o descompasso entre a vontade ou intenção de ordem das autoridades e sua efetiva realização. Esses fatores nos levaram a investigar nas páginas acima as implicações que o processo de urbanização/modernização, pelo qual a cidade de Parahyba do Norte passou nas três primeiras décadas do século XX, tiveram na organização da cidade e nas suas formas de morar e viver.

Com o período de urbanização e remodelamento pelo qual passou a capital, novos olhares foram lançados sobre a mesma, havendo uma redefinição dos espaços por parte das autoridades e elites. As primeiras décadas do século XX foram, para estes segmentos da sociedade, um período de transformações que se configuraram, no discurso dos letrados e na propaganda das elites, na produção de uma cidade moderna e civilizada, mas também cheia de mazelas.

Assim, ressaltamos os vários esforços e intenções normativas emanadas de poderes/saberes na tentativa de tornar a cidade – especialmente sua área central, espaço de vivência das elites – salubre, saneada e aprazível, tanto em sua forma física como social e moral, uma vez que, no período estudado, as elites dominantes procuraram gestar novas formas de habitabilidade e sociabilidade condizentes com uma cidade que se pretendia civilizada e progressista. Isto ocorreu por meio de dispositivos legais e repressivos, de intervenções remodeladoras do espaço físico da cidade – ruas, praças, e, especialmente moradias – baseadas em conhecimentos especializados da engenharia civil e da medicina higienista. E também, mas não menos importante, pela vigilância sobre os comportamentos e usos que seus habitantes faziam do espaço urbano.

Em meio a tantos discursos que se imputavam como legítimos sobre as condições de salubridade da cidade, há toda uma reestruturação de seu espaço, a exemplo da implantação do serviço de água encanada e sistema de saneamento, na melhoria das ruas – com ampliação e abertura de novas avenidas para melhor circulação –, na abertura de praças e parques e na arborização da cidade com o intuito de embelezá-la e torná-la agradável a seus visitantes e moradores.

As administrações de João Lopes Machado (1908-1911), João Pereira de Castro Pinto (1912-1915), de Camillo de Hollanda (1916-1920), de Solon de Lucena (1920-1924) e João

Suassuna (1924-1928), foram relevantes na constituição de uma cidade urbanizada, que gradativamente ia abandonando a paisagem colonial que a configurara até meados da década de 1910. O primeiro administrador se preocupou, sobretudo, com a salubridade da cidade a fim de afastar os perigos de epidemias, para tanto regulamentou a Repartição de Higiene que, com poderes de polícia, passou a vigiar a cidade e seus habitantes no que diz respeito às normas de higiene e asseio, estabelecidas pelos médicos higienistas e que constavam nos Códigos de Posturas. O segundo administrador investiu maciçamente na criação de cenários urbanos modernizados, ou seja, cuidou do embelezamento da cidade através do tratamento de várias praças e edifícios públicos. Os cenários criados mudaram a paisagem da capital sem, todavia, modificar radicalmente seu tecido urbano.

Na administração de Solon de Lucena, principalmente por causa da execução do Projeto de Saneamento elaborado por Saturnino de Brito e pelo esforço reformista do Prefeito Guedes Pereira, as obras na capital assumiram uma dimensão mais ampla, com várias demolições para alargamento e/ou alinhamento de vias e para a abertura de novos espaços públicos, como foi o caso das praças Vidal de Negreiros e Antonio Pessoa, que implicaram na demolição de igrejas históricas e de outras edificações.

No entanto, a instauração da desejada modernidade na cidade de Parahyba do Norte significou, como em muitas outras cidades, a exclusão de grande parcela da população dos novos espaços, infra-estrutura e serviços. Os processos de implantação dos modernos serviços e equipamentos de consumo coletivo ficaram restritos aos moradores de algumas ruas da área central, uma minoria que dispunha de recursos econômicos e que podia arcar com os custos demandados pelos serviços. Embora se divulgassem uma Parahyba moderna, à caminho do progresso, este não era extensivo a todos os filhos da terra ou forasteiros que a habitavam.

O saneamento e o embelezamento da cidade eliminaram as condições de habitações dos pobres existentes na área central, expulsando estes habitantes para os arrabaldes. Tal exclusão se verificou em meio à crise sanitária e desejo de embelezamento, com a imposição da solução adotada para a questão da moradia dos pobres: a substituição dos casebres de taipa e palha por casas higiênicas; o que provocou a renovação dos seus moradores, expulsando os que não podiam pagar por uma casa de acordo com as normas contidas nos Códigos de Posturas.

Não houve, pois, uma inclusão do pobre nesse processo de transformação, as intervenções autoritárias nos espaços domésticos desses habitantes da cidade se deram muito mais no sentido de segregação espacial e social, do que mesmo de responder ao problema da habitação popular, ou seja, notamos que na cidade de Parahyba, não foi discutido ou pelo

menos posto em prática uma solução para este problema urbano, que é social em sua origem. Não se projetava a construção, por parte do governo ou da iniciativa privada, de casas baratas/populares para os pobres. As medidas visavam muito mais coibir, eliminar, expulsar, esconder do que apontar uma solução. Intenções estas que nem sempre aconteceram conforme previsto ou desejado pelas autoridades. Como expomos em nossa análise, a retirada das habitações de casas de palha e taipa das áreas centrais não se deu de forma imediata com as imposições normativas, estas por bastante tempo continuaram a se reproduzir na cidade, apontando para uma negação e até mesmo ressignificação das normas por parte dos populares adequando-as às suas necessidades e desejos, embora ao longo desse processo elas tenham, gradativamente, sido eliminadas.

Pois com relação às habitações feias, insalubres e que atentavam contra à moral, a municipalidade queria sua remoção, a sua não proliferação e para tal lançava mão, como já vimos, das leis imposta através dos Códigos de Posturas, dos editais e da vigilância da Repartição de Higiene que com as constantes visitas deveria supervisionar a salubridade de tais habitações.

No entanto, nesse processo todo, não só os espaços físicos sofreram intervenções dos aparelhos normativos e repressores do Estado, mas seus moradores também foram fortemente vigiados e reprimidos no que diz respeito as suas formas de uso e apropriação dos espaços nos seus momentos de lazer e diversão, especialmente, quando estes moradores eram os trabalhadores pobres, as prostitutas, os jogadores, os vadios, etc. os quais como vimos ao longo do último capítulo, apresentavam, segundo o discurso dos letrados, comportamentos desviantes e incompatíveis com o que estabeleciam as normas de conduta e o sistema de valores dominantes.

Assim, em meio as mudanças que vinham ocorrendo na capital, as palavras progresso, civilização e modernização ganharam sentidos diversos na boca dos letrados, que poderiam ser associados e estimular tanto empreendimentos estéticos, como a urbanização e embelezamento do Parque Sólon de Lucena, realizada na gestão de Guedes Pereira, quanto o saneamento moral e social da cidade, de que é exemplo a perseguição a “vagabundos” e “desordeiros”, a jogadores e prostitutas, bem como a vigilância sobre os trabalhadores pobres nos usos que faziam do espaço da cidade.

No entanto, apesar da intenção de demarcar territórios, estabelecer regras de conduta, definir papéis, o projeto civilizatório das elites dominantes, nem sempre obtiveram o êxito almejado por não conseguirem o apoio e complacência das pessoas e grupos que excluía. Para alguns os significados e implicações eram desconhecidos, para outros a violação das

normas era o caminho encontrado, e para muitos outros mais interessantes foi a apropriação e ressignificação das normas e regras de acordo com sua lógica própria, com suas normas e valores. De modo que, a cidade “civilizada” teve de conviver com essa ou essas outras realidades, que apresentavam noções de civilidade e progresso diferentes do que concebiam os seus idealizadores.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. Fontes impressas

Periódicos

A União – Anos 1911, 1913, 1914, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921 -1926.

A Imprensa – Anos 1912, 1913, 1914, 1915, 1916, 1917, 1918, 1919, 1920, 1921, 1922, 1923, 1924-1930.

A Notícia – exemplares avulsos – Ano 1916

Correio da Manhã – exemplares avulsos – Anos 1916, 1917, 1918, 1930.

Gazeta da Parahyba – exemplar avulso – Ano 1889.

Revistas

Revista Era Nova, maio de 1922.

Revista Era Nova, 30 de Setembro de 1925.

Revista Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, V.3. 1911.

Revista Instituto Histórico e Geográfico Paraibano. Parahyba, N.16. 1968.

Documentos Oficiais

Código de Postura Municipal – 1920.

Código de Postura Municipal – 1928.

Decreto nº 53 – 30/03/1895.

Decreto nº 494 – 08/06/1911.

Decreto Municipal nº 32 de 04/01/1921.

Mensagem Presidencial apresentada pelo Presidente do Estado Álvaro Lopes Machado a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba, 1905.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Presidente do Estado João Lopes Machado a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1909-1912.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Presidente do Estado João Pereira de Castro Pinto a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1913-1914.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Vice-Presidente do Estado Antonio da Silva Pessoa a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1915-1916.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Presidente do Estado Francisco Camillo de Hollanda a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1917-1920.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Presidente do Estado Solon Barbosa de Lucena a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1921-1924.

Mensagens Presidenciais apresentadas pelo Presidente do Estado João Suassuna a Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba. Anos – 1925-1928.

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Paraíba – 1917.

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Paraíba – 1918.

Relatório da Diretoria de Higiene do Estado da Paraíba – 1922.

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1916.

Relatório da Diretoria de Obras Públicas – 1924.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Da habitação ao habitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução.** In: Revista do Rio de Janeiro, Niterói, vol.1, nº2, 1986, p. 47-58.

_____. Pensando a cidade no Brasil do passado. In: SILVA, José Borzachiello da [et all]. **A cidade e o urbano.** Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1997, p. 27 – 54.

AGUIAR, Wellington & MELLO, José Octávio. **Uma cidade de quatro séculos – evolução e roteiro.** 2 ed. João Pessoa: FUNCEP, A União Editora, 1989.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. **A Peste e o Plano: o urbanismo sanitário do engenheiro Saturnino de Brito.** Mestrado em Arquitetura e Urbanismo. São Paulo, USP, 1992.

ARANHA, Gervácio Batista. **Trem, modernidade e imaginário na Paraíba e região: tramas político-econômicas e práticas culturais (1880-1925).** Tese de Doutorado. Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas – SP, 2001.

_____. **Realismo vs. Nominalismo e a escrita da história:** questões para o século XXI. In: Conferência de abertura do XI Encontro Estadual dos Professores de História da ANPUH – PB. Campina Grande, Mimeo, 2004.

BLAY, Eva Alterman. **Eu Não Tenho onde morar:** vilas operárias na cidade de São Paulo. São Paulo: Nobel, 1985.

BONDUKI, Nabil. **Origens da Habitação Social no Brasil:** arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São Paulo: Estação liberdade, 2004.

BRESCIANNI, Maria Stella M. História e historiografia das cidades, um percurso. In: FREITAS, Marcos Cezar (Org.). **Historiografia brasileira em perspectiva.** São Paulo: Contexto, 1988, p.237-258.

BRITO, Francisco R. Saturnino de. Saneamento de Paraíba do Norte. In: BRITO, Francisco R. Saturnino de. **Obras Completas.** Tomo V. Rio de Janeiro. Imprensa Nacional, 1943.

CARVALHO, Lia de Aquino. **Contribuição ao estudo das Habitações Populares – Rio de Janeiro 1886-1906.** Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 1980.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. **As Singularidades da Modernização na Cidade da Parahyba, nas décadas de 1910 a 1930.** Tese de Doutorado. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade Febril – cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: companhia das letras, 1996.

CORBIN, Alain. **Saberes e odores:** o olfato e o imaginário social nos séculos XVIII e XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

FERNANDES, Ana & GOMES, Marco A. A. de Filgueiras (Orgs.). **Cidade & História – modernização das cidades brasileiras nos séculos XIX e XX.** Seminário de História Urbana, Salvador: UFBA, ANPUR, 1992, p. 53-197.

FERNANDES, Irene Rodrigues da Silva & AMORIM, Laura Helena Baracuhy. In: Revista de Ciências Humanas: número especial de História. João Pessoa: EDUEPB, Ano 02, Nº 04, outubro/dezembro de 1980.

HOCHMAN, Gilberto. **A Era do Saneamento.** São Paulo: Editora Hucitec-ANPOCS, 1998.

LEAL, José. **A evolução dos bicos metropolitanos**. In: Revista do IHGP, N.20. João Pessoa: Imprensa Universitária da Paraíba, 1974.

MAIA, Doralice Sátyro. **Tempos lentos na cidade**: permanências e transformações dos costumes rurais na cidade de João Pessoa-PB. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2000.

MARINS, Paulo César Garcez. **Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras**. In: SEVCENKO, Nicolau (Org.). **História da vida privada no Brasil – República: da Belle Époque à Era do Rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MEDEIROS, Coriolano de. **O Tambiá da Minha Infância – Sampaio**. João Pessoa: SEC, A União Editora, 1994.

MELLO, José Octávio de Arruda. **Os coretos no cotidiano de uma cidade**: lazer e classes sociais na capital da Paraíba. João Pessoa: Fundação Cultural do Estado da Paraíba, 1990

MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**: sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

OUTTES, Joel. **O Recife**: gênese do urbanismo (1927-1943). Recife, FUNDAJ, Editora Massangana, 1997.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **O Imaginário da Cidade**: Visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

_____. **Os pobres na cidade – vida e trabalho 1880-1920**. Porto Alegre: Editora Universitária UFRGS, 1994.

_____. **Uma Outra Cidade**: o mundo dos excluídos no final do século XIX. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda, 1993.

Margareth Rago. **Do Cabaré ao lar**: a utopia da cidade Disciplinar 1890-1930. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Os Prazeres da Noite**: prostituição e códigos da sexualidade feminina em São Paulo (1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

ROCHA, Oswaldo Porto. **A Era das Demolições** – cidade do Rio de Janeiro 1870-1920. Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 1983.

RONILK, Raquel. **A Cidade e a lei**. Legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Studio Nobel: Fapesp, 1997.

SÁ, Lenilde Duarte de. **Parahyba**: uma cidade entre miasmas e micróbios. Serviço de Higiene Pública: 1895-1918. Tese de Doutorado. Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP/USP), Ribeirão Preto, 1999.

SOUSA, Fábio Gutemberg Ramos de. **Cartografias e imagens da cidade**: Campina Grande (1920-1945). Tese de Doutorado em História. Campinas: Unicamp, Campinas – SP, 2001.

SOUZA, Antonio Clarindo Barbosa. **Lazeres Permitidos, Prazeres Proibidos**: sociedade, cultura e lazer em Campina Grande (1945-1965). Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

SOUZA, Maria Ângela de Almeida. **Posturas do Recife Imperial**. Recife. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2002.

VAZ, Lillian Fessler. **Modernidade e Moradia** – habitação coletiva no Rio de Janeiro séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001.